INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

CRISTIANO DE SOUZA HORDEJUK

A PRESENÇA DO IPHAN NAS MISSÕES: CONCEPÇÕES E PROJETOS DE PATRIMÔNIO

Rio de Janeiro
2019

CRISTIANO DE SOUZA HORDEJUK

A PRESENÇA DO IPHAN NAS MISSÕES: CONCEPÇÕES E PROJETOS DE PATRIMÔNIO

Dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.ª Dra. Márcia Chuva
Co-orientador: Vladimir Fernando Stello
Supervisora: Ana Beltrami

Rio de Janeiro
2019

Hordejuk, Cristiano de Souza

A presença do Iphan nas missões: concepções e projetos de patrimônio / Cristiano de Souza Hordejuk. – Rio de Janeiro, 2018.
185 f.

Dissertação (mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Chuva.

1. Patrimônio cultural. 2. Região das Missões – Rio Grande do Sul. 3. Parque Histórico Nacional das Missões. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional II. Chuva, Márcia – Orientadora III. Título.

CRISTIANO DE SOUZA HORDEJUK

A PRESENÇA DO IPHAN NAS MISSÕES: CONCEPÇÕES E PROJETOS DE PATRIMÔNIO

Dissertação apresentada ao Programa de Especialização em Patrimônio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Aprovada em ___/____/____

_____
Profª Drª Márcia Chuva (Orientadora)

_____
Profª Drª Claudia Feierabend Baeta Leal(IPHAN)

_____
Profª Drª Zita Possamai (UFRGS)

[...] criando a representação artística da vida brasileira,
esculpindo com cuspe e fogo as matrizes de nossas diferenças,
engendrando o encardido ninho de nossa identidade.

Gregório de Matos

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com a contribuição direta e indireta de várias pessoas ao longo do processo, e todos foram importantes a sua maneira, seja pela conversa descontraída a cerca do tema, seja pelas critica densa de alguns tópicos ou pelo debate efervescente gerado pelas polemicas posições dos envolvidos. Nestes cenários de produção agradeço aos envolvidos, de modo especial a CAPES e o IPHAN pela subsidiação deste processo de pesquisa, a Marcia Chuva, por toda dedicação, comprometimento e paciência tidos durante minha orientação, bem como por todo conhecimento generosamente partilhado comigo nesta caminhada. De forma singular, agradeço ao amigo e coorientador Vladimir Stello e a amiga Matilde, que juntos forneceram além do conhecimento empírico, discussões e leituras, todo o carinho, apoio e motivação, para a realização dessa dissertação.

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise das práticas de preservação institucionais do Iphan implementadas nos elementos culturais localizados na Região das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, durante os seus 80 anos de atuação, buscando compreender os discursos de patrimônio que se evidenciam a partir das intenções (expressas em leis, planos e programas), das práticas e as (in)coerências entre ambos, considerando principalmente as ideias de Parque Histórico Nacional das Missões. São abordados os elementos patrimonializados institucionalmente (materiais e imateriais, tombados e registrados), como também os demais elementos passíveis de patrimonialização que compõem o mosaico cultural da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que representam a diversidade de agentes formadores deste território conhecido como Região das Missões. Chama-se a atenção para a complexidade existente no pensamento e realização das políticas públicas de patrimônio, considerando que este é um campo de disputas onde as questões são diretamente vinculadas a emoções, afetos, interesses e preferências dos mais variados gostos e agentes, assim como por projetos heterogêneos e contraditórios.

Palavras-chave: Iphan. Parque Histórico Nacional das Missões, Políticas de Patrimônio cultural, Região das Missões, Rio Grande do Sul

RESUMEN

Este trabajo hace un análisis de las prácticas de preservación institucionales realizadas por el Instituto de Patrimonio Histórico e Artístico Nacional- Iphan en los elementos culturales localizados en la Región de las Misiones, en el estado de Rio Grande do Sul, durante sus 80 años de actuación, buscando comprender los discursos a cerca del patrimonio que se evidencian a partir de las intenciones (expresas en la ley, en los planes y programas), de las practicas y de las (in) coherencias entre ellos, considerando principalmente la(s) "idea(s)" de Parque Histórico Nacional das Missões. Son abordados, inevitablemente, los elementos declarados patrimonio y/o registrados institucionalmente (materiales e inmateriales), como también los demás elementos posibles de valoración que componen el mosaico cultural de la región noroeste del estado do Rio Grande do Sul, que representan la diversidad de agentes formadores de este territorio conocido como Região das Missões. Se llama la atención para el grado de complejidad existente en el pensamiento y en la forma de realizar las políticas públicas de patrimonio, considerando que este es un campo de disputas donde las cuestiones son directamente vinculadas a emociones, afectos, intereses y preferencias de los más variados gustos y agentes, así como por los proyectos heterogéneos y contradictorios.

Palabras clave: Iphan. Parque Histórico Nacional de las Misiones. Patrimonio cultural
.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da região da Associação dos Municípios Missões/RS 27
Figura 2 - Mapa do Tratado de Tordesilhas 29
Figura 3: Redução de São João Baptista 31
Figura 4: Riscos de São Miguel 31
Figura 5 - Mapa atual com a localização dos remanescentes dos 30 povoados missioneiros .. 32
Figura 6 - Mapa do Continente de Viamão 1751 adaptado pelo autor com a identificação dos Sete Povos no Rio Grande do Sul 33
Figura 7 - Tratado de Madrid 34
Figura 8 - Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833-1859) 40
Figura 9 - Grupos de danças gauchescos e desafio de chula 46
Figura 10 - Propaganda de eventos locais onde são manifestados os elementos gauchescos na região das Missões. Manancial Missioneiro da Canção em Bossoroca, Café de Cambona em São Nicolau e Recital Sul em São Luiz Gonzaga 47
Figura 11 - Elementos culturais de identidade do gaúcho 48
Figura 12 - Práticas de rodeios - gineteada e tiro de laço 48
Figura 13 - Folders de divulgação de rodeios crioulos nos municípios missioneiros 49
Figura 14 - Grupos de danças gauchescas em apresentação no ENART 2016 50
Figura 15 - Folders de divulgação do Encontro Internacional dos Chamameceros, realizados em Cerro Largo e São Luiz Gonzaga 51
Figura 16 - Cd Pedro Ortaça - Galo Missioneiro 52
Figura 17 - Músicos Missioneiros: 1 - Xirú Missioneiro de Bossoroca; 2- Jorge Guedes de São Luiz Gonzaga; 3 - Noel Guarany de São Luiz Gonzaga; 4 - Jayme Caetano Braun de Bossoroca; 5 - Cenair Maica de Tucunduva mas passou maior parte de sua vida em Santo Ângelo; 52
Figura 18 - Estátuas de Noel Guarany no município de Bossoroca; Jayme Caetano Braun no município de São Luiz Gonzaga e Tio Bilia no município de Santo Ângelo 53
Figura 19 - Grupo Folclórico alemão Heimatland e Octorberft em Cerro Largo 54
Figura 20 - Arquitetura característica alemã. 54
Figura 21 - Peirogi e Czarnina culinária típica polonesa e Mientówka bebida alcoólica à base de menta, produzidos em Guarani das Missões 55
Figura 22 - Balé folclórico Águia Branca e folder de divulgação da Polfest no município de Guarani das Missões 56
Figura 23 - Romaria Internacional a Nossa Senhora de Czestochowa no município de Guarani das Missões 56
Figura 24 - Cemitério dos Cativos no município de Bossoroca 57
Figura 25 - Estância do Sobrado e "Galpões dos Negros" no município de Bossoroca 58
Figura 26 - Folha 03 do Processo 141_T_38 63
Figura 27 - Obras executadas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul 64
Figura 28 - Ruínas de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado 65
Figura 29 - Esquema do conjunto museu e casa do zelador elaborado por Lucio Costa, 1937 66
Figura 30 - Museu das Missões 1939 - 1940 67
Figura 31 - Desmonte e recomposição da torre sineira em 1939 e croqui das obras 68

Figura 32 - Desenhos da casa construída com material das ruínas da redução de São João Batista 69
Figura 33 - Sr. João Hugo Machado, s/d. e imagens coletadas e dispostas no alpendre do Museu, 1941 70
Figura 34 - Correspondência C 918 de 28 de dezembro de 1945 72
Figura 35 - Esquemas para a sala de exposição instalada no interior das ruínas da igreja e Sala de exposição instalada 73
Figura 36 - Notícia do jornal Correio do Povo de 05 de julho de 1968 80
Figura 37 - Cemitério da Vila de São Miguel antes de sua retirada em 1975 81
Figura 38 - Imagem da década de 1990, ilustra a sacristia coberta, que na década de 1970 serviu como unidade do Museu 85
Figura 39 - Notícia do Jornal Zero Hora de 03/06/1974 sobre o lançamento dos selos da Série Turismo 86
Figura 40 - Mapa de ocupação de São Miguel em 1978 87
Figura 41 - Espetáculo Som e Luz 89
Figura 42 - Manchete “O passado jogado no lixo”, publicada no jornal Zero Hora, de 14 de novembro de 1975 92
Figura 43 - Manchete “O passado jogado no lixo”, publicada no jornal Zero Hora, de 14 de novembro de 1975 93
Figura 44 - Pisos encontrados nas escavações arqueológicas nas ruínas da Igreja de São Nicolau, 1980 95
Figura 45 - Imagens internas e externas das Guaritas de São João Batista e São Lourenço ... 96
Figura 46 - Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, Ruínas de São Miguel, 1980 99
Figura 47 - Família de Cristina de Zarabia de Ijuí 103
Figura 48:São Luiz Gonzaga 105
Figura 49: Senhor Morto 105
Figura 50: Santa Teresa de Ávila - No local como Sant’ Ana 105
Figura 51: N. Sra. da Conceição 106
Figura 52: Senhor dos Passos faltando a cruz 106
Figura 53: Santo Isidro 106
Figura 54: São Francisco Xavier, no local, como Santo Antônio de Pádua 106
Figura 55: São Francisco de Assis 106
Figura 56: Nossa Senhora das Dores 106
Figura 57: Santa Catarina de Sienna 106
Figura 58: São João Batista Menino 107
Figura 59: Cristo Crucificado 107
Figura 60: São João Evangelista 107
Figura 61 - Lista de bens tombados pelo Iphan 108
Figura 62: Ficha de cadastro da Imaginária Missioneira 113
Figura 63: Atividades de Educação Patrimonial ocorridas em São Miguel das Missões entre 1991 e 1993 114
Figura 64: Escavação arqueológica em São João Batista no ano de 1992 coordenada por José Otávio Catafesto de Souza 115
Figura 65: Educação Patrimonial durante a escavação arqueológica em São João Batista no ano de 1992 coordenada por José Otávio Catafesto de Souza 116

Figura 66: Peças arqueológicas dispersas em São João Batista, registradas pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza em 1992 116
Figura 67: Obras de consolidações da Fonte Missioneira em 1993 119
Figura 68: Fonte após ataque de caçadores de tesouros em 1993 119
Figura 69: Localização das nascentes no entorno das Ruínas de São Miguel, efetivada pela empresa Zanetti em 2009, detalhe em verde para as nascentes com estruturas em pedras 121
Figura 70: Mapa gerado a partir da pesquisa arqueológica realizada em 2009 pela Zanettini Arqueologia 122
Figura 71: Catálogo dos Acervos arqueológicos e ação de curadoria do acervo arqueológico do Escritório Técnico Missões 123
Figura 72: Montagem fotográfica, ilustrando a área das Ruinas de São Miguel antes e depois da demolição do clube. 124
Figura 73: Área das Ruínas de São Miguel com indicação da escola e da casa paroquial, ambas demolidas. 124
Figura 74: Vista da área do Sítio de São Miguel, com detalhe para o local da Casa da quinta, adquiria pelo Iphan nos anos 2000. 125
Figura 75: Intervenções arqueológicas e arquitetônicas no Sítio de São João Batista 126
Figura 76: Ação de Consolidação dos maciços e implantação das passarelas no Sítio de São João Batista 126
Figura 77: Intervenções arqueológicas e arquitetônicas no Sítio de São Lourenço 127
Figura 78: Ação de Consolidação dos maciços e implantação de passarela no Sítio de São Lourenço 127
Figura 79: Obras de restauro do Sobrado Silva no ano de 2005 128
Figura 80: Adega em São Nicolau 129
Figura 81: Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani 133
Figura 82: Notícia de investimentos para a valorização da paisagem missioneira e instalação do PHNM 142
Figura 83: Título referenciado ao Parque Histórico Nacional das Missões-RS 147
Figura 84: Referência no corpo do texto a Parque Histórico das Missões Jesuíticas dos Guaranis 147
Figura 85: Mapa da região de abrangência do Parque Histórico Nacional das Missões 148
Figura 86: Discurso então Superintendente do Iphan do Rio Grande do Sul 149
Figura 87: Notícia sobre o Parque Histórico Nacional das Missões 151
Figura 88: Folders de divulgação turística da região das Missões 152
Figura 89 - Folders de divulgação turística da região das Missões 152
Figura 90: Projeto do Complexo Cultural São Miguel das Missões 154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População da Província de Missões (1814)	35
Quadro 2	Terras de criar e rebanhos dos Sete Povos das Missões Brasileiras (1827)	38
Gráfico 1	Presença de escravos de acordo com a dimensão do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	36
Tabela 1	Proporção dos criadores de gado vacum que possuíam escravos (Vila de São Borja, 1828 - 1858)	37
Tabela 2	Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AMM	Associação dos Municípios das Missões
ANTAC	Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
ARIN	Área de Relações Internacionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
CPC	Comissão de Patrimônio Cultural
Crespial	Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina
CRTUR	Companhia Riograndense de Turismo
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTI	Centro de Trabalho Indígena
DTC	Diretoria de Tombamento e Conservação
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
ENART	Encontro de Arte e Tradição
FISC	Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
Fundames	Fundação Missioneira de Ensino Superior de Santo Ângelo
IAPH	Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus

INCR	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
PHNM	Parque Histórico Nacional das Missões
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URI	Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	**16**
1	**A REGIÃO MISSIONEIRA E OS PRIMEIROS HABITANTES**	**25**
1.1	PERÍODO REDUCIONAL	27
1.2	PERÍODO PÓS-REDUCIONAL, IMIGRAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS CULTURAIS	34
1.2.1	**Escravos nas Missões**	**37**
1.2.2	**Imigrantes europeus**	**40**
2	**O IPHAN E AS MISSÕES DA DÉCADA DE 1930 A 1980**	**59**
2.1	DÉCADAS DE 1930 A 1950: O MONUMENTAL, BELO E EXEPICIONAL NA FUNCAÇÃO DAS AÇÕES DO IPHAN NAS MISSÕES	60
2.2	DÉCADAS DE 1960 A 1980: O TURISMO, O AUMENTO DO ESTOQUE PATRIMONIAL NAS MISSÕES E A CONSTITUINTE	78
2.2.1	**Infraestrutura e equipamentos turísticos**	**83**
2.2.2	**Críticas ao trabalho desenvolvido nas Missões**	**90**
2.2.3	**São Miguel Patrimônio Mundial**	**96**
2.2.4	**Imaginária Missioneira**	**103**
2.2.5	**A década de 1980 e a Nova Constituição**	**108**
3	**O IPHAN E AS MISSÕES DA DÉCADA DE 1990 A 2017 – O MAIS DO MESMO E UMA AÇÃO DIFERENCIADA**	**110**
3.1	PATRIMÔNIO MISSIONEIRO – ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO	111
3.1.1	**Educação patrimonial relacionada ao patrimônio arquitetônico e arqueológico missioneiro**	112
3.1.2	**Restauro, consolidações e desapropriações pelo patrimônio arquitetônico**	117
3.2	AÇÃO DO IPHAN EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS MISSÕES	129
3.2.1	**Tava Miri: Patrimônio imaterial nas Missões**	132
3.3	INTENÇÕES E PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA ATÉ O PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES	136

3.3.1 **Parque Histórico Nacional das Missões – o discurso do patrimônio autorizado** 138

CONSIDERAÇÕES FINAIS **155**

REFERÊNCIAS **161**

INTRODUÇÃO

Continuamente estou em pensamentos confusos sobre as Missões,[1] e tão confusos são, que quando me lembro de missões, por vezes me vem à memória prontamente a figura das Reduções jesuíticas, e logo lembro que se referem às reduções Jesuíticas-Guarani. Minhas confusões não cessam, há vezes que, quando lembro de missões, trago à memória somente as Ruínas de São Miguel, na verdade para ser mais sincero, enxergo a fachada da Igreja, quase que me esqueço do cotriguaçu,[2] cemitério, cabildo,[3] cadeia, colégio, oficinas, quinta, fontes etc. Esqueço que eram 30 povos distribuídos nos atuais territórios do Brasil, Paraguai e Argentina, e pior, esqueço que no Rio Grande do Sul são os Sete Povos das Missões. Consigo ainda ter mais duas memórias quando penso em missões: a que refere à região onde nasci, rememoro a imagem espacial (local) vinculada aos municípios que pertencem a esta região e as pessoas que vivem lá, lembro de Garruchos e São Borja, Roque Gonzales, Sete de Setembro, Jóia, São Pedro do Butiá, em suma, alguns dos 26 municípios que fazem parte deste território chamado Missões. Por fim, lembro da figura do gaúcho missioneiro, essa lembrança acompanha uma pitada de bairrismo, pois corriqueiramente dizemos, que nós das Missões, somos parte da primeira querência do Rio Grande, fato vinculado diretamente à primeira redução fundada em São Nicolau, onde supostamente, ou melhor, tradicionalmente, atribuímos o nascimento do Rio Grande do Sul. Esta última lembrança, é como dizer que os gaúchos missioneiros são os mais gaúchos entre os gaúchos.

Parecem esgotadas as possibilidades de pensamentos sobre Missões, no entanto, quando me refiro aos pensamentos confusos, estes não param nas lembranças e imagens que tenho das missões. Confundo questões pertinentes à representação simbólica desses elementos

[1] Termo regional, criado pela Associação dos Municípios das Missões (AMM) uma entidade fundada em 1967, com o intuito de defender os interesses comuns dos 26 municípios (Bossoroca; Caibaté; Cerro Largo; Dezesseis de Novembro; Entre-Ijuís; Eugênio de Castro; Garruchos; Giruá; Guarani das Missões; Mato Queimado; Pirapó; Porto Xavier; Rolador; Roque Gonzales; Salvador das Missões; Santo Ângelo; Santo Antônio das Missões; São Borja; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; São Nicolau; São Paulo das Missões; São Pedro do Butiá; Sete de Setembro; Ubiretama; Vitória das Missões) que, segundo a Associação, partilham do território ocupado pelos jesuítas e guarani desde o século XVII. A AMM, é "totalmente voltada para o crescente desenvolvimento econômico e social, desta área sul rio-grandense". Essa Associação popularizou os limites contemporâneos do território reconhecido como Missões no Rio Grande do Sul. Informações com mais detalhes sobre o trabalho da AMM e os 26 municípios associados, como história, diretorias, dados estatísticos, informações turísticas, atas da Associação, balancetes e orçamentos podem ser encontradas no site da AMM.

[2] Cotiguaçu: era o espaço destinado à habitação permanente das mulheres recolhidas, viúvas e órfãs, ou de permanência temporária cujos maridos encontravam-se prestando serviços externos ou em missões militares. Existem menções de que o cotiguaçu também albergava mulheres sentenciadas. Seu nome em guarani quer dizer casa grande. (CUSTÓDIO, 2002, p. 127).

[3] Cabildo: o edifício do conselho indígena, integrado pelos caciques, [...], ocupava uma ou mais casas que faziam frente à praça. Ali se desenvolviam as sessões do conselho e se aplicava a justiça. (CUSTÓDIO, 2002, p. 127).

culturais sob o status de patrimônio impresso pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Não no sentido de questionamento da validade dos bens protegidos pelo tombamento, o que também pode ser pensado, mas no valor atribuído a eles, nas políticas de gestão e nos seus efeitos, tal como se processam ao longo dos anos de atuação da autarquia, bem como as reações que geraram.

Diante de tantas confusões creio ser necessário marcar neste trabalho o fato de que estes pensamentos são decorrentes do que Bourdieu (1998) define como capital cultural.[4] Sou missioneiro, nascido em São Luiz Gonzaga, um dos Sete Povos das Missões, aliás um dos que não são tombados pelo Iphan, cultivo algumas das tradições dos missioneiros mesmo estando longe do "pago"[5] há 10 anos. Também sou historiador, formado pela Universidade do Alto Uruguai e das Missões (URI), localizada em outro dos Sete Povos das Missões (Santo Ângelo), que também não é tombado. Meu primeiro contato acadêmico com o patrimônio foi em São Miguel das Missões, onde morei por cinco anos, fui estagiário no que antes era chamado de Escritório Técnico Missões, na cidade de São Miguel das Missões. Participei de pesquisas arqueológicas na Fonte Missioneira, trabalhei no inventário da região das Missões, e atualmente estou estudante do mestrado profissional do Iphan, dedicado ao pensamento de questões sobre o patrimônio cultural. E claro, não posso deixar de mencionar, tenho grande parte da família e amigos nas Missões.

Em função dessas percepções particulares a respeito das Missões, as quais me causam "confusões" e por vezes conflitos, procuro as possibilidades de um melhor entendimento para este emaranhado de informações, sentimentos, dúvidas e anseios gerados pelo símbolo, discurso, imagem e demais desdobramentos oriundos das Missões, principalmente enquanto bens patrimonializados, até porque acredito que todos coexistem e estão vinculados, dependendo do ponto de vista de quem os observa, sente/vivencia. No entanto, penso que o trabalho desenvolvido pela autarquia interfere diretamente nesses significados (suas formações e ressignificações), bem como no seu uso (fruição).

Em meio a tantas questões, esta pesquisa dedica-se principalmente a análise das práticas de preservação institucionais realizadas pela autarquia federal responsável pela

[4] Capital cultural para Bourdieu (1998) refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Podendo segundo o autor existir em dois estados: incorporado, quando faz parte das disposições, do *habitus*, dos agentes; e objetivado, quando é certificado através de provas, atributos ou títulos, designadamente escolares. (NEVES, 2009).

[5] Pago: no Rio Grande do Sul é utilizado para designar o lugar em que se nasceu, assim como para designar o lar, o povoado, o município onde se nasceu ou se reside.

salvaguardada do patrimônio nacional, o Iphan, nos elementos culturais localizados na Região das Missões no estado do Rio Grande do Sul, durante os seus 80 anos de atuação.

Necessariamente se fará referência aos cinco elementos patrimoniais de natureza material tombados: Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, Sítio Arqueológico de São João Batista, Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir, Sítio Arqueológico de São Nicolau e as Dez Imagens de Madeira da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, assim como ao único bem de natureza imaterial registrado como patrimônio nacional localizado nesta mesma região: A Tava Miri, local de referência para o povo guarani.

É importante, de antemão, deixar claro que todos os bens patrimonializados institucionalmente na região denominada Missões – porção territorial do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, atualmente, composta por 26 municípios distintos –, são elementos que compuseram parte da ação colonizadora da América portuguesa e espanhola, e que historicamente mantém vínculos entre si, por partilharem de um evento ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, conhecido pela historiografia como período reducional ou missioneiro. Um episódio decorrente da contrarreforma católica, cujo fato histórico representa o período em que a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola, empreendeu o movimento de "catequização do gentio", formando um sistema missioneiro composto por povoamentos estruturados e desenvolvidos dentro de um contexto da política colonial para a recém conquistada América.

Há que se salientar que este "movimento catequético" da Companhia de Jesus se estendeu para além do continente americano, fazendo-se presente inclusive em países do Oriente. No entanto, no Rio Grande do Sul, atualmente são identificados sete remanescentes desses locais de ocupação, que outrora compuseram a soma de 30 povoamentos administrados pelos jesuítas e indígenas. Os outros 23, estão distribuídos nos atuais territórios da Argentina, Paraguai e Uruguai. Neste último, os povoamentos foram destinados à instalação de estâncias para criação de gado e produção de cal. Nas demais regiões, registrou-se a existência de uma estrutura reducional composta por um assentamento ordenado e regido pelo modelo espanhol de "urbanização", conhecida como a planta ortogonal. Esse modelo foi atualizado por Felipe II em 1573, através da chamada Leis de Índias – a primeira legislação urbanística da Idade Moderna – que baseou a implantação dos povoamentos jesuíticos guarani deste período, aliado à forma tradicional de vivência dos guaranis.[6]

[6] Para maiores informações ver Gutierrez (1987).

Esse modelo de povoamento estruturava-se em torno de uma grande praça central, onde hermeticamente estavam distribuídas, como num tabuleiro de xadrez, as porções de ocupação, regidas hierarquicamente pela Igreja, ponto de principal referência deste tipo de povoado no século XVII.

Mergulhada principalmente nesse universo material de elementos arquitetônicos, com representação histórica e artística, a autarquia federal desenvolveu 80 anos de atuação nesta região do estado do Rio Grande do Sul. Nesse espaço chamado de missões, que desde o século XVIII[7] é costurado por uma variedade de agentes, sejam eles indígenas, jesuítas, colonizadores e imigrantes - isto é, povos que partilharam diretamente dos acontecimentos nesse território -, o Iphan parece ter focado somente em São Miguel. E até o início dos anos 2000 diversos discursos institucionais e práticas de preservação apresentaram somente os jesuítas e os guaranis reduzidos[8] como referências patrimoniais representativas da região das Missões no Rio Grande do Sul.

Encontra-se aí alguns dos principais fatores de motivação desta dissertação, pois há aproximados 13 anos, em 2004, teve início um projeto de grande envergadura, elaborado a partir de um convênio firmado entre o Iphan e o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), juntamente com a URI, campus de Santo Ângelo – RS, intitulado *Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da Região Missioneira*, que teve por objetivo subsidiar, a partir das relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural entre esses Institutos, a conservação, a formação e a difusão do patrimônio existente na Região das Missões, por meio de um Guia da Paisagem a ser elaborado com base nos dados coletados deste projeto. (URI, 2018)

Durante dois anos, foram executadas ações que compuseram um extenso levantamento de elementos potencialmente passíveis de patrimonialização na região missioneira. Os resultados não geraram um guia da paisagem, mas constituíram-se em um amplo documento em que constam várias representações culturais de natureza material e imaterial que formam o vasto mosaico étnico característico das Missões. Esse mosaico, a exemplo do Brasil, possui elementos culturais dos imigrantes alemães, italianos, poloneses, castelhanos, portugueses, e

[7] Referência temporal escolhida pelo vínculo mantido com o período colonial no qual a instituição majoritariamente aborda em seus discursos, onde as transformações do território foram mais gritantes. Não significa a negação da ocupação do local pelos povos tradicionais e sim o recorte optado para o desenvolvimento deste trabalho.

[8] Significa o nativo que vive nas reduções. E reduções eram assentamentos organizados pelos padres jesuítas para reunir em um local definitivo os indígenas, a fim de catequizá-los. O termo redução designa o vínculo entre uma ação de catequese e um local específico. (MONTOYA, 1996, p. 58).

também de africanos, junto aos dos povos tradicionais, que são a representação contemporânea da região Missões no Rio Grande do Sul.

Não foi possível verificar se os resultados desse projeto passaram a influenciar o discurso (e não a prática) do Iphan referente ao patrimônio missioneiro. O fato é que três anos após o término do projeto, teve início uma série de mudanças nas falas e documentos institucionais sobre a percepção do patrimônio representante dessa região. Oficialmente, por meio do Decreto 6.844 de 2009, foram criados dois parques históricos nacionais na estrutura regimental e no quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Iphan.

Três anos depois, em 2012, pela Portaria nº 92, foi criado o Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM) e, pelo Art. 114, apresentam-se suas competências:

> I - preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo;
> II - gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missioneiros; e
> III - executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul. (BRASIL, 2012)

Entre 2012 e 2017, o Iphan não formulou um projeto executivo para o Parque Histórico Nacional das Missões. E, na notícia de 09 de janeiro de 2017, no site do Iphan, verifica-se a intenção do órgão em realizar um extenso levantamento que "[...] irá diagnosticar o patrimônio cultural missioneiro, a fim de fundamentar a gestão do Parque Histórico Nacional das Missões - PHNM, no Rio Grande do Sul", sem considerar a trajetória institucional na região. (IPHAN, 2017b) E segue:

> A partir de agora, a Demacamp, em parceria com o Iphan, fica então responsável por desenvolver o levantamento de informações, dados e mapas sobre os municípios e localidades que integram a região missioneira e o processo histórico de sua ocupação, trazendo-os para um contexto atual, que valorize o patrimônio missioneiro – tanto por meio das ruínas, quanto dos complexos sistemas culturais existentes na região.

Nessa mesma tessitura, o Iphan vem criando vários discursos sobre o PHNM, por vezes divergentes. Pela Portaria nº 92 de 2012 são propostas de forma simples e clara as competências do parque de "preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo". Dois anos mais tarde, em 13 de agosto de 2014, o mesmo Iphan (2014, grifo nosso) publica em seu *website*:

> Nos próximos três anos, o Parque Histórico Nacional das Missões, no Rio Grande do Sul receberá investimentos de R$ 3,7 milhões. Os recursos, provenientes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por meio do projeto de cooperação internacional sobre Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis, serão destinados a novas

> pesquisas, estudos, análises e o desenvolvimento de instrumentos que **visam a valorizar a paisagem missioneira, bem como a instalação efetiva do Parque**. [...] O projeto é um desdobramento das iniciativas realizadas, desde 2004, em cooperação com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico, quando se buscou desenvolver estudos para um guia da paisagem das Missões.[grifo nosso].

Proposição ainda diferente do discurso efetivado em 25 de outubro de 2006, quando o então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida apresenta o projeto de criação do PHNM, na cidade de São Miguel das Missões – RS, com a seguinte proposta: "Segundo a proposição do Instituto, o parque vai abranger terras dos quatro sítios dos antigos Povos de São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau, e São Lourenço Mártir, de propriedade da União." (IPHAN, 2006)

Despertaram curiosidade essas variações discursivas da autarquia sobre o que é, onde é e como é o PHNM. De 2006 a 2017 se passaram mais de dez anos e várias proposições acerca do parque surgiram, no entanto, os bens patrimonializados nas Missões seguem praticamente os mesmos, e vamos verificar nos capítulos 2 e 3 que as práticas de preservação e gestão desses bens também não se renovaram. Por isto, baseado em Smith (2006, p. 4), será fundamentada a questão da importância dos discursos promovidos pela autarquia sobre o patrimônio missioneiro, visto que estes podem a posteriori se tornar ações:

> [...] a ideia de discurso não se refere simplesmente ao uso de palavras, mas, em vez disso, a ideia de discurso usada neste trabalho refere-se a uma forma de prática social. [...] Os discursos não apenas organizam a forma como conceitos – como patrimônio – são entendidos, mas também a forma como agimos, as práticas sociais e técnicas que manifestamos e a forma como o conhecimento é construído e reproduzido.

A autora ainda argumenta que "há um discurso ocidental dominante sobre patrimônio, [...] 'discurso autorizado de patrimônio', que age no sentido de naturalizar uma gama de premissas sobre a natureza e o sentido de patrimônio". (SMITH, 2006 p. 11). Que parece ser constantemente reproduzido pelo Iphan em relação ao patrimônio missioneiro durante seus 80 anos de atuação na região, discussão que será apresentada no capítulo 2 e 3 deste trabalho.

Com esse estudo, buscamos compreender os discursos de patrimônio que se evidenciam a partir das intenções – expressas em leis, planos e programas –, das práticas e as (in)coerências entre ambos, considerando principalmente as ideias de PHNM, haja vista que uma série de questionamentos podem ser colocados, devido às imprecisões desse novo projeto e às indefinições da Portaria nº 92, tais como: qual a sua abrangência e seus limites? O Parque é restrito por vincular-se apenas aos cinco elementos materiais tombados e ao único bem imaterial registrado? Qual a justificativa para a criação do Parque? A criação do Parque é só

uma mudança de nome do que anteriormente se chamava Escritório Técnico Missões, ou representa realmente uma revisão na forma de pensar o patrimônio cultural por parte da autarquia após seus 80 anos de atuação? Haverá nova forma de pensamento e gestão dos bens patrimonializados nas Missões? Essa imprecisão de projeto, tendo em vista a vasta ação do Iphan na região, gerou os estranhamentos que motivaram a realização deste estudo.

Como plano de redação, a dissertação terá três momentos. Um primeiro de apresentação da região chamada Missões, caracterizando o mosaico étnico que constitui este território, com vistas a refletir sobre o que Geertz (1973) chama de teias de significados tecidas pelos homens, que os identificam, que os representam. Buscaremos apresentar os outros elementos além dos representantes do período reducional, que constituem o capital cultural (Bourdieu, 1998) das pessoas que habitam este território, a fim de que seja conhecido o ambiente de atuação da autarquia federal e a complexidade de sistemas culturais existentes em um território denominado Missões.

O segundo momento (capítulo que segue) é dedicado a uma apresentação panorâmica e descritiva a partir de uma narrativa histórica das principais ações efetivadas pelo Iphan desde sua criação em 1937 até os anos de 1989 naquilo que foi considerado patrimônio nacional na região das Missões.

O terceiro momento aborda as ações de 1990 até 2017. Ao dedicar-se especificamente a ideia de PHNM criado pelo Iphan, tece uma análise das práticas institucionais de preservação no território missioneiro durante os seus 80 anos de atuação, operando com o farto referencial bibliográfico existente acerca do pensamento sobre o patrimônio cultural.

Como hipóteses, levantamos: o PHNM responde a um novo paradigma de preservação do patrimônio, como "atração",[9] sendo ele representação do que Joel Candau (2011) e outros chamam de "febre patrimonial", ou "efervescência patrimonial", fomentada pela autarquia

> [...] expressão de um modo de pensar retromaníaco no qual o passado é valorizado e, inclusive, venerado frequentemente por aqueles que percebem seus laços com as origens como menos firmes: 'peças anexadas' recentemente, neorresidentes vindo das cidades ou 'herdeiros urbanos'. Esse modo de pensamento se dedica a encontrar ou fabricar tudo o que pode ter função de traços, relíquias, vestígios ou de arquivos, ou seja, tudo o que permite a um grupo narrar-se a si próprio. Os traços possuem autoridade pela importância que lhes é conferida. Eles incitam a crer na pertinência da retrodição e suas explicações causais: é suficiente seguir os traços para encontrar as causas primeiras, ou seja, a origem. [...] Todos esses traços, tanto os produzidos quanto os registrados, são 'ilusões de eternidade'. (CANDAU, 2011, p. 159-160).

[9] Conforme discussão proposta por Choay (2001), Meneses (2012) e Sant'Anna (1995, 2004).

Complementarmente, nessa chave de leitura, o PHNM é meio de condução do patrimônio missioneiro ao encontro do que Françoise Choay (2011, p. 31), chama de "comercialização universal de produtos turísticos" e/ou "museificação empobrecedora das riquezas vivenciais", resultantes de uma fetichização do patrimônio. Ou seja, uma tendência desencadeada pela promoção de uma "normatização planetária dos lugares de vida e das atividades", o que a autora chama de "emblema da mundialização",

> que é desenhado pelo conjunto de redes de infraestruturas técnicas, materiais e imateriais, normatizadas e fora de escala, pelo canal por onde se transmitem desde então os fluxos de informação e circulação de bens e de pessoas, e que conferem uma nova identidade – global – ao nosso planeta. (CHOAY, 2011, p. 33).

Segundo a autora, essa mundialização, gera uma ausência da cultura real, e isto pode atribuir ao patrimônio

> uma atratividade artificial em meio a um condicionamento (mental e material) que torna visível e desejável, próprio ao consumo (cultural). A fórmula mágica de um especialista, 'a cultura não saberia passar sem a mídia', leva à cumplicidade entre promoção patrimonial e circuitos financeiros em proveito da, desde então, próspera 'indústria cultural' (dois termos cuja associação não choca ninguém hoje). (CHOAY, 2011, p. 35).

Os desdobramentos dos discursos do Iphan, voltados atualmente para uma ampliação dos bens patrimoniais oficiais da região das missões, parecem, antes de qualquer coisa, uma inclinação direcionada para o consumo mercantil do patrimônio. A ideia e os discursos sobre o PHNM parecem representar uma nova atribuição de valor simbólico, capitalizado pelo mercado de consumo. Conduz em direção ao que Motta (2000, p. 263) afirmou sobre a apropriação do patrimônio em detrimento do consumo visual global: "ao invés de o poder público cumprir o seu dever de garantir ao cidadão o acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, ele colabora para a construção de valores que interessam ao capital especulativo".

Passados quase dez anos da criação formal do PHNM, tendo em vista a ausência de definições claras e precisas acerca da sua representatividade, sua delimitação e seu propósito, temos a impressão de que o Parque é uma fantasia, visto que de concreto só tem um nome.

As hipóteses acima, somadas à ausência de discussão e envolvimento dos diferentes agentes do território missioneiro, quanto ao significado do PHNM, representa entre outros o desafio intelectual e político de lidar com a memória social e com o patrimônio cultural da região, visto que pensar e realizar políticas públicas de patrimônio implica numa abordagem complexa de questões que envolvem emoções, afetos, interesses, preferências dos mais

variados gostos, bem como projetos heterogêneos e contraditórios. (VELHO, 2007). Patrimônio é um campo de disputas, seu manejo influencia diretamente a sociedade, por isto toda a ação merece ser estudada, planejada e criticada constantemente, para que as práticas e a gestão atendam em boa medida aos anseios das pessoas envolvidas com patrimônio.

1. **A REGIÃO MISSIONEIRA E OS PRIMEIROS HABITANTES**

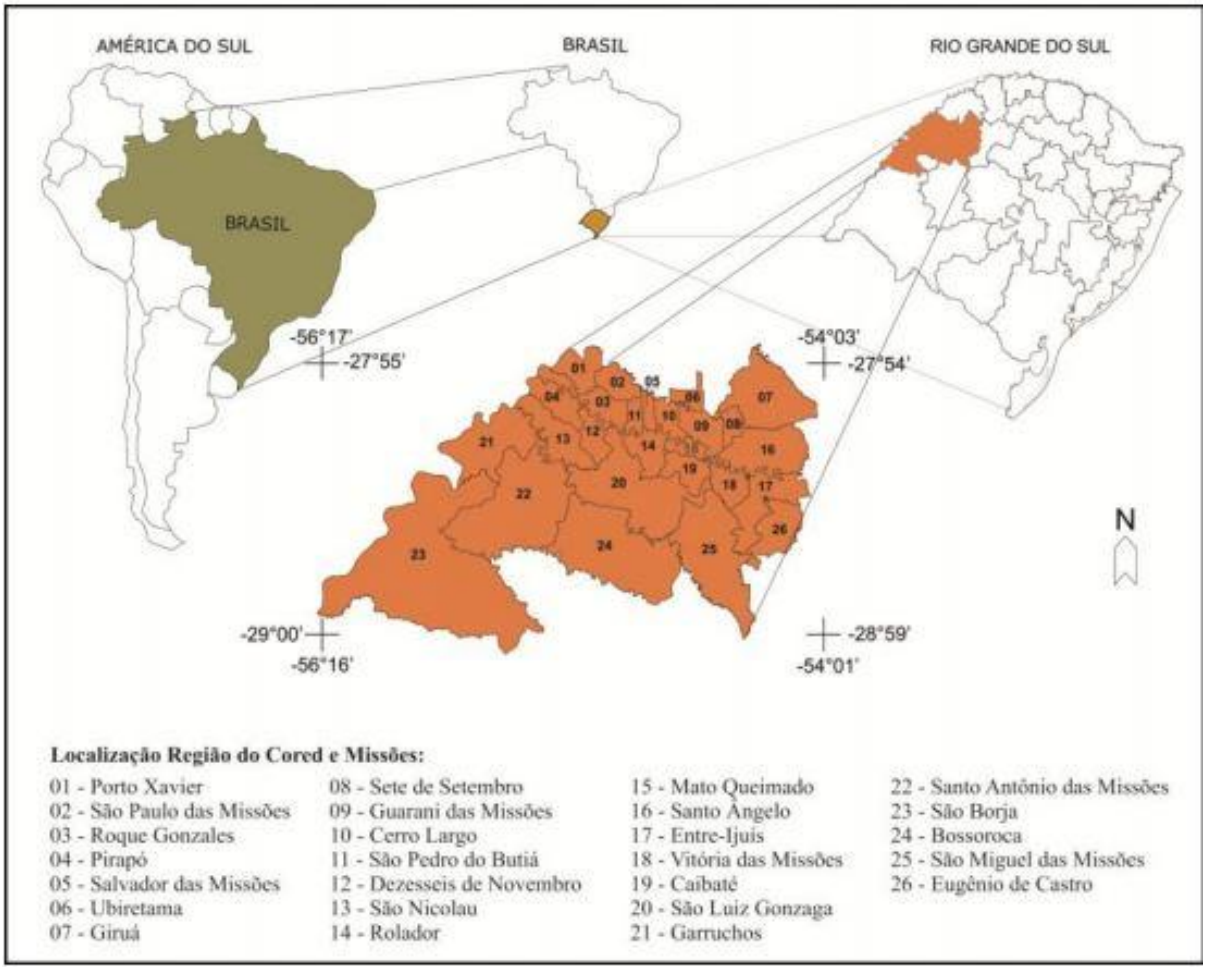
A imagem que normalmente é criada quando se ouve falar da região das Missões no Rio Grande do Sul é das reduções ou dos Sete Povos Jesuíticos Guarani. De maneira mais específica, aflora a lembrança sobre as Ruínas de São Miguel, um dos bens tombados na região, que dispõe também do status de patrimônio mundial. Diante disso, este capítulo será dedicado a apresentar brevemente outros elementos culturais existentes nessa região, atualmente constituída por 26 municípios (Figura 1) que também possuem significativos elementos de referência social, de identidade, tradição, memória, história, beleza, monumentalidade, entre outros aspectos que os tornam referências das missões.

Esse capítulo tem o intuito de fornecer subsídios para que se compreenda quão pontualmente foram as práticas de preservação feitas pelo Iphan nesse vasto universo cultural denominado Missões, e quão difícil é conceber a ideia de um parque que abarque este vasto território de complexas manifestações culturais.

Como serão apresentados elementos culturais das Missões, tomamos por base neste capítulo o conceito de cultura de Clifford Geertz (1973, p. 15) o qual posiciona o termo na contemporaneidade da seguinte maneira:

> O conceito de cultura que eu defendo, [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Figura 1 - Localização da região da Associação dos Municípios Missões/RS



Fonte: adaptado de URI e Iphan (2008 apud STELLO, 2013).

Baseado em Geertz (1973), serão apresentadas algumas das "teias de significados" constituídas e compartilhadas sobre a região das Missões, por meio de uma narrativa histórica sobre a ocupação do território, por povos nativos – ali presentes antes do período colonial –, especificamente os guaranis, passando pela experiência reducional, aplicada pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus e pelo processo de colonização do território ocorrido após o final do período reducional, com a chegada de imigrantes. ,.

Com base em estudos arqueológicos, os guaranis teriam sido um dos mais antigos grupos étnicos a se instalar na Região das Missões.[10] Segundo Schimitz (1991, p. 302 -303) "as primeiras aldeias da tradição tupi guarani no Rio Grande do Sul estão ao longo da inflexão do rio Uruguai, no nordeste do estado. Estima-se que as mais antigas remontam ao tempo do nascimento de Cristo ou um pouco depois".

[10] Segundo Schimitz (1991), encontram-se vestígios de acampamentos, não de instalação, da tradição Umbu e Humaitá na região das Missões, datados de 6000 aC. e 500 dC.

Para Schimitz (1991), os guaranis vieram da região Amazônica e introduziram novos costumes, como o manejo de florestas, cultivando pequenas roças e hortas abertas na mata através das queimadas. Plantavam milho, aipim, abóbora, batata doce, amendoim, feijão, cará, fumo, algodão, um manejo sob a responsabilidade das mulheres. Segundo o autor, os guaranis não domesticavam animais, o que os obrigava a caçar e pescar – atividade masculina – para buscar alimento. "Viviam concentrados em aldeias de casas coletivas, construídas com troncos e palha, numa clareira da mata. Eram consideradas aldeias pequenas as que tivessem de 200 a 300 habitantes. [...] uma aldeia 'grande'; certamente não mais que mil." (SCHIMITZ, p. 1991, p. 32)

Segundo Meliá (1991), os guaranis utilizavam os recursos naturais de maneira distinta, extraindo o necessário para a sobrevivência, sem consumir na totalidade os recursos proporcionando tempo para que estes se restituíssem. De acordo com Viñuales (1990), Meliá (1991) e Quinteros (2002), isso não se dava pura e simplesmente por questões ecológicas, mas porque na percepção dos guaranis, tudo está interconectado – a religião, a prática agrícola e a língua – este é o seu modo de viver e de ser.

> Animicamente o Guarani é um povo em êxodo, mesmo que não desenraizado, já que a terra que busca é a que lhe serve de base ecológica, hoje como em tempos passados e como será amanhã. Ao longo dos últimos 1500 anos – período em que as tribos Guarani podem considerar-se formadas com suas características próprias – os Guarani se têm mostrado fiéis a sua ecologia tradicional, não por inércia, senão pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca dos condicionantes ambientais mais adequados para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição neste caso é profecia viva. A busca da 'terra sem mal' como estrutura do modo de pensar do Guarani, informa o dinamismo econômico e a vivência religiosa, que lhes são tão próprias. (MELIÁ, 1991, p. 15).

Na contemporaneidade, podem ser percebidos elementos culturais dos guaranis incorporados ao cotidiano dos habitantes da região missioneira, principalmente vinculados à toponimia, como o nome dos rios, de cidades, peixes, frutas, e também em práticas gastronômicas como o churrasco, o chimarrão, no cultivo da terra, entre outros que constituem o ser missioneiro (SHIMITZ 1991).

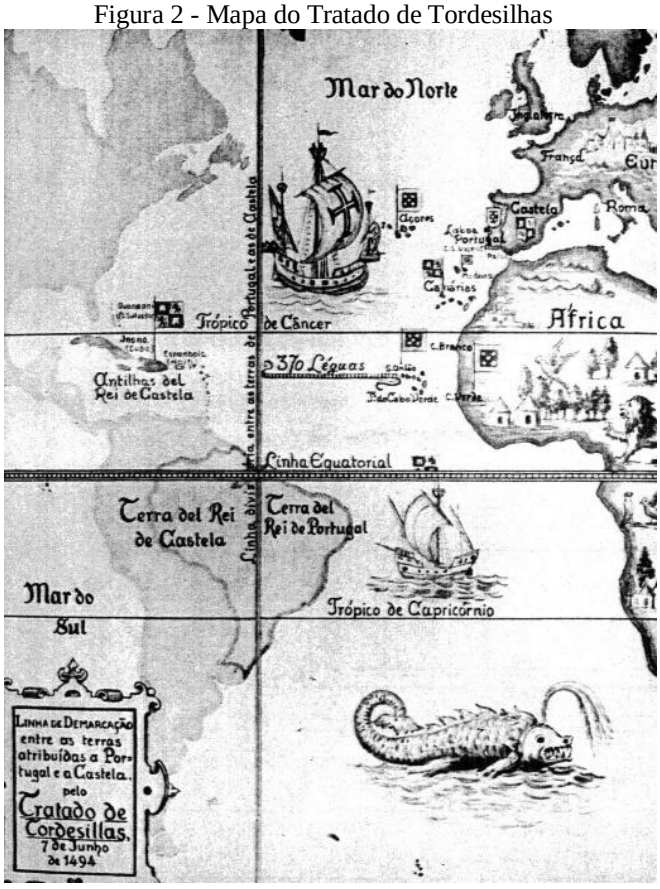
1.1 PERÍODO REDUCIONAL

Há vasta historiografia sobre a Companhia de Jesus e as missões de catequização no Novo Mundo e seus contextos. Para nossa abordagem, o tema será tratado com base em pesquisa bibliográfica, através dos trabalhos de Furlong (1969), Bruxel (1987), Gutierrez

(1987), Le Goff (2003), Maeder (1990), Shimitz (1991), entre outros, buscando de maneira breve apresentar um panorama desse período histórico.

Referenciamos como ponto de partida para o entendimento desse período, o processo de colonização da América em que portugueses e espanhóis acordaram a divisão das terras em todo globo terrestre através da formulação do *Tratado de Tordesilhas*, assinado em 1494, que estabelecia um meridiano que indicava a posse das terras situadas a oeste à Coroa Espanhola e a leste à Portuguesa (Figura 2). Deve-se ressaltar, de acordo com Le Goff (2003), que nesse mesmo contexto de expansão marítima, navegações e colonização, dava-se o enfraquecimento de uma das principais forças regentes da sociedade europeia, a Igreja Católica, pela Reforma Protestante idealizada por Martinho Lutero no século XVI, que lançara novas formas de pensar a religião.. Em resposta à criação luterana, a Igreja Católica lança a Contrarreforma ou Reforma Católica como forma de reação ao pensamento luterano.

Figura 2 - Mapa do Tratado de Tordesilhas



Fonte: Scliar (1995).

Em meio a essas transformações foi criada a Companhia de Jesus, fundada pelo capitão do exército de Pamplona Inácio de Loyola, em 1539-1540, dedicada ao trabalho missionário, projetando-se para fora da Europa, entre outros aos territórios americanos. O

trabalho de catequização dos indígenas levou à criação das reduções, das quais algumas ruínas foram tombadas como patrimônio nacional brasileiro.

Segundo Gutierrez (1987, p. 58) a consolidação do modelo reducional ocorreu de maneira gradual. Primeiramente,

> Os Jesuítas foram para o vice-reino do Peru em 1567, onde estabeleceram um tipo de ação evangelizadora que se denominava 'missão', ou seja, um avanço sobre as zonas indígenas não catequizadas ou sobre centros urbanos espanhóis, onde por certo tempo se pregava e em seguida se retornava ao colégio ou residência central.

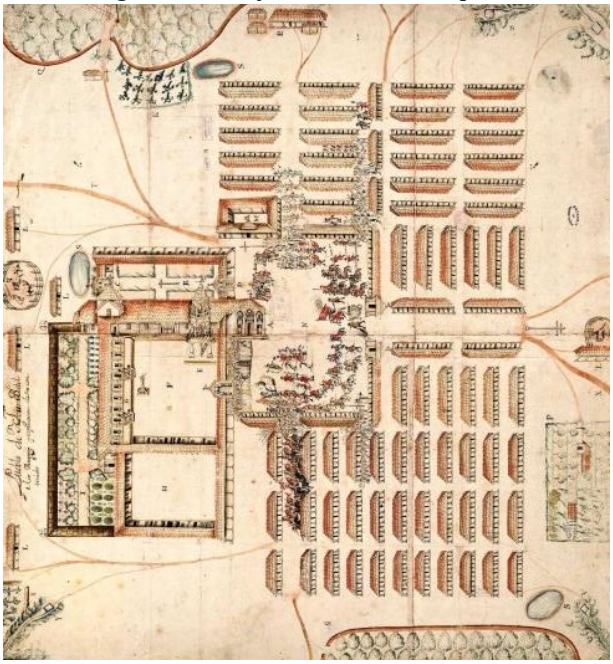
No entanto, este modelo de ação catequizadora modificou-se, devido às dificuldades administrativas, que levaram à necessidade da criação de novas formas de controle e organização da comunidade indígena. A partir de então, a Companhia de Jesus aderiu à nova forma de atuação, que consistia na prática reducional do nativo.

Gutierrez (1987, p. 63) entende que os jesuítas, "ante a pressão do vice-rei Toledo, aceitaram em 1576 tomar a cargo a redução de Julí (às margens do lago Titicaca, entre o Peru e a Bolívia), que se constituiu na primeira experiência reducional da Companhia de Jesus".

Para o autor supracitado, esta Ordem Religiosa se tornou o principal agente de redução dos nativos existentes na América Latina. Após acumulada experiência, os jesuítas iniciaram em 1609 a ação de catequização que modificaria em parte a cultura do indígena americano no vasto território da província do Paraguai. Nesse período, os padres jesuítas, acompanhando o curso do rio Paraná, fundaram o primeiro povoado missioneiro nas terras férteis do Guairá, hoje oeste do Estado do Paraná e outros chegaram ao Itatim, no atual estado do Mato Grosso do Sul.

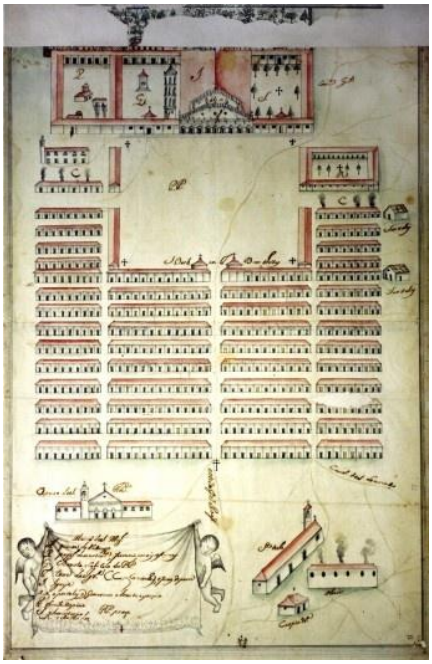
No ano 1626, o padre Roque Gonzáles fundou a Redução de São Nicolau e nos dez anos seguintes surgiram 18 novas reduções, com modelo específico de economia, meios de produção, ocupação espacial (Figura 3 e Figura 4), gerando elementos culturais permeados por aspectos do nativo, o guarani, e do estrangeiro, o europeu.

Figura 3: Redução de São João Baptista



Fonte: Biblioteca Nacional de França, Paris (1756) citado por Custódio (2017).

Figura 4: Riscos de São Miguel



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, citado por Custódio (2017).

Esse modelo de redução, segundo Bruxel (1987), não tinha somente a intenção de catequização do gentio, mas também de proteger as fronteiras da América Espanhola frente ao expansionismo lusitano. Como consequência os indígenas, em reduções, conseguiram também dificultar os frequentes ataques de bandeirantes paulistas em busca de mão de obra indígena, o que efetivamente não deixou de acontecer.

O sistema reducional era permeado por um complexo sistema social, no que se refere à propriedade: segundo Bruxel (1987), a maior parte dos bens da redução era coletiva. Os indivíduos eram donos somente de seus objetos pessoais, todo o restante era de ordem comunitária. Cada família recebia terras particulares (Abambaé) para o seu sustento, no entanto, precisava trabalhar nas terras coletivas (Tupambaé) destinadas à manutenção da comunidade. Praticamente tudo, desde as ferramentas para trabalhar a terra, meios de transporte (barcos e carros de tração animal), as áreas de mato, as estâncias, os ervais e até as casas de moradia eram coletivas. As famílias na redução recebiam diariamente porções de erva-mate e carne que provinha das terras e campos coletivos.

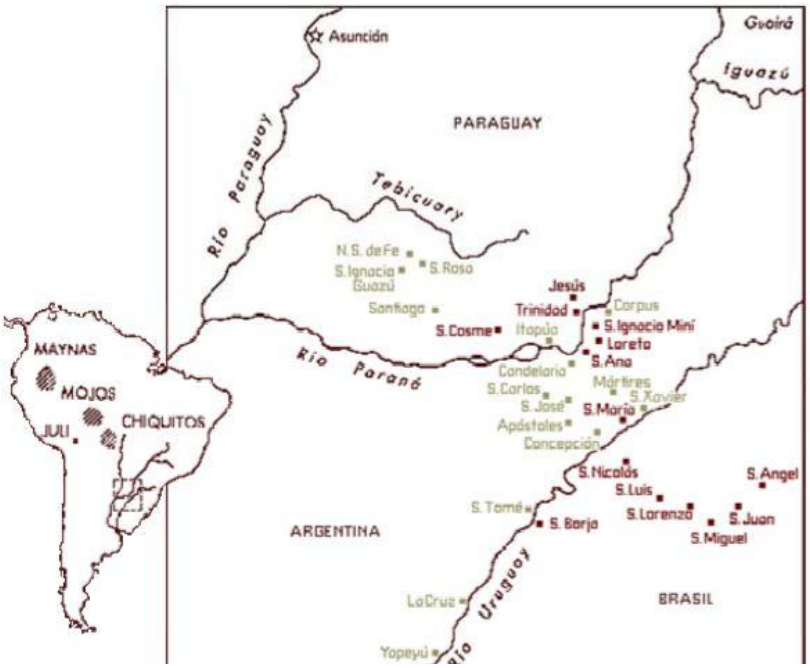
Quanto ao comércio nas reduções, Bruxel (1987, p. 89-91) destaca:

> Dentro da mesma Redução, os índios particulares só podiam trocar entre si coisas dispensáveis e supérfluas, adquiridas por própria indústria ou doadas pela comunidade; não, porém, os bens necessários à vida e ao trabalho, fornecidos pela comunidade. [...] Quanto ao comércio entre duas Reduções será lícito dizer, de modo geral, que não havia comércio entre particulares, nem entre uma comunidade e particulares da outra. [...] mas o que escassava em uma redução podia abundar na outra. [...] No comércio com os espanhóis, todas as vendas e compras dos Trinta Povos eram, normalmente, feitas por meio dos Ofícios de Santa Fé e Buenos Aires, para onde desciam os barcos missioneiros após a colheita da erva-mate. O padre procurador de Ofício, missionário conhecedor de índios e Reduções, e interessado em tudo quanto lhes dizia respeito, procurava logo vender a bom preço os produtos indígenas, antes que o mercado se saturasse. Fazia igualmente as compras para cada Redução.

As reduções com dinâmica própria existiram por 150 anos, chegando à formação de 30 povoados (

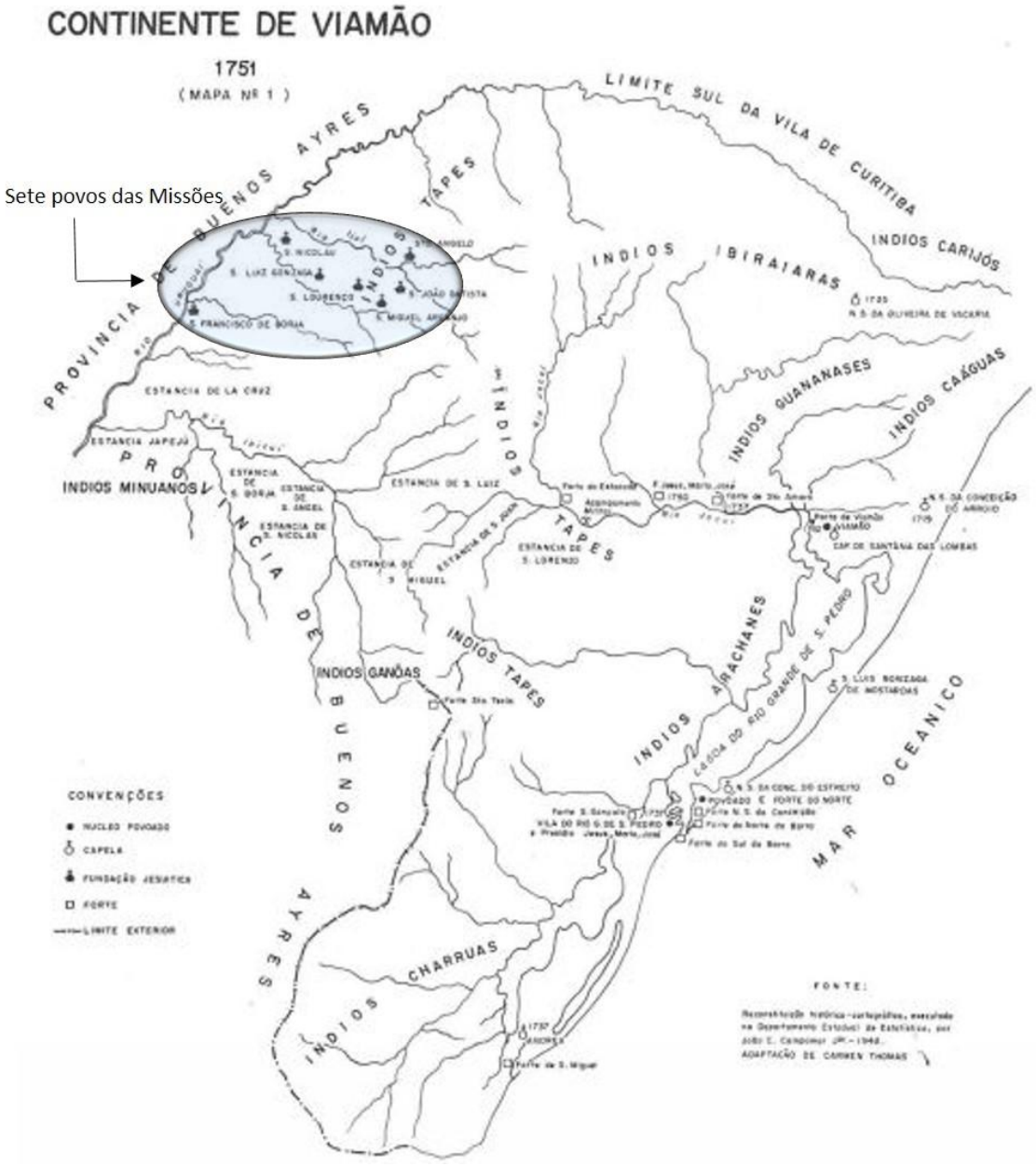
Figura 5), articulados por uma rede de estradas, portos e ligações pluviais entre estâncias de gado, lavouras e ervais, chegando a envolver 150 mil índios e 457 jesuítas. (FURLONG, 1969, p. 315). Nesse universo reducional, na área hoje delimitada comono território brasileiro se encontram os chamados Sete Povos das Missões (Figura 6). Compreendidos pelas reduções de São Francisco de Borja, fundada em 1682; São Nicolau, instalada em 1687; assim como São Miguel Arcanjo e São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, fundada em 1690; São João Batista, fundada em 1697 e; Santo Ângelo Custódio, fundada em 1706.

Figura 5 - Mapa atual com a localização dos remanescentes dos 30 povoados missioneiros



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS (1990).

Figura 6 - Mapa do Continente de Viamão 1751 adaptado pelo autor com a identificação dos Sete Povos no Rio Grande do Sul



Fonte: Reconstituição histórica cartográfica executada no Departamento Estadual de Estatística, por João C. Campomar Jor – 1942, citada por Thomas (1976, p. 24).

Maeder (1990), Bruxel (1987) e Shimitz (1991) apontam o *Tratado de Madrid*, de 1750 (Figura 7), e por consequência a guerra guaranítica como fim do período reducional. Segundo Quevedo (1996), os limites entre as terras de Portugal e Espanha estabelecidos pelo *Tratado de Tordesilhas* firmado em 1494, há muito não era respeitado, e a fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses no território espanhol, atual Uruguai, lugar

estratégico às margens do Rio da Prata, tornava-se um entreposto na implantação do monopólio comercial espanhol.

Figura 7 - Tratado de Madrid



Fonte: Albuquerque (1991, p. 27).

O interesse hispânico por Sacramento teria dado origem ao *Tratado de Madrid*, de 1750, no qual Portugal abria mão da Colônia do Sacramento em troca da região dos Sete Povos das Missões que se encontrava sob regência espanhola. Os espanhóis ali instalados teriam que migrar para as terras do seu domínio.

Conforme os escritos de Maestri Filho (2010, p. 70):

> O Tratado ordenava: 'Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha […]; entregar-se-ão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno […]'. Esse tratado desencadeou a resistência dos Guarani dos Sete Povos que perderiam seu patrimônio, terras, estâncias e tudo aquilo que haviam construído. Essa resistência gerou a Guerra Guaranítica. Os dois exércitos europeus se uniram contra os índios dos Sete Povos das Missões que lutaram em pequenas guerrilhas até 1756 contra ambos.

A Guerra Guaranítica (1754-1756) foi considerada por alguns autores, a exemplo de Golin (1998) e Quevedo (1996), um genocídio, no qual exércitos português e espanhol se uniram contra as tropas missioneiras, que teriam sido comandadas por Nicolau Neenguiru, da Redução de Concepción, na margem ocidental do Uruguai, e por José Tiaraju – Sepé – de São Miguel. O saldo dessa Guerra, segundo Tau Golin (1998), teria sido de mais de 1800 indígenas mortos, sem chances de defesa contra o poderio bélico das tropas portuguesas e espanholas unidas.

Sepé teria sido morto em combate por um tiro de pistola disparado pelo próprio governador de Montevidéu, tendo dito antes da morte a frase "Esta terra tem dono". Sepé atualmente é lembrado na região como um mártir da causa missioneira, sendo popularmente ligado aos movimentos sociais e de lutas no Rio Grande do Sul. (IPHAN, 2006; URI, 2006).

Como consequências desse processo, se tem a expulsão dos jesuítas do território missioneiro, acusados de incitar os indígenas à resistência. Mais tarde seriam também expulsos dos países ibéricos e a Ordem seria suspensa. Com o banimento dos jesuítas desses territórios, outras ordens religiosas tentaram reerguer as missões, no entanto sem sucesso, pois os indígenas que restaram não se ajustaram com os novos missionários e dispersaram-se pela região. Segundo as palavras de Maestri Filho (2010, p. 72),

> [...] os missioneiros foram obrigados a adotar a língua e nomes portugueses, dissolvendo-se na população subalternizada do Rio Grande do Sul. Essa enorme contribuição ao povoamento original do Rio Grande é menosprezada pela historiografia tradicional rio-grandense.
> Derrotados, milhares de missioneiros migraram para a Banda Oriental – Uruguai –, onde se empregaram nos campos, como peões, e em Montevidéu, como chacreiros, artífices, etc., guaranitizando profundamente aquela região.

1.2. PERÍODO PÓS-REDUCIONAL, IMIGRAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS CULTURAIS

Após o *Tratado de Madrid*, as Cortes portuguesa e espanhola, não ocuparam pacificamente seus territórios. Na região dos Sete Povos havia grandes aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas espanhóis e a administração portuguesa não obteve a mesma aceitação pelos povos nativos. Por outro lado, os colonos portugueses não queriam entregar a Colônia de Sacramento aos espanhóis.

Segundo Quevedo (1996), visto o não cumprimento do *Tratado de Madrid* de 1750 por ambas as partes, as Coroas assinaram outro, com o intuito de anular o anterior, chamado *Tratado de El Pardo*, de 1761, que durou até 1777 com a assinatura do *Tratado de Santo*

Ildefonso. Durante esse período, as Coroas portuguesa e espanhola supunham que os guaranis estavam sendo instigados pelos padres jesuítas sobre a não aceitação dos acordos elaborados entres as cortes europeias, fato que contribuiu para a expulsão destes dos territórios portugueses e espanhóis no ano de 1768. Esses eventos, para Quevedo (1996), levaram à finalização da experiência das missões que estava irremediavelmente abalada desde a Guerra Guaranítica.

Nos anos seguintes, continua o declínio e a dispersão das comunidades que viveram nos povoamentos missioneiros. A demarcação do território terminou somente no ano de 1801 quando fora assinado o *Tratado de Badajós*, restituindo as demarcações do *Tratado de Madrid*.

Segundo Leal (1984), desde a desocupação dos povoados das reduções até a década de 1920, a região ficou praticamente abandonada, sofrendo grande deterioração. Isto faz sentido se referido ao local onde antes funcionavam as reduções, tal como os relatos saudosistas dos viajantes que na segunda metade do século XIX estiveram nas Missões, e que não registraram as novas formas de organização sociais ocorridas no espaço. De acordo com seus relados, as antigas reduções estavam em ruínas, cobertas por mato e capoeira. Segundo registros de Hemetério Veloso da Silveira (1909, p. 172), na antiga redução de Santo Ângelo Custódio destaca-se o seguinte:

> Em nossa vista de 1886, começavam a demolir parte do frontispício (referente à Igreja) para aproveitar os materiais na capela que pretendiam construir. Com efeito, veio tudo a baixo, com exceção de duas colunas ainda conservadas, uma caída sobre o solo, outra ainda em pé e a prumo, ambas monolíticas [...]. No lugar da quase basílica, levantada pelos jesuítas, mas barbaramente destruída e abandonada, campeia a nova igreja, construída por influência do novo pároco Francisco Rositi, verdadeiro contraste de seus quatro predecessores.

Outro viajante, Robert Avé-Lallemant (1980, p. 93), em viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858), narra sobre uma comunidade próxima da redução de São João Batista,

> Chegamos ao Carajazinho, '"pequeno carajá', isto é, um arbusto, onde há, à beira da estrada, uma venda e um armazém de mercadorias; um pouco fora da estrada, uma estância; e é isto todo o lugarejo.
> No armazém, onde me apeei por um momento, reinava muito boa ordem; havia ali para vender, tudo o que é necessário para a vida, mesmo a vida do campo, desde o sapato parisiense e o guarda-sol de seda até à colossal espora de ferro do peão e uma multiplicidade de coisas que, pelo seu alto preço, não se compreendem que encontre compradores. E toda via encontramos sem esforço. No sapato envernizado parisiense mete-se amanhã ou depois o pé de uma mulata, de uma índia ou de uma imigrante alemã e no passeio a cavalo o guarda-sol de seda azul furta cor protege tanto os cabelos louros de uma européia como a cabeça de uma negra africana ou de uma guarani sul-americana.
> O proprietário do belo armazém era outro alemão, também de Ouberstein, Frederico Kruel, homem modesto e amável, de muito boa educação. Apenas há quatro anos morava em Carajazinho e já fizera bonita fortuna. Desejei-lhe minhas felicidades

> nos negócios e continuei só, com o 'spahi', pois meu companheiro de viagem brasileiro ficou com o senhor Frederico em Carajazinho.

Auguste Saint-Hilaire, em 1820, Cônego Gay, em 1863, Hemetério Veloso, em 1855 e 1886 descrevem o estado de arruinamento destes lugares, como também a instalação dos imigrantes alemães e corriqueiramente o encontro com indígenas arranchados próximos às antigas reduções. Narrativas que somadas a outras fontes ajudam na compreensão da ocupação do território de Missões e os novos enredos de ocupação surgidos a partir do final do período reducional.

Para compreender este novo arranjo da região das Missões pós-reduções, é importante ter presente a organização econômica do período, voltado à criação de gado, que nesse tempo contava com mão de obra escrava. (FARINATTI, 2010).

A sociedade que se forma nas Missões no início do século XIX, segundo o censo de 1814[11], era composta por: escravos, livres de cor, indígenas e brancos. A maior parte da população da Província de Missões era indígena:

Quadro 1 - População da Província de Missões (1814)

Indígenas	6.395
Brancos	824
Livres de cor	77
Escravos	252
Recém-nascidos	403

*Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1981, p. 50)***.**

Como era de se esperar, a maior parte da população era indígena, mas apresenta-se também o número de escravos do período, número, comprovando a existência de cativos na região. Considerando que os brancos do início do povoamento luso-brasileiro não contavam com mil pessoas, e os escravos somavam 252 pessoas, isto indica que 22% dos novos povoadores da região eram escravos (Quadro 1).

[11] Mesmo tendo a consciência de que as informações estatísticas contidas no censo são frágeis, entendemos que são úteis para dimensionar superficialmente o universo populacional das província de Missões. Censo realizado pela Fundação de Economia e Estatística de Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1803 – 1950, Porto Alegre 1981, 330 p.

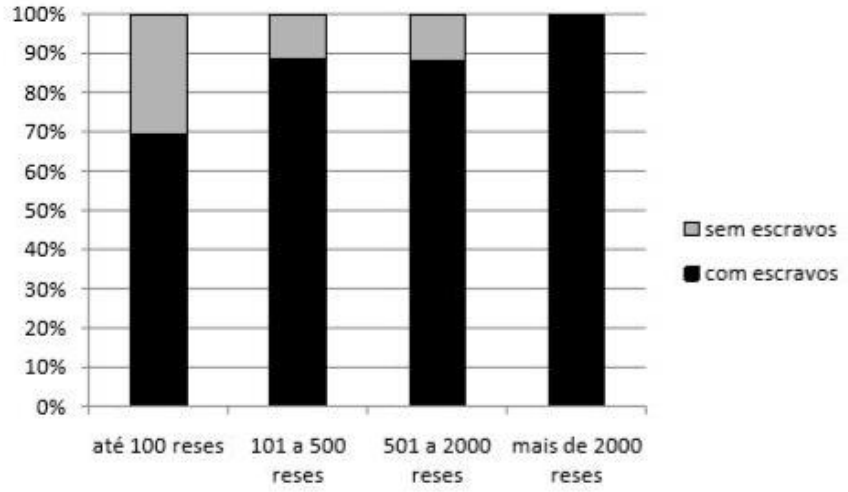
1.2.1 **Escravos nas Missões**

Referências clássicas sobre escravidão no Rio Grande do Sul, Fernando Henrique Cardoso (1989) e Mario Maestri Filho (1984) pontuaram o caráter escravista da atividade pastoril como esporádica e não sistêmica, levantando a tese de que a atividade era destinada ao indígena e mestiços que habitavam a região. No entanto, Paulo Afonso Zarth (2002, p. 117) mostra que a utilização de escravos nas áreas destinadas à pecuária no Rio Grande do Sul foi constante:

> Não há motivos para supor que estancieiros da região das missões não utilizassem cativos. Estâncias pastoris, como quaisquer outras, faziam parte de uma sociedade que adotava um modelo produtivo no qual o uso de escravos era algo comum. Seria muito estranho que, numa mesma província, numa mesma atividade econômica, ocorressem dois sistemas distintos de relações de trabalho. Ao contrário, as fontes levantadas revelam a presença regular de escravos nos estabelecimentos da região.

Assim como Zarth (2002), Osório (2005) e Farinatti (2010), que quantificaram as ocupações dos cativos com base nos inventários *post-mortem* da região das Missões no século XIX, Fontella (2013) apresenta os seguintes dados (Gráfico 1, Tabela 1 e 2 e Figura 8) que auxiliam na compreensão da prática escravista no território de Missões:

Gráfico 1 - Presença de escravos de acordo com a dimensão do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828-1858)



Fonte: Inventário post-mortem da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1930 - 1858) disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul citado por Fontella (2013, p. 172).

Tabela 1 - Proporção dos criadores de gado vacum que possuíam escravos (Vila de São Borja, 1828-1858)

	1828-1840	**1841-1850**	**1851-1858**
Até 100 reses	100%	86%	61%
101 a 500 reses	100%	83%	90%
501 a 2000 reses	100%	100%	75%
Mais de 2000 reses	100%	100%	100%

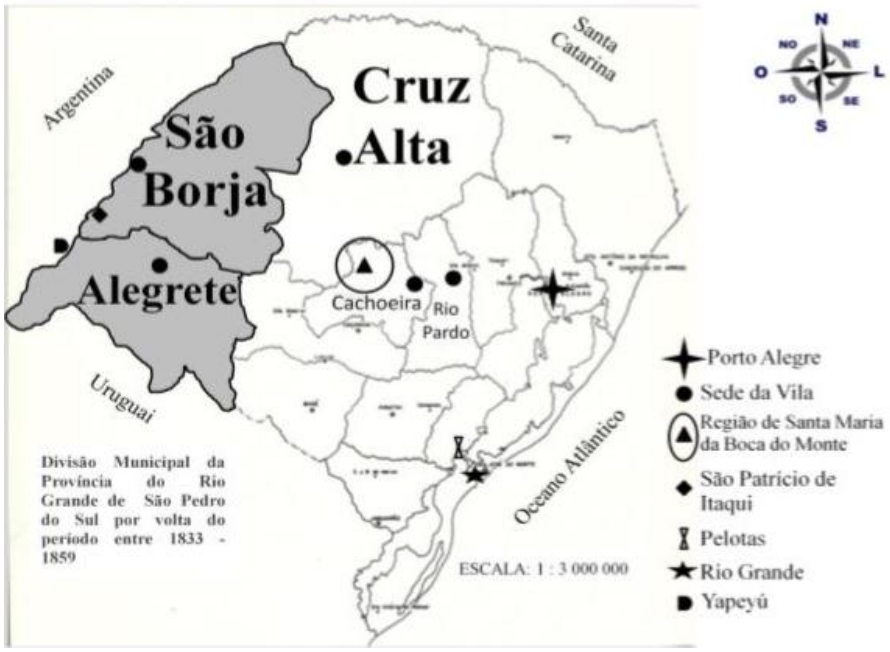
Fonte: Inventário post-mortem da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1930 - 1858) disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul citado por Fontella (2013, p. 173).

Tabela 2 - Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja

Dimensão da escravaria	1828-1850		1851-1858		1828-1858	
	% proprietários	% escravos	% proprietários	% escravos	% proprietários	% escravos
1 a 4	33%	10%	51%	19%	42%	14%
5 a 9	44%	35%	20%	21%	32%	28%
10 a 19	14%	21%	24%	45%	20%	32%
Mais de 19	9%	34%	5%	15%	7%	25%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventário post-mortem da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1930 - 1858) disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul citado por Fontella (2013, p. 179).

Figura 8 - Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833-1859)



Fonte: Adaptação dos Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841 de Marion Zaions (1979) por Fontella (2013, p. 34).

Quadro 2 - Terras de criar e rebanhos dos Sete Povos das Missões Brasileiras (1827)

Povos	Denominação das terras	Nº de terras	Nº de reses	Nº de cavalos	Nº de éguas	Total de cabeças
Sto Ãngelo				20	24	44
S. Borja	São Gabriel	1	5.400	40	86	5.526
S. João	Conceição	1		10	300	310
S. Lourenço	Passiretan	1			300	300
S. Luiz						
S. Miguel	São Vicente	2	16.000	200	400	16.600
S. Nicolau	Itaroquem	1	3.000	40	1.000	4.040
Total		6	24.400	310	2.110	26.820

Fonte: Mapa dos Sete povos (1827) publicado na Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, n. 1, de janeiro de 1921 citada por Fontella (2013, p. 249).

Fundamentado nos dados acima, percebe-se que a economia pós-reducional, articulada pelos primeiros colonizadores estava baseada em um modelo agropastoril e escravista. Regiões como as atuais cidades de São Borja, Bossoroca, Itacurubi, Garruchos, São Luiz

Gonzaga e Santo Antônio, devido a fatores naturais, de vastos campos de vegetação rasteira, contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessa atividade.

Estâncias surgiram, produtos como o charque ganharam destaque econômico e tinham por motor propulsor o trabalho escravo. Inicialmente, durante o século XVIII, trabalho de cativos indígenas, porém com o passar dos anos e com a ampliação da atividade agropecuária, escravos africanos foram utilizados nessa atividade no território Missioneiro. Na cidade de Bossoroca e São Miguel das Missões, ainda são encontrados vestígios materiais relacionados aos africanos escravizados, como cemitério de negros cativos, senzalas, terreiros entre outros. Na cidade de Giruá 35 km distante de Santo Ângelo, confirma-se a existência de uma comunidade quilombola,[12] da região.

1.2.2 **Imigrantes europeus**

Aos poucos os imigrantes e descendentes de europeus, iniciaram a ocupação do território Missioneiro. Conforme Ramos (2010), em 1824 ocorreu uma primeira tentativa de vinda de imigrantes da Alemanha para a região da Redução de São João Batista e São Miguel. Assim como portugueses e açorianos se alocaram em Santo Ângelo, em São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau. Esses novos agentes criaram novas povoações que se desenvolveram sobre as ruínas das reduções, as quais tornaram-se fonte de matéria-prima para erguer as novas casas que comporiam as futuras cidades.

De acordo com Eliane Cruxên Barros (1980, p. 12), na obra *RS: imigração e colonização*:

> a situação política dos países europeus em meados do século XIX, agitada por uma série de movimentos revolucionários, atuou como mola de repulsão de grande contingente populacional. Por razões diversas, este contingente procurou preferencialmente o Brasil. Entre elas, encontram-se certas leis, promulgadas ainda no período do Império, que facilitavam a vinda e o abastecimento de estrangeiros no país.

A conjuntura europeia do século XIX proporcionou a transformação da atual região das missões em um local de diversidade populacional, que além dos guaranis, espanhóis e portugueses, também contava com a presença dos negros africanos, dos alemães, italianos, poloneses, assim como povos de outras etnias.

[12] Situada no Distrito de São Paulo das Tunas, a cerca de 20 quilômetros da sede do município de Giruá/RS, conhecida mais especificamente como a "casas dos Morenos", e que foi reconhecida como Comunidade Quilombola de Correa, sendo registrada e certificada como tal pela Fundação Cultural Palmares, conforme publicado no *Diário Oficial da União* do dia 06 de julho de 2010.

No que se refere à imigração açoriana, Kühn (2004, p. 58) destaca que,

> [...] segundo o historiador Aurélio Porto, teriam entrado no Rio Grande do Sul, até 1754, aproximadamente 2.278 açorianos ou 585 casais, com a intenção de ocupar a região dos Sete Povos, que seria desocupada pelos jesuítas e índios missioneiros. Na espera da transferência para as Missões, os açorianos foram transportados, em parte, para Viamão e Porto Alegre, Santo Amaro e Rio Pardo.

No período referido pelo autor citado, o território das Missões encontrava-se em guerra (posteriormente denominada Guerra Guaranítica) e, por consequência, a impossibilidade de desocupação dos povoados missioneiros fez com que portugueses e açorianos ocupassem outras localidades do Rio Grande do Sul, originando outras cidades na região. Somente em meados do século XIX é que se inicia novamente o movimento de ocupação da região missioneira por estas etnias. (RAMOS, 2010).

A região das Missões pode ser considerada um mosaico cultural, no entanto é perceptível, segundo Spies (2000), uma grande quantidade de descendentes da cultura alemã, talvez devido à imigração recente, haja vista que o primeiro processo de colonização desta etnia no Rio Grande do Sul teve início na década de 1820. Foi retomado no início do século XX, principalmente em função do esgotamento das terras nas primeiras colônias do Estado, gerando movimento de migrações para outras regiões.

Segundo relata Rosmeri Inês Spies (2000, p. 14-17):

> [...] no Rio Grande do sul fora fundada a Companhia de Estrada de Ferro Alemã (Nortwestbahn) para construir uma ferrovia. [...] Em troca da construção, a Companhia recebia a concessão para colonizar uma faixa de terra de 5 Km ao longo da estrada podendo repassar ao preço de 2$00 réis o hectare. Mas não obteve sucesso. Até 1900, essa não chegara a assentar uma dúzia de colonos e o projeto foi repassado à Bauernverein, que através de um acordo com a Nortwestbahn e o Governo Estadual, comprometia-se a colonizar a gleba Serro Azul, no prazo de 10 anos, para assentar famílias de origem alemã. [...] Esses pioneiros de Serro Azul adquiriram lotes de terra na área compreendida entre os rios Ijuí e Comandaí, que foi repartida em lotes segundo critérios diversos. Dividia-se em faixas de terra de um a dois quilômetros de largura, chamados de 'linha'. [...] Cada localidade, desde o início, procurou obter auto-suficiência. Por isso era necessário capela, escola e clube da comunidade, além de uma casa comercial.

Esse assentamento chamado de Serro Azul abrangia os atuais municípios de Cerro Largo, Roque Gonzales, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Sete de Setembro, Porto Xavier e São Pedro do Butiá. Outras cidades missioneiras tiveram influência desta colonização, como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja. No entanto, essas não foram tão marcadas como em Serro Azul, local em que os costumes e as diversas línguas dos imigrantes vindos já da Alemanha unificada foram intensamente cultivados.

Outra etnia presente na região missioneira é descendente de imigrantes poloneses que fundaram a Colônia Guarani, atual município de Guarani das Missões. Para Polanczyk (2010), entre narrativas épicas da travessia do oceano, bem como das fugas da Primeira Guerra Mundial, esses sujeitos tornaram-se imigrantes poloneses no Brasil. Chegaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, tomaram embarcações para Porto Alegre e, mais especificamente, dos "cerca de 5.000 poloneses que receberam lotes de terras na Colônia de Guarany". (POLANCZYK, 2010, p. 104).

Segundo Gritti (2004), as primeiras famílias teriam chegado nesse território por volta de 1891, e três décadas mais tarde a colônia teria crescido, recebendo migrantes poloneses de outras colônias do Estado, como Bento Gonçalves, Veranópolis e Garibaldi, tornando-se quase que exclusivamente polonesa, ficando então conhecida como "a capital polonesa dos gaúchos", destacando-se nacionalmente devido à preservação dos costumes da etnia, conforme publicado na revista Globo Rural em 2006, citado por Ramos (2006, p. 23).

> Guarani das Missões é um pedaço do Brasil onde se fala polonês, pratica-se a culinária típica do país europeu e onde existe um balé folclórico cujos integrantes vestem trajes trazidos da Polônia. Lá bate forte o sentimento de 'eu sou polonês' ou, como preferem dizer, 'ya iezdem polski'. Assim como na nação de origem dos imigrantes, a economia da cidade gira em torno da agricultura e de suas pequenas propriedades.

Neste período de imigrações, na região também se identifica a presença de descendentes de imigrantes italianos, esta, no entanto, não foi tão constante comparada com a imigração alemã nas Missões. Possivelmente isto se deve, segundo Cruz (1986), ao fato de que sua vinda ocorreu por meio de deslocamentos dispersos das velhas colônias de outras regiões do Estado, como a serra gaúcha e a região central.

Não há uma colônia específica de origem italiana, mas sim a presença de várias famílias italianas na formação desse processo de colonização da chamada região das Missões, fortemente marcadas pelos seus costumes, como a produção de vinho, o cultivo da videira, a gastronomia, a língua, entre outros elementos culturais, desenvolvidos com intensidade por estes agentes.

Enfim, o processo imigratório europeu que ocorreu em grande parte do Brasil, foi refletido no contexto da região das missões, apresentado neste capítulo a partir desta breve narrativa histórica, onde se procurou apresentar a diversidade étnica na formação sociocultural do local hoje denominado Missões. Pautado na ideia das teias de significação, serão apresentados alguns elementos desse processo de formação do que é atualmente o ethos da região das Missões, oriundo das relações entre guaranis, jesuítas, povos africanos,

imigrantes alemães, poloneses, italianos, portugueses e espanhóis, entre outros tantos que na contemporaneidade representam a identidade do missioneiro.

E identidade (2016) para este trabalho não é compreendida somente segundo o dicionário *Michaelis*:

> 1 Qualidade daquilo que é idêntico. 2 Paridade absoluta. 3 Álg Espécie de equação ou de igualdade cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita. 4 Dir Conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, defeitos físicos etc., o qual é considerado exclusivo dela e, consequentemente, considerado, quando ela precisa ser reconhecida. I. pessoal: consciência que uma pessoa tem de si mesma.

Esse significado pressupõe basicamente que identidade remeta a traços singulares e individuais. No entanto, baseado em Oliveira (1999 apud ENNE, 2004, p. 8), só se consegue definir isto/alguém em relação àquilo/outrem, implicando necessariamente na "[...] relação de semelhança e, concomitantemente, de diferença". Zygmunt Bauman (2012) e Stuart Hall (2006) inferem ainda que a identidade de um sujeito é vinculada à sua inserção na sociedade/comunidade/grupo/tribo, sendo uma construção constante e inacabada entre o social e o individual, um processo contínuo de transformação, interação e troca.

Somando-se a esses dois autores, neste trabalho de pesquisa, será considerada a interpretação de García Canclini (1998, p. 190) que infere que:

> [...] ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios, a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos.

No contexto das Missões de várias identidades, tem-se muito presente a figura do gaúcho, ou melhor, são facilmente perceptíveis elementos que costumam caracterizar a construção identitaria e histórica do gaúcho nesses municípios que compõem a região das Missões.

A figura do gaúcho assumiu diferentes significados na história, sendo desde o contrabandista de couros, que vivia totalmente livre, à margem da lei e da sociedade, se alimentando de carne e bebendo chimarrão, como também o peão de estâncias de gado, no período em que as terras começaram a ter proprietários após a distribuição das sesmarias, até se tornar o bravo soldado, lutador aguerrido, conforme explica Reverbel (2002 p. 117-118):

> O tipo social do gaúcho perdeu a conotação pejorativa quando, deixando de significar gaudério, um marginal, passou a identificar o campeiro destro e desenvolto nas lidas do pastoreio e pronto a transformar-se em soldado. Chegava-se ao trabalho rural estável e ao serviço militar quase institucionalizado, fundamentos da sociedade de 'soldados e pastores'.

Fischer (2004, p. 23) pensa de modo semelhante a Reverbel, ao vincular o gaúcho à lida com gado, e posteriormente como soldado:

> É nos trabalhos com o gado, para levá-lo até São Paulo, assim como nas patrulhas e agrupamentos militares, que se emprega aquele tipo social que mais tarde será chamado de gaúcho, que pode ter origem étnica em portugueses, espanhóis e índios, quem sabe até em negros.

Auguste de Saint-Hilaire, na obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, definiu o gaúcho como homem que vivia da carne, morava em ranchos, tinha hábitos do chimarrão, do fumo e andava a cavalo.

Nesse processo histórico de formação do gaucho, percebe-se a dinamicidade da identidade formada a partir das relações culturais. As definições do gaúcho vão além das que o remetem a afinidade com as lidas campeiras, – domar cavalo, carnear gado, trançar couro, tropear, comer churrasco, tomar chimarrão –, mesmo que estas sejam traços reconhecidos como característica identitária destes homens, que se criaram pelo Uruguai, Argentina e Sul do Brasil, possivelmente descendentes de portugueses, espanhóis, indígenas e negros.

Na contemporaneidade, no território missioneiro, se encontram muitos elementos que são associados hoje à figura positivada do gaúcho, cultivados ao longo do tempo pela força da tradição e de seus espaços de memória,[13] como os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), criados a partir dos anos de 1940 e comumente encontrados nos municípios missioneiros.

> Os CTG foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. Lá se estudam as danças, as poesias, as falas do gaúcho original, seus hábitos e sua história. A finalidade é mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional. (LUVIZOTTO, 2010, p. 36).

Os CTGs remetem a clubes comunitários, normalmente mantidos pelas mensalidades de seus associados e eventos como bailes e jantares, onde as tradições gauchescas são manifestadas por seus participantes. Nesses espaços, são mantidas tradições gastronômicas, de

[13] Nora (1997) define os espaços de memória e diz que estes surgem em resposta à necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo a partir de escritos, vídeos, fotos, paisagens, monumentos, bustos, enfim, sinais, proferidos oralmente, desenhos, objetos, artefatos, pinturas, que transportam o homem constantemente pela viagem da vida que não para.

dança em grupos, pelas chamadas invernadas artísticas, ou individuais, como a chula,[14] (Figura 9) de poesias, trova galponeira[15] e músicas gauchescas dançada em pares.

Figura 9 - Grupos de danças gauchescos e desafio de chula



Fontes: *websites* Rogério Bastos, Portal das Missões e jornal Liberdade.

As manifestações culturais vinculadas às tradições gaúchas, – principalmente a música e a vestimenta – são encontradas além dos CTGs. No cotidiano dos municípios missioneiros encontram-se apresentações em bares, feiras, eventos etc. (Figura 10).

O gaúcho historicamente é reconhecido pelo chimarrão, bebida feita de erva mate, churrasco, normalmente carne asada no fogo de chão, pelo uso da bombacha, bota e chapéu, e pela afinidade com o cavalo (Figura 11). Normalmente esses elementos são encontrados nos rodeios crioulos, locais em que são representadas as atividades do campeiro – homem que

[14] Chula é uma dança introduzida por tropeiros, dançada em desafio, praticada normalmente por homens. Nessa dança, é utilizada uma vara de madeira chamada lança, medindo cerca de 2 ou 3 metros de comprimento e posta ao chão, com um dançarino em cada extremidade. Regidos pelo som da gaita gaúcha, os dançarinos se desafiam executando um de cada vez diferentes passos de sapateados, avançando e recuando sobre a lança, que não pode ser tocada. Fonte https://pt.wikipedia.org/wiki/Chula_(Rio_Grande_do_Sul)

[15] Trova galponeira é um repente, consta de um improviso cantado e acompanhado por música gauchesca, podendo ser realizado em formado de duelo, solo ou em grupo. Não há semelhança com a trova literária. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Trova_galponeira.

maneja o gado –, e se realizam ações de tiro de laço (consiste em laçar um boi em disparada), gineteada (montaria em cavalo xucro, não domado/domesticado), entre outras práticas (Figura 12). Os rodeios crioulos são realizados em quase todo o território das Missões, inclusive nos municípios em que as manifestações culturais mantêm fortes vínculos com as tradições dos imigrantes alemães e poloneses (Figura 13).

Figura 10 - Propaganda de eventos locais onde são manifestados os elementos gauchescos na região das Missões. Manancial Missioneiro da Canção em Bossoroca, Café de Cambona em São Nicolau e Recital Sul em São Luiz Gonzaga



Fonte: http://sitiodogauchotaura.blogspot.com.br

Fontes: Blog Bossoroca RS, website Identidade Campeira e Sítio do Gaúcho Taura.

Figura 11 - Elementos culturais de identidade do gaúcho



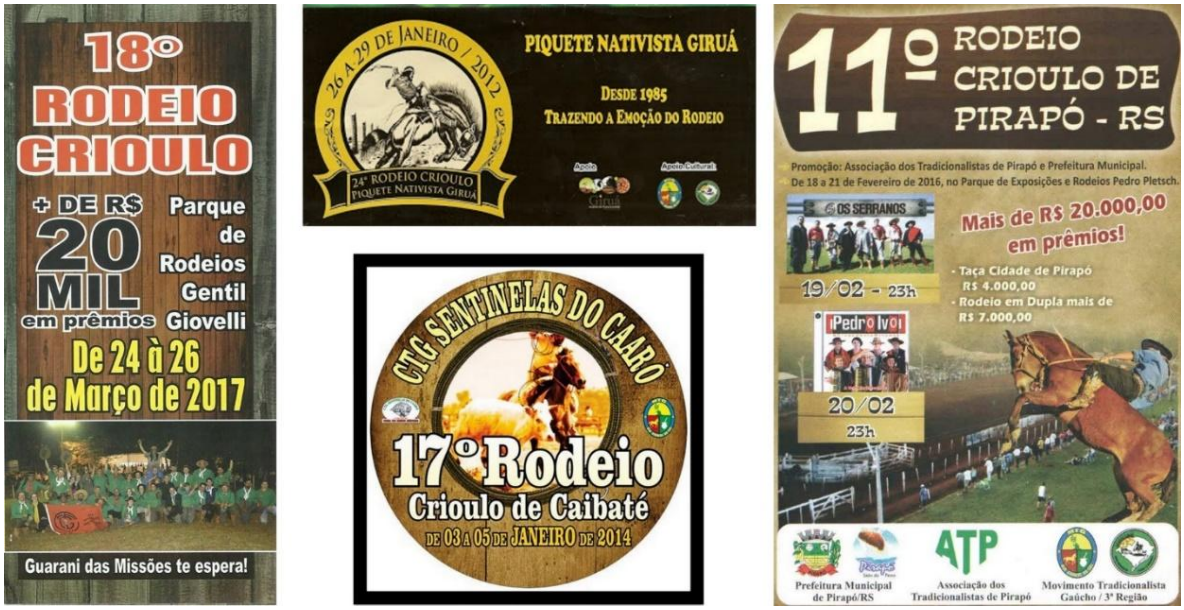
Fontes: Clicrbs e Mapio.net

Figura 12 - Práticas de rodeios - gineteada e tiro de laço



Fontes: Pinterest e Portal das Missões.

Figura 13 - Folders de divulgação de rodeios crioulos nos municípios missioneiros



Fontes: Aliança, Camera e Prefeiruta de Pirapó – RS.

Dentre as diversas formas de celebração de uma cultura gaúcha, salienta-se o Encontro de Arte e Tradição (ENART), (Figura 14) um evento promovido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), dedicado à dança tradicionalista gaúcha. É considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)[16] como o maior festival de arte amadora da América Latina. Os grupos de dança das Missões, normalmente vinculados a um CTG, participam do evento que abrange o estado do Rio Grande do Sul. São centenas de competidores reunindo milhares de espectadores, não só do Rio Grande do Sul, como também de outros estados e países.

[16] Fonte: http://www.mtg.org.br/enart.html

Figura 14 - Grupos de danças gauchescas em apresentação no ENART 2016



Fontes: website ABC do Gaúcho, Diário Cachoeirinha, Alegretetudo e blog Meu Sangue Gaúcho.

Nesta mesma tessitura artística, no entanto dedicado ao canto, à música e à poesia, salienta-se o Encontro Internacional de Chamameceros, um evento que celebra o gênero musical chamamé, tradicional da província argentina de Corrientes, com influência das culturas indígenas e dos colonizadores espanhóis, um gênero musical que permeia o cotidiano dos gaúchos das Missões. O encontro já reuniu artistas de vários países latino-americanos como Mercedes Sosa, Dante Ramon Ledesma, Shana Müller, Yamandu Costa, Jorge Guedes, Luiz Carlos Borges, Daniel Torres e Alejandro Brittes, oriundos do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. O Encontro já se realizou nos municípios missioneiros de São Luiz Gonzaga e Cerro Largo (Figura 15).

Figura 15 - Folders de divulgação do Encontro Internacional dos Chamameceros, realizados em Cerro Largo e São Luiz Gonzaga

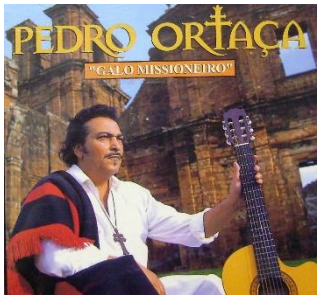


Fonte: Encontro dos Chamameceros

A música gaúcha produzida por missioneiros tem grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, assim como em algumas regiões de países como Argentina, Uruguai e Paraguai. Das Missões surgiram músicos identificados com a narrativa missioneira. Um dos artistas representantes dessa temática é Pedro Ortaça, que reproduz um tipo social de gaúcho missioneiro imaginado em suas canções, como exemplo a canção intitulada "Herança missioneira" gravada no CD *Pedro Ortaça* (Figura 16):

> Cada vez que canto em qualquer parte deste mundo minha voz de touro arranca leivas de capim escravo da terra herança índia e missioneira que os meus avós um dia deixaram para mim. Uma cruz de quatro braços foi sinuelo Tupã reinava nas missões pão e fartura trigo de charque e também nunca faltava a comunhão do mate bueno da ternura. Depois veio a ganância de além-mar povalinos olhos que ainda ecoam por aqui cambeando a sorte empapando a hóstia da paz com o sangue rubro do meu povo guarany por isso canto e te encanta este meu canto pois nos meus versos retumba um estrivilho sou missioneiro viverei eternamente cantando a terra na garganta dos meus filhos. (ORTAÇA, 2009)

Figura 16 - Cd Pedro Ortaça - Galo Missioneiro



Fonte: sítio Pedro Ortaça.

Vários estudos – Ferreira (2016), Souza (2017) e Pinto (2011) têm como objeto a música gaúcha e a figura do missioneiro, vinculados à criação de identidade, aos elementos culturais, às tradições, enfim sobre a narrativa do gaúcho missioneiro na música.

A música demonstra que embora existam narrativas diversificadas do missioneiro pela música, se percebem elementos comuns, como a vestimenta, o vilão, a gaita e o mate, componentes tradicionais da figura do gaúcho (Figura 17) das Missões.

Figura 17 - Músicos Missioneiros: 1 - Xirú Missioneiro de Bossoroca; 2- Jorge Guedes de São Luiz Gonzaga; 3 - Noel Guarany de São Luiz Gonzaga; 4 - Jayme Caetano Braun de Bossoroca; 5 - Cenair Maica de Tucunduva mas passou maior parte de sua vida em Santo Ângelo;



Fontes: Youtube, Radio Guapos, itunes.apple, Toque musical e Mercado livre

A figura do gaúcho vinculado à musicalidade é percebida em alguns municípios das Missões, pela representação material – estátuas – de alguns desses artistas, os quais têm suas imagens em pontos importantes dos municípios, como Jayme Caetano Braun, no trevo de acesso a São Luiz Gonzaga; Noel Guarany, na praça multiuso de Bossoroca e Tio Bilia, no entroncamento de importantes avenidas de Santo Ângelo. (Figura 18)

Figura 18 - Estátuas de Noel Guarany no município de Bossoroca; Jayme Caetano Braun no município de São Luiz Gonzaga e Tio Bilia no município de Santo Ângelo







Fontes: blog Nhecuanos, Mapio.net e website A Notícia.

Nas Missões, em municípios como Cerro Largo, São Pedro do Butiá, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Sete de Setembro, Pirapó notam-se elementos da imigração alemã, perceptíveis principalmente na linguagem preservada pelos dialetos cultivados entre as famílias. Na cidade de Cerro Largo, encontram-se particularidades como grupo folclórico alemão, celebrações de festividades como Octoberfest – que ganha as ruas da cidade no mês de outubro –, bem como em elementos arquitetônico característicos da cultura alemã (Figura 19 e Figura 20).

Figura 19 - Grupo Folclórico alemão Heimatland e Octorberft em Cerro Largo



Fontes: Câmara de Cerro Largo, blog Cerro Largo capital regional da cultura e Rádio Missioneira.

Figura 20 - Arquitetura característica alemã.



Fonte: Villegas (2006 apud STELLO, 2013).

O município de Guarani das Missões preserva elementos característicos da cultura polonesa, na linguagem, culinária, confecção da Mietówka, bebida licorosa destilada à base de menta, balé folclórico, festas populares (Polfest) e cerimônias religiosas (devotos da padroeira da Polônia Nossa Senhora de Chestocova) (Figura 21, Figura 22 e Figura 23).

Figura 21 - Peirogi e Czarnina culinária típica polonesa e Mientówka bebida alcoólica à base de menta, produzidos em Guarani das Missões



Peirogi



Czarnina



Fontes: Wikipédia, website Portal das Missões e Blog Caminhos do Sul.

Figura 22 - Balé folclórico Águia Branca e folder de divulgação da Polfest no município de Guarani das Missões



Fonte: blog *Vilmar Person.*

Figura 23 - Romaria Internacional a Nossa Senhora de Czestochowa no município de Guarani das Missões



Fonte: website Portal das Missões.

Nesse mosaico cultural aqui apresentado, presente no território missioneiro contemporâneo, há também registros materiais das manifestações afro-brasileiras no presente. Como já apontado, no município de Bossoroca,[17] o cemitério dos cativos[18] e o "galpão dos

[17] O nome "Bossoroca" foi atribuído pelos tropeiros, carreteiros, mascates, vendedores e outros que passavam pelo território que hoje corresponde ao município de Bossoroca. Eles sesteavam ou pernoitavam em um local que oferecia condições para um bom descanso, pois possuía sombra, água límpida e farta, que nascia dentro de uma barroca. A essa barroca deram o nome de "Boçoroca", variante do vocábulo guarani *Iby-soroc*, que corresponde a barrocão, sanga funda. Este fenômeno é muito comum no município e ocorre devido aos efeitos das águas em terrenos arenosos. Dessa forma, originou-se o nome Boçoroca, cuja grafia atual é Bossoroca.

negros” da Estância do Sobrado são vestígios da presença do regime escravista nas missões, assim como a Fazenda do coronel Agostinho na Linha São João, no município de São Miguel das Missões, onde existem o tronco (lugar de tortura) e os instrumentos de trabalho dos escravos na produção do charque (Figura 24 e Figura 25).

Figura 24 - Cemitério dos Cativos no município de Bossoroca



Fonte: Iphan e URI (2006).

Fonte: Bossoroca (2018a) Outras cidades das Missões têm nome do vocabulário guarani como Caibaté, Giruá, Pirapó e Ubiretama.

[18] Pequeno cemitério iniciado em 1879, onde negros eram enterrados no chão sem qualquer identificação. (BOSSOROCA, 2018b).

Figura 25 - Estância do Sobrado e "Galpões dos Negros" no município de Bossoroca



Fonte: Iphan e URI (2006).

Na região das missões, além destes vestígios materiais do período da escravidão, encontra-se fortemente os elementos culturais africanos incorporados no cotidiano desta região. No vocabulário gaúcho, encontramos palavras de origem africana, como matungo (cavalo velho), chandango, mocotó, fulo, tunda, monjolo, quitanda, cachimbo, milonga, sanga, cacimba, marimbondo, mondongo, pombo, fandango, chambão (surrado), gimbo (moeda), fuá (arisco), moleque (guri) entre outros. Na gastronomia, o mocotó, assim como, a famosa feijoada, a canjiquinha e o quibebe, que atualmente são pratos típicos brasileiros de origem africana. Esta cozinha vasta e rica é também religiosa, uso do alimento como oferendas nos rituais sagrados das religiões de matriz afro, como o batuque e a umbanda onde o alimento é utilizado para culto de seus orixás está fortemente presente na região das missões. (RS NEGRO, 2010)

Nesta região de múltiplas culturas conhecida como Missões é possível verificar sua constante construção, derivada de vários elementos: transmissões orais e literárias, saberes e fazeres, festas, monumentos, datas comemorativas, práticas religiosas etc., todos expressos por elementos eleitos individualmente e/ou coletivamente, materiais e imateriais, que fundamentam, em dado momento, a história e a identidade cultural dos missioneiros. Elementos que constantemente são acessados e (re)vividos pelo trabalho da memória, uma

parte singular na composição dos homens, consequentemente presente na cultura e também no patrimônio de determinados grupos sociais.

Patrimônio, que segundo Ferreira (2006), originalmente está ligado à herança paterna, para Choay (2011) é vinculado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas da sociedade, assim como para Gonçalves (2007). Porém, é importante lembrar que todos os autores citados corroboram que a palavra não se limita a essas definições, e que o termo patrimônio se modificou durante a história, não colocando em desuso os seus vários significados, ao contrário, o conceito foi se tornando mais complexo.

Nesse sentido, acrescento a citação de Stello (2013, p. 48-49), para quem o patrimônio "[...] é um resultado de uma dialética entre o ser humano e seu meio, entre a comunidade e seu território, entre o presente e o passado e entre esses e o futuro." Patrimônio significa a extensão de nossas manifestações culturais, compõe o cenário social onde nos apresentamos, é registro de nossos comportamentos, é parte constituinte de nossa vida social.

Nesses 80 anos de atuação do Iphan nas Missões, as ações basicamente foram dedicadas a manutenção da materialidade dos cinco bens tombados, raramente são encontradas ações que envolvesse as manifestações culturais locais. Embora os agentes da autarquia tenham acesso as discussões acerca sobre as concepções de patrimônio cultural contemporâneas, estas parecem não promover a transformação na forma de gerir os bens existentes na região missioneira. Haja vista que o ano de 2018 se encerrou e nas Missões ainda se tem a mesma estrutura de trabalho, o mesmo corpo técnico, e não se verificam ações diferenciadas no que diz respeito ao pensamento sobre o patrimônio missioneiro. Até o momento, o PHNM não passa de um nome, e ações de preservação seguem historicamente com poucas variações, mantendo fortemente vínculos com seus mitos fundadores, conforme será apresentado no capítulo que segue.

2. **O IPHAN E AS MISSÕES DA DÉCADA DE 1930 A 1980**

Este capítulo apresenta uma narrativa sobre parte das ações realizadas pelo Iphan durante os seus 80 anos de atuação nos elementos patrimoniais existentes no território denominado Missões no estado do Rio Grande do Sul, de modo associado à história da autarquia na região. Embora se compreenda que no próprio Iphan exista uma diversidade de agentes, interesses e grupos, as disputas e lutas de representação que dela resultam não serão objeto específico dessa dissertação, que se dedica a identificar o discurso autorizado do patrimônio, tal como tratado por Laurajane Smith (2006), que se engendrou e legitimou nas ações de preservação efetivadas durante os 80 anos de atuação da autarquia.

Com base na ideia de Smith (2006, p. 11) de que "[...] há um discurso ocidental dominante sobre patrimônio, [...] 'discurso autorizado do patrimônio', que age no sentido de naturalizar uma gama de premissas sobre a natureza e o sentido de patrimônio", serão verificados neste capítulo e no seguinte, ações, projetos e programas, historicamente recorrentes nas pautas sobre o patrimônio cultural missioneiro, de tal forma reproduzidos, reconhecidos e consagrados, participam da configuração do discurso autorizado do patrimônio.

Para verificar esta hipótese, serão confrontados os processos de patrimonialização de bens culturais na região das Missões e os elementos culturais missioneiros, tal como os agentes locais os identificam, apresentados no capítulo anterior, buscando compreender as percepções de patrimônio predominantes: como monumento excepcional no âmbito da arte e da civilização ocidental, configurada nas primeiras décadas do Iphan (Decreto Lei 25/37); como bem para a indústria turística, que agregou valor mercadológico aos bens culturais (GONÇALVES, 2007), juntamente com a percepção de patrimônio como atração (SANT'ANNA, 2004), delineada a partir dos anos 1960; e as noções de patrimônio como direito a diferença e à reparação, que tem sido difundidas por pensadores como Choay, Menezes, Gonçalves, Chuva, Smith, Pulot, Motta, Nora, Candau, entre outros.

Para tecer esse panorama das ações, foi feito um levantamento exaustivo na documentação encontrada no arquivo da Superintendência do Rio Grande do Sul em Porto Alegre-RS, no Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões, no município de São Miguel das Missões-RS, no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, assim como em material bibliográfico diverso pertinente ao tema. Contudo, a apresentação de todo o universo levantado seria dispersivo e fragmentário. Uma seleção representativa dessas ações foi feita,

com vistas à produção de sínteses, que serão apresentadas de modo sequencial, dando forma à narrativa construída.

Trata-se de uma narrativa histórica, entendida conforme apresentado por Paul Veyne (1998, p. 19):

> [...] a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela já não é um documentário em foto montagem e não mostra o passado ao vivo como se você estivesse lá [...].

Ou seja, a história aqui apresentada não é (nem poderia ser) de fatos em si, e tampouco são esses os únicos eventos que envolvem o Iphan nas Missões. Essa foi a estratégia aqui adotada para mostrar os modos de conceber o patrimônio missioneiro predominantes na Instituição.

A descrição que segue utiliza-se de farta documentação fotográfica, com intenção apenas ilustrativa, para proporcionar um contato visual com o assunto, ainda que, segundo Kossoy (2012), a fotografia possa ser percebida como "fragmentos congelados de realidade". Para o autor, uma fotografia original é por si só um "[...] objeto-imagem: um artefato no qual se podem detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido" (KOSSOY, 2012, p. 42). No entanto, não foi com esse propósito que essa documentação fotográfica foi inserida nesta dissertação.

2.1 DÉCADAS DE 1930 A 1950: O MONUMENTAL, BELO E EXCEPCIONAL NA FUNDAÇÃO DAS AÇÕES DO IPHAN NAS MISSÕES

Parece óbvio iniciar a descrição mencionando as Ruínas de São Miguel localizadas no município de São Miguel das Missões, visto que, atualmente, ela é o bem patrimonial brasileiro com maior status protetivo – Patrimônio Nacional, Patrimônio Mundial e Patrimônio do Mercosul –, e, para além disto, este bem, considerado excepcional, belo, documental etc., foi foco das ações inaugurais da autarquia, criada pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, na qual o Art. 46º assim dispõe:

> Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

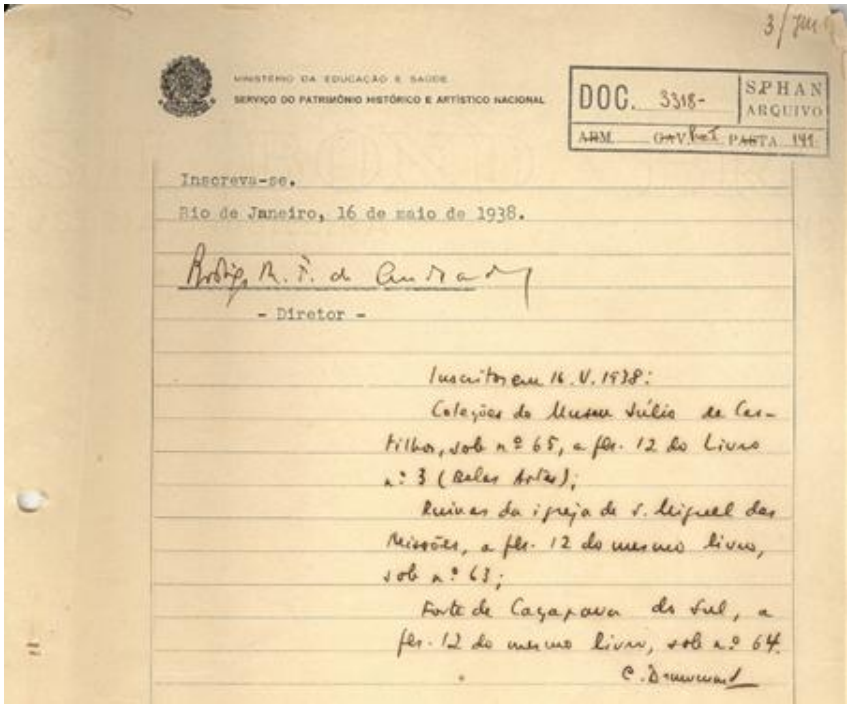
Com a institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a publicação do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, foram lançadas as

primeiras diretrizes para as ações da autarquia. Do Decreto-Lei 25/1937, cabe salientar seus Art. 1º e 4º:

> Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
> [...]
> Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:
> 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.
> § 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

Os artigos supracitados permitem compreender parte importante das orientações dos técnicos/profissionais da autarquia, justaposto no tombamento das Ruínas de São Miguel pelo Processo nº 141-T-38, em que consta na folha 3 (Figura 26) a deliberação do diretor da autarquia, Rodrigo Melo Franco de Andrade: "inscreva-se". Em 16 de maio de 1938, as "Ruínas da Igreja de S. Miguel das Missões" foram inscritas sob o número 63, na folha 12 do Livro Tombo nº 3 (Belas Artes), como Patrimônio Nacional, por Carlos Drummond de Andrade, então chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema.

Figura 26 - Folha 03 do Processo 141_T_38


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DOC. 3318 SPHAN ARQUIVO

Inscreva-se.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938.

- Diretor -

Inscrito em 16.V.1938:
Coleções do Museu Júlio de Castilhos, sob nº 65, a fls. 12 do Livro nº 3 (Belas Artes);
Ruinas da igreja de S. Miguel das Missões, a fls. 12 do mesmo livro, sob nº 63;
Forte de Cacapava do Sul, a fls. 12 do mesmo livro, sob nº 64.

Fonte: acervo digital do Iphan.

Esse é, talvez, o marco mais importante do início da ação da Instituição na região das Missões. Porém, há fatos importantes a serem lembrados, e que antecederam o tombamento das Ruínas de São Miguel.

Embora o SPHAN tenha trabalhado muito na difusão da ideia de patrimônio nacional das Ruínas de São Miguel, ao colocá-las sob sua guarda em 1938, não significa que não tenham ocorrido iniciativas anteriores, voltadas para a preservação deste bem existente no território das Missões no Rio Grande do Sul[19]. Em meados da década de 1920, é possível encontrar relatos de ações de manutenção das Ruínas de São Miguel no arquivo da Secretaria de Obras Saneamento e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul. O Relatório da Diretoria

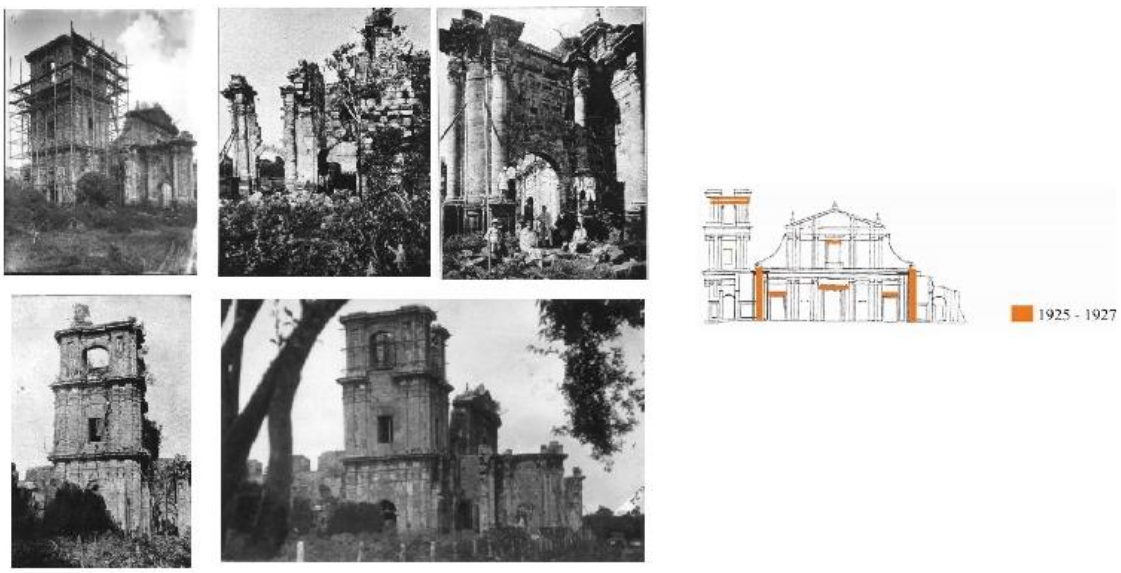
[19] Encontram-se os registros de viagem de Auguste Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul, em 1820, sua percepção a respeito dos reparos (SAINT-HILAIRE, 2002) na aldeia de São Miguel, nos Sete Povos das Missões com o seguinte teor:
A casa do cabildo necessita de reparos, mas existe ainda. A igreja, construída pelos jesuítas, inteiramente de pedra, possui uma torre que servia de campanário, mas há vários anos uma tormenta caiu sobre o telhado, destruindo-o completamente. João de Deus, um dos primeiros governadores portugueses desta província, pretendia fazer reparos neste edifício; juntou materiais, gastou muito dinheiro, mas com a mudança de governo, o sucessor não aprovou o seu projeto. As restaurações da igreja foram interrompidas, as despesas feitas tornaram-se inúteis. [...] São Miguel é a primeira aldeia onde vejo realizar algumas reparações. Se, no início, tivessem atacado essas obras, quando necessário, as aldeias não estariam à beira de total destruição, mas numa região em que não se conserva o patrimônio público, não se pode esperar que os administradores cujo principal interesse é o lucro se dessem ao trabalho de mandar fazer reparos nas edificações que não lhes pertencem, e de que se importam bem pouco. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 373 - 374).
No entanto optou-se pelo registro do Relatório da Diretoria de Terras e Consolidação apresentado por Sergio Urich, como marco das ações institucionalizadas de preservação das Ruínas de São Miguel.

de Terras e Consolidação apresentado ao então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, pelo secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Sergio Urich de Oliveira, datado de setembro de 1926, tem o seguinte teor:

> Temos o prazer de consignar que, por despacho presidencial de 2 de Outubro de 1925, em ofício desta Directoria, nº 236, de 39 de julho, ficou a mesma autorisada a providenciar sobre a guarda e conservação das ruinas do magestoso Templo de São Miguel um dos Sete Povos das Missões, no município de Santo Ângelo.
> A direção dos trabalhos está confiada ao zelo do Chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa, engº João de Abreu Dahne, e se acha em bom andamento. Algumas novas imagens que annexaremos ao relatorio, por ocasião da publicação, darão indicação sobre o estado das obras e o valor dessa inestimável relíquia histórica. (RIO GRANDE DO SUL, 1926, p. 54).

Essas intervenções da década de 1920, que consistiram na amarração da torre sineira, reconstituição da parede lateral leste do pórtico, limpeza e delimitação da área a partir do cercamento (Figura 27 e Figura 28), são as primeiras ações de conservação documentadas e fotografadas nas Ruínas de São Miguel, após o período reducional, encontradas nesta pesquisa.

Figura 27 - Obras executadas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: fotos - Diretoria de Colonização e Terras, 1925; Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro; croqui - Stello (2005).

Figura 28 - Ruínas de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Essas intervenções motivadas pelo governo estadual eram fomentadas pelo Estado brasileiro com base no *Regulamento de Terras* de 1922, onde há uma seção referida a "Logares Históricos", com o seguinte conteúdo: "os sítios que foram palco de fatos relevantes na evolução do Estado brasileiro seriam mantidos como de domínio público ou declarados como tal e devidamente conservados" (RIO GRANDE DO SUL, 1922). São Miguel é enquadrado nestes desígnios pelo governo estadual. O pensamento do período acerca do patrimônio seja no âmbito estadual ou federal, estava pautado no entendimento de que o valor atribuído ao bem era por sua relevância histórica.

O registro fundador das ações do Iphan nas missões também precede o tombamento e data de 1937. Trata-se da solicitação do diretor do Sphan ao arquiteto Lucio Costa,[20] para realizar uma vistoria dos remanescentes arquitetônicos dos chamados Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, que gerou a visita e um denso relatório do arquiteto. Conforme Lucio Costa (1937 apud PESSOA, 1999 p. 18):

> A primeira incumbência, em 1937, foi ir de hidroavião ao Rio Grande a fim de examinar in loco e decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província jesuítica espanhola, que ficaram encravados do lado de cá. Projetei então o pequeno museu, construído por Lucas Mayerhofer, que também realizou a difícil tarefa de desmontar e reconstruir a torre arruinada.

[20] Lucio Costa tornou-se funcionário do Sphan desde então, aposentando-se nos anos 1970. , Sua memória é latente na instituição, sendo um articulador fundamental do pensamento que se consolida na ação institucional. (Cf. Chuva, 2009).

Segundo Stello (2005, p. 74), “Lucio Costa realizou um relatório que se tornaria norteador do programa de preservação do patrimônio cultural missioneiro até os dias de hoje”. Lucio Costa (1937 apud PESSOA, 1999, p. 25) assim escreve em seu relatório: “Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel, ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar”.

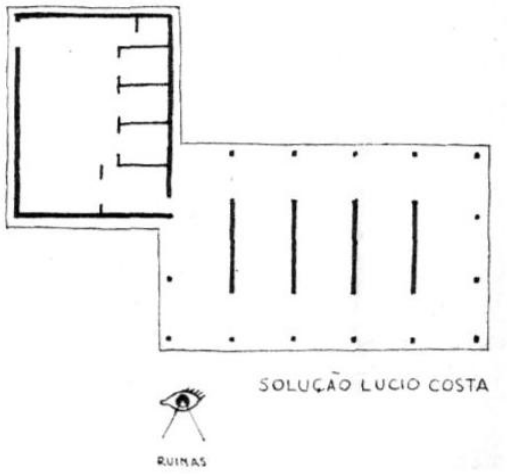
Dentre as instruções, sugestões ou intervenções de Lucio Costa para as missões se tem a criação de um museu, (Figura 29) para guardar em São Miguel, todos os materiais excepcionais das outras reduções. Lucio Costa assim escreve:

> Julgo, para tanto, de toda conveniência a concentração em São Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertençam e estão espalhados um pouco por toda parte, mas, ainda, dos das demais missões, constituindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem ai [sic] mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel [...] os únicos que apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido [...].(COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 37).

E tece ainda as seguintes considerações:

> O ‘museu’ deve ser um simples abrigo para as peças [...] e como a casa do zelador precisa ficar no recinto mesmo das ruínas, é natural que os dois sejam tratados conjuntamente, ocupando a construção, de preferência, um dos extremos da antiga praça para servir de ponto de referência e dar uma ideia melhor de suas dimensões. Conviria mesmo, aproveitando-se o material das próprias ruínas e os esplêndidos consolos de madeira do antigo colégio de São Luis, reconstruir algumas ‘Travées’ do antigo passeio alpendrado que se desenvolvia ao longo das casas. (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 39).

Figura 29 - Esquema do conjunto museu e casa do zelador elaborado por Lucio Costa, 1937



Fonte: Arquivo Central do IPHAN – RJ.

O museu foi concluído em 1940 (Figura 30). Antes disso, algumas obras foram realizadas em São Miguel, iniciadas 1938 (Figura 31) e terminadas concomitantemente ao museu. Obras executadas sob a responsabilidade de Lucas Mayerhofer (1969, p. 10),[21] que assim descreve:

> A consolidação das ruínas e a construção do Museu foram-me então confiadas. Iniciei os trabalhos procurando descobrir as causas que provocaram o desequilíbrio e danos sofridos pelo monumento para decidir-me sôbre o método a adotar. Observo que os processos de restauração se confundem com a prática de execução. Não é razoável nem oportuno querer sistematizar nem fixar normas. Não há norma fundamental para a restauração. Diante do monumento, êle próprio é o mestre; para quem estuda detidamente um monumento, e o interroga com severidade de historiador, paixão de artista e amor de arquiteto, qualquer restauração se determina particularmente por si mesma.

Diante do estado de arruinamento do monumento, como também a tecnologia para este tipo de ação que o país dispunha na época, bem como a mão de obra oferecida, Mayerhofer (1969, p. 10), relata: "A vista da situação, adotei para a consolidação da parte tombada da tôrre o critério de sua demolição prévia a fim de reconstruí-la sôbre novas fundações". Uma ação extremamente criteriosa e impactante aos olhos de leigos, mas que garantiu a preservação desse bem durante o tempo.

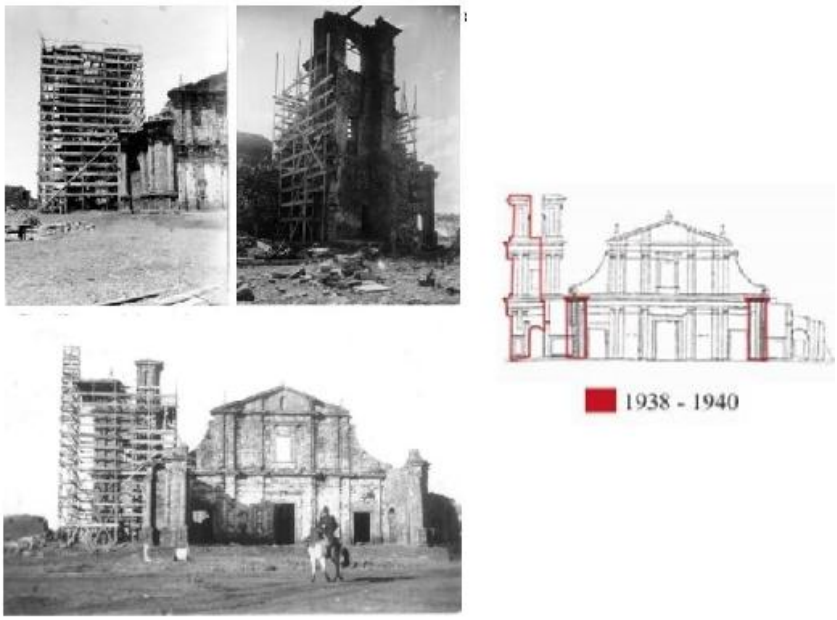
Figura 30 - Museu das Missões 1939 - 1940



Fonte: Arquivo Central do Iphan – RJ.

[21] Arquiteto responsável pelas obras em São Miguel.

Figura 31 - Desmonte e recomposição da torre sineira em 1939 e croqui das obras



Fonte: Arquivo Central do Iphan – RJ, croqui Stello (2005).

As justificativas para o tombamento das Ruínas de São Miguel estão expostas no referido relatório, ao tecer considerações sobre os valores dos elementos construtivos missioneiros, bem como o estado das edificações encontradas. Nesse contexto e com base nessa argumentação as Ruínas de São Miguel das Missões foram tombadas como patrimônio nacional. A ideia do valor do patrimônio das Missões para Lucio Costa, bem como o significado atribuído ao bem foram assim apresentados por ele:

> Vejamos agora quais as medidas a serem tomadas para melhor conservação do que ainda existe e também para dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada **do que foram as Missões.** Julgo, para tanto, de toda conveniência a concentração em S. Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertençam e estão espalhados um pouco por toda a parte, mas, ainda, dos das demais missões, construindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de S. Miguel capital dos Sete Povos os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido, porquanto, limpo o terreno e posto em valor os traços já tão apagados dos panos de paredes, sequência de bases ou simples contornos de fundações do colégio, das oficinas, da quinta e das casas (células, diríamos melhor, pois que a soma de um certo número delas formava verdadeiros blocos de habitação coletiva, à maneira dos modernos apartamentos), a impressão que nos dará S. Miguel, **com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo,** será de muito maior significação. (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 36-37, grifo nosso).

Muito embora Lucio Costa tenha visitado nessa ocasião seis dos sete povos, sugere intervenção somente em São Miguel que, segundo sua opinião, era a única que merecia ser preservada: "Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel

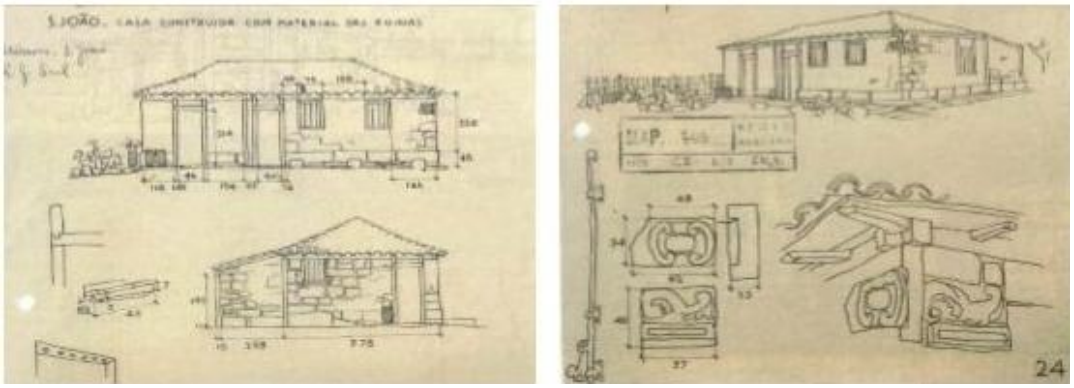
– Capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]". (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 37).

Seguindo sua orientação, a instituição não considerou as Ruínas de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau como bens merecedores do status de patrimônio nacional. No seu relatório, Costa escreve pouco sobre Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Lourenço e São Borja, este último não visitado por condições climáticas, atendo-se a São Miguel e São Nicolau, pela quantidade e qualidade de elementos materiais à vista, assim como escreve particularmente de São João Batista:

> Estas ruínas, a meio caminho, entre Santo Ângelo e São Miguel, ficam um pouco afastadas da estrada e cobertas de mato, tendo, por isto, passado despercebidas aos que visitam aquele monumento. Constituíram, no entanto, para nós, a melhor das surpresas, pois que aí encontramos grande número de peças, algumas de excepcional valor, pelas quais pode se ajuizar da importância desse povo. **Desejo, porém, chamar a vossa atenção para um documento do maior interesse e que deve a meu ver, ser preservado. Trata-se de uma casa datando presumivelmente de fins do século XVIII e toda ela construída com material da antiga redução.** Encontramos em São Nicolau outros exemplos, mas nenhum assim antigo e tão característico. As proporções, os fragmentos colocados de canto sob o beiral, para 'enfeitar', a calçada e as bolas de grés soltas no jardim, o pequeno canteiro feito com os cacos da mesma pedra, a própria 'taipa' que circunda o terreno, toda arrumada com material das ruínas bases, capitéis, fustes estriados e ornatos partidos, tudo concorre para dar a esta casa encanto especial como arquitetura e interêsse como 'documento'. (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 23, grifo nosso).

As referências às Ruínas da Missão de São João Batista limitam-se à casa supracitada, indicada como um "documento de maior interesse" e que deveria ser preservada (Figura 32). Assim como sugerido, a Casa foi tombada como patrimônio nacional pelo Processo nº 104-T-38, inscrição nº 29 - *Livro das Belas Artes*.

Figura 32 - Desenhos da casa construída com material das ruínas da redução de São João Batista



Fonte: Costa (1997).

A importância de Lucio Costa e todo seu legado, assim como de Lucas Mayerhofer, não só para as Ruínas de São Miguel, é sabida e reconhecida. Porém, gostaria de chamar a atenção para uma figura deveras importante na história de São Miguel das Missões, o Sr. João Hugo Machado, o primeiro zelador do Museu das Missões, grande responsável pela constituição do acervo de imagens missioneiras existente em São Miguel (Figura 33) sob a atual curadoria do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Figura 33 - Sr. João Hugo Machado, s/d. e imagens coletadas e dispostas no alpendre do Museu, 1941



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

Segundo Bauer (2006, p. 113), Sr. "João Hugo Machado entrou para história do Iphan como o grande responsável pela coleta da maior parte do acervo que atualmente compõe o Museu das Missões." Coleta de imagens sempre conturbada, raramente tranquila, devido à sua representatividade para as pessoas que as guardavam, pois para além do caráter plástico e histórico, eram, na maioria das vezes, objetos místicos, cultuados dentro dos credos locais, geravam apego, sentimento e devoção dos fiéis.

Perigosos e engraçados relatos foram feitos pelo Sr. João Hugo Machado em entrevistas a Lazzaroto no ano de 1980, quando tinha 75 anos de idade, descrevendo as peripécias oriundas das coletas de imagens:

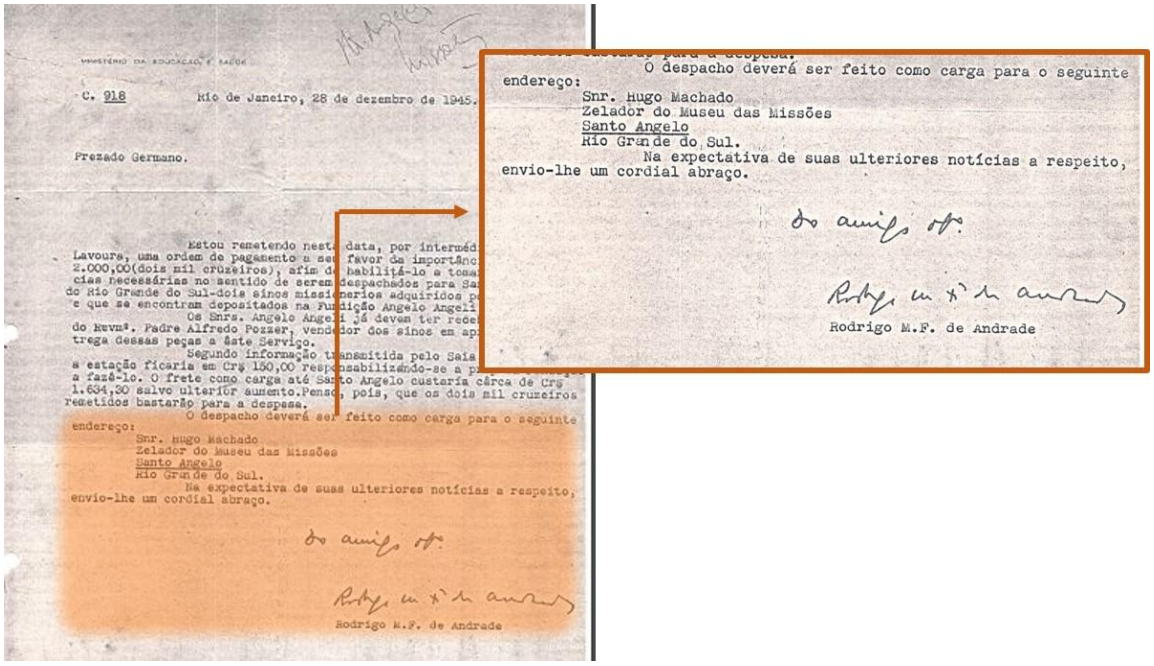
> JHM – Então tirei estas imagens daquelas velhas de Bossoroca, não quiseram me entregar, facilitei muito tempo, e no fim ... quebraram três imagens, e me rogaram tanta praga que me diziam que ... eu saí num caminhão com o, o, 29, 27, nem 29, com um caminhão 27, e elas me rogaram praga disseram: - pega fogo esta porquera de vocês, tomara que pega fogo e queima. Pois olha, saímos um pedaço, bem na frente da casa numa subida, não é que pega fogo mesmo no cano de gasolina, o Bentiho Azambuja, o finado já meteu a mão ali e se queimou ainda [inaudível] a primeira coisa olhei pra estas velhas ...
> DL – [risos]

> JHM – Vou ter que matar estas velhas agora. Mas sorte que apagamos o, o, caminhão...
> DL – O fogo
> JHM – O fogo, senão tinha ido. Ah, essa praga me rogaram, muita praga, barbaridade, [inaudível] começaram moças me detestar, só não me chamaram de santo, mas de resto tudo, porque eu não era santo, mas senão, de ladrão de tudo. (LAZZAROTO, 1980 apud BAUER, 2006, p. 130).

O Sr. João Hugo Machado participou ativamente na busca das imagens espalhadas pela região, por vezes travestido de vários personagens para execução de seu trabalho, ora como pagador de promessas para aproximar-se e requisitar imagens escondidas, por conta da resistência das pessoas em entregá-las, ora como funcionário (Zelador) do SPHAN, como no caso da reaquisição dos dois sinos missioneiros que se encontravam na cidade de São Paulo, que por negociação de Rodrigo Melo Franco de Andrade foram comprados da Fundição Angelo Angeli. Na correspondência oficial do SPHAN nº C. 918, de 28 de dezembro de 1945, (Figura 34) é indicado o endereço de entrega ao "Sr. Hugo Machado, Zelador do Museu das Missões Santo Ângelo-Rio Grande do Sul."

São muitas as referências documentais internas da Instituição a João Hugo Machado, nestes primeiros anos de trabalho nas Ruínas de São Miguel. Isso se deveu, também, ao fato de ser o único funcionário do SPHAN presente em tempo integral em São Miguel, sendo sucedido por seu filho Carlos Machado. A família Machado residiu na casa projetada por Lucio Costa, junto ao Museu das Missões até a década de 2000 e, segundo Bauer (2006, p. 112-113), "Todos os familiares de Hugo, e, posteriormente, de Carlos Machado, de alguma forma, trabalharam no Sítio ou no Museu, na manutenção, limpeza ou recepção dos turistas. Um negócio de família, por assim dizer".

Figura 34 - Correspondência C 918 de 28 de dezembro de 1945



C. 918 Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945.

Prezado Germano.

Estou remetendo nesta data, por intermédio da Diretoria de Rendas Internas do Ministério da Lavoura, uma ordem de pagamento a seu favor da importância de Cr$ 2.000,00(dois mil cruzeiros), afim de habilitá-lo a tomar as providências necessárias no sentido de serem despachados para Santo Angelo do Rio Grande do Sul-dois sinos missioneiros adquiridos pelo Serviço e que se encontram depositados na Fundição Angelo Angeli.

Os Snrs. Angelo Angeli já devem ter recebido do Revmº. Padre Alfredo Pozzer, vendedor dos sinos em apreço, a entrega dessas peças a êste Serviço.

Segundo informação transmitida pelo Sais a estação ficaria em Cr$ 150,00 responsabilizando-se a [illegible] a fazê-lo. O frete como carga até Santo Angelo custaria cêrca de Cr$ 1.634,30 salvo ulterior aumento. Pensa, pois, que os dois mil cruzeiros remetidos bastarão para a despesa.

O despacho deverá ser feito como carga para o seguinte endereço:

Snr. Hugo Machado
Zelador do Museu das Missões
Santo Angelo
Rio Grande do Sul.

Na expectativa de suas ulteriores notícias a respeito, envio-lhe um cordial abraço.

do amigo obº.

Rodrigo M.F. de Andrade

O despacho deverá ser feito como carga para o seguinte endereço:

Snr. Hugo Machado
Zelador do Museu das Missões
Santo Angelo
Rio Grande do Sul.

Na expectativa de suas ulteriores notícias a respeito, envio-lhe um cordial abraço.

do amigo obº.

Rodrigo M.F. de Andrade

Fonte Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

Reafirmando o dito acima, Sr. João Hugo Machado e família são personagens que compuseram a história das Ruínas de São Miguel e do Iphan nas Missões, aparecem nos registros documentais do SPHAN desde a década de 1930 e continuam na memória coletiva dos habitantes do município de São Miguel das Missões, visto que o Sr. Carlos Machado, fonte viva desta história, ainda é residente nas proximidades das Ruínas de São Miguel, figura importante, portadora de memórias específicas deste bem tombado como patrimônio nacional em 1938.

As novas ações do Sphan nas ruínas registram-se no ano de 1954, momento em que foram realizadas novas obras de conservação dos remanescentes da Igreja de São Miguel, ações de limpeza do interior da igreja, "chegando ao nível dos pisos, recomposição do sistema de drenagem, executado em 1938, e de alguns trechos dos maciços".[22] (STELLO, 2013, p. 84). Além da construção e instalação de uma sala de exposição do Museu no interior das ruínas,[23] adaptada na parte da nave lateral do lado do evangelho (Figura 35).

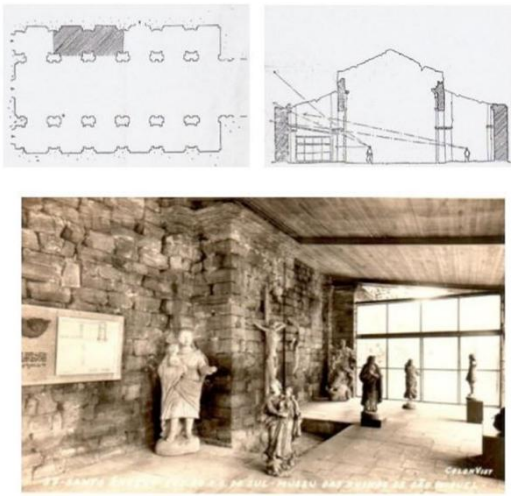
Acredita-se que a instalação da sala de exposição tenha sido motivada pela necessidade de melhor abrigar a grande quantidade de imagens missioneiras resgatadas pelo

[22] Maciço: linguagem utilizada por arquitetos e engenheiros para se referirem às paredes.

[23] Conforme relatório ANS, pasta São Miguel das Missões (1937-1980) citado por Stello (2013, p. 84) a solução arquitetônica e estrutural desta unidade de exposição foi dos arquitetos Maurício Dias da Silva e Victor Noel Saldanha Marinho, optaram por esta solução, pois "O aspeto das novas dependências seria o de "simples abrigo", devendo se incorporar às ruínas sem com elas se confundir ou prejudicar suas características.

Sr. Hugo Machado, visto que na época da elaboração do projeto do Museu por Lucio Costa, não se tinha a percepção da quantidade de elementos da imaginária missioneira existentes na região. Também é possível sugerir que esta construção representa a valoração dos bens móveis pertencentes ao período Jesuítico Guarani. Ainda que o foco da Instituição estivesse nas Ruínas.

Figura 35 - Esquemas para a sala de exposição instalada no interior das ruínas da igreja e Sala de exposição instalada



Fonte: Silva e Marinho (1955 apud STELLO, 2013) e Cartão Postal Colon Vist, citado por Stello (2013).

Considerando que o Museu das Missões foi uma construção projetada para reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais (BRASIL, 1967), Márcia Chuva (2014) convida o leitor a uma reflexão, a partir das seguintes perguntas:

> Deveria ser lembrada ou esquecida a chamada 'guerra guaranítica', que levou à dizimação de cerca de 1500 índios guaranis reduzidos nas missões, que resistiram às mudanças impostas pelo Tratado de Madri, em relação às terras por eles ocupadas, ocorrida em meados do século XVIII? [...] Do que, propriamente, fala o Museu das Missões? (CHUVA, 2014, p. 204-205).

E a própria autora traz algumas das respostas importantes para mencionar neste trabalho: a primeira está relacionada ao período da criação do Museu, onde Lucio Costa justifica a construção do museu para "[...] recuperação da 'ambiência', com a consolidação das ruínas de São Miguel" e acrescenta que a "[...] construção de um museu teria uma função educativa" (CHUVA, 2014, p. 205):

> Aliás, para que os visitantes – geralmente pouco ou mal informados, 'compreendam' melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas [...] parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de São Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida,

> porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões, e como eram as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas de ler e de música, as festas e os lazeres – a vida social da comunidade, em suma. Com datas e nomes, mas tudo disposto de forma atraente e objetiva, tendo-se sempre em vista o alcance popular. (COSTA, 1937, p. 39-40 apud PESSOA, 1999).

Nessa tessitura, Chuva (2014, p. 206) detalha que:

> Há um caráter pedagógico na proposição de Lucio Costa e também a projeção de um público, para o qual se deveria apresentar uma história da civilização. Na sua visão, os jesuítas haviam sido responsáveis por catequizar e civilizar os índios e o museu deveria expressar essa história apaziguada e sem rupturas, rumo à civilização, especialmente graças ao apuro estético que verificou nas peças a serem expostas.

A ideia de patrimônio nas Missões, da década de 1930 a meados da década de 1970, ia ao encontro do ideário de brasilidade que se aprofundou no Estado Novo. E claro, se na contemporaneidade temos acesso a uma série desses elementos culturais – Ruínas de São Miguel, por exemplo – isso se deve à ação de preservação iniciada por estes agentes, à frente da autarquia daquele período.

Ainda assim, os reflexos dessa ação de preservação e seus discursos conferiram à região das Missões uma identidade pautada na crença de que o patrimônio missioneiro é o belo, exuberante e excepcional dos elementos arquitetônicos, católicos, herdados dos civilizadores jesuítas do século XVII. As comunidades tradicionais, suas expressões, tradições, seus elementos culturais são marginais nestes patrimônios nacionais das décadas de 1930 a 1950. Esse pensamento se constituiu em uma verdade natural no campo da preservação. Ainda que em meados da década de 1970 tenha começado a ser criticado e modificado, conforme será apresentado a seguir, ele ainda sobrevive na contemporaneidade.

Apoiado em Bourdieu (1989:107-132), no texto chamado *"A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região"*, podemos compreender como esse contexto de preservação criado com bases no pensamento do Estado Novo, definiu o patrimônio da região das Missões. Nesse artigo, Bourdieu afirma que o conceito de região não é pautado em bases geográficas e físicas, mas sim socialmente por meio de lutas de poder, "lutas pelo monopólio", "luta das classificações" entre grupos sociais diversos envolvidos no processo histórico, no qual os dominantes procuram reproduzir a narrativa oficial.

> As [...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989:113).

Desta forma, percebe-se que a narrativa oficial construída e difundida pelo patrimônio das Missões focou a beleza estética da materialidade das Ruínas de São Miguel e da casa construída com material Missioneiro em São João Batista. Bens representantes de um período histórico, que devem transmitir a ideia do civilizador católico na figura dos jesuítas europeus.

Diante deste conjunto de ações apresentadas, pode-se inferir que a partir de 1938, o tombamento das Ruínas de São Miguel pelo Iphan corroborou com a construção da ideia de Região das Missões, assim como adicionou aos valores históricos documentais que vinham se delineando desde os anos 20, valores estéticos formais. Desse modo, aquele patrimônio foi elevado à categoria de obra de arte, pela sua inscrição no *Livro Tombo de Belas Artes*. Esse foi o caminho para que o patrimônio nacional se integrasse à história e arte universais, aos valores civilizacionais ocidentais. (Cf. Chuva, 2009).

Às representações identificadas no *Regulamento de Terras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul* de 1922, apontadas inicialmente, se somaram às novas representações do Iphan em relação ao mesmo bem: além do histórico, o artístico.

De acordo com Fonseca (2005, p. 53):

> As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte.
> Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo no sentido de não impedir a destruição), ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, conseqüentemente, a preservação. É exatamente nesse processo – que tem uma dimensão explícita, regulamentada, como, no caso do Brasil, a inscrição de bens nos Livros de Tombo, e outra implícita, e muitas vezes até deliberadamente ocultada, que remete as relações de poder, entre os agentes envolvidos com a preservação – que se manifestam os conflitos de interesses em jogo na prática aparentemente tranqüila da preservação de bens culturais em nome do interesse público.

Segundo Fonseca (2005, p. 113), "[...] foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e quinze bens naturais." Nessas primeiras décadas de criação do Iphan a ideia de patrimônio nacional era, como ressalta Fonseca (2005, p. 114):

> [...] que a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética. Inclusive, não havia praticamente historiadores no quadro de funcionários do Sphan, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era especialista na matéria.

Em outra passagem de sua obra *O patrimônio em processo*, Maria Cecília Londres Fonseca reafirma esse caráter de um patrimônio nomeado de "pedra e cal" que se vincula quase que em sua totalidade a bens com valor arquitetônico belo e excepcional:

> Até o final dos anos 50, eram pouco numerosas as inscrições apenas no LH [**Livro Histórico]**, sendo o caso em geral, de casas natais, algumas fortalezas e ruínas. À vista desta constatação, Italo Campofiorito diz que 'os livros, que deveriam servir para classificar os bens culturais, foram pouco a pouco se hierarquizando' (1985, p. 34). Ou seja, embora não fosse admitido explicitamente, na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender as exigências para inscrição no Livro de Belas Artes. (FONSECA, 2005, p. 114, grifo nosso).

Essa postura institucional deriva também do momento histórico do Brasil nestas décadas de 1930 e 1940, momento marcado pela criação do Estado Novo regido pelo autoritarismo de Getúlio Vargas e sua forte investida na criação de um sentimento nacionalista brasileiro, que segundo Chuva (2003, p. 313),

> Nesse projeto, a noção de interesse público prevaleceria, política ou simbolicamente, ante os interesses individuais. Foi este um dos caminhos em que se tornou possível promover o pensamento de unidade nacional, especialmente dentro do Estado Novo: era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador. Somente a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo. As práticas de preservação cultural foram inauguradas no Brasil no bojo desse projeto, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN, em 1937.

Próximo ao pensamento acima, Rubino (1996) descreve que o propósito do Iphan, a partir das práticas de salvaguarda executadas pela autarquia ao longo dos primeiros anos, foi regido pelo discurso de manter de forma seletiva e autoritária, bens móveis e imóveis do território brasileiro para uma pequena porção da população, sob a insígnia de patrimônio nacional.

Ideia coerente com o regime do Estado Novo e perceptível na crítica de Rubino (1996, p. 103), quando a autora infere que: "o SPHAN, elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem descendemos". Ou quando afirma que: "[...] populações indígenas e seringueiras que habitavam o Amazonas poderia ter lugar como objeto de investigação antropológica, mas eram pouco dignas de serem fixadas em uma história documental e evocativa." (RUBINO, 1996, p. 101). A autora aponta como resultado das práticas de tombamento da autarquia, a construção de um Brasil ausente de elementos populares, também constituidores da "nação brasileira".

Neste período entre as décadas de 1930 a 1960, a autora é categórica ao afirmar que:

> Ao retirar igrejas, casas e pontes do anonimato, o SPHAN conferiu ao país não apenas um passado. Mais do que o patrimônio histórico e artístico nacional os conjuntos mostrados anteriormente formam o patrimônio histórico e artístico do SPHAN. Seu acervo, que, na aposentadoria de Rodrigo, que encerrou o período 'heroico', somava estes 689 tombamentos, é um retrato do Brasil que tem rosto e autoria. [...]. Não é obra fechada: estes conjuntos, rearranjados sob outras hipóteses, revelariam certamente outras facetas dessa instituição inventora de tradições. (RUBINO, 1996, p. 105).

Obviamente os bens tombados pelo Iphan não são as referências indenitárias de todos os brasileiros, e majoritariamente compõem somente um "modelo reduzido de um país imaginado". (RUBINO, 1996, p. 98). Segundo Chuva (2003), o Iphan contava com Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, intelectuais que moldaram o patrimônio histórico e artístico brasileiro:

> Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores de uma nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. Com base nessa crença, formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado. (CHUVA, 2003, p. 314).

As Ruínas da Igreja de São Miguel corresponderiam àquilo que Rodrigo Melo Franco de Andrade se referiria, anos mais tarde, como "testemunhos sublimados" e "fervor religioso" do brasileiro[24]. Nesse período, segundo Rubino (1996, p. 98), na "hierarquia interna visível entre os bens tombados, é evidente a predominância do imóvel religioso católico". O valor patrimonial do bem vinculado ao religioso católico também está expresso por Costa (1937 apud PESSOA, 1999), não só pela indicação ao tombamento das Ruínas de São Miguel por possuir os remanescentes da igreja melhor conservados, mas também por sua consideração acerca da preservação, sobre a qual Pessoa (2004, p. 37) escreve que "a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo", cuja frase ressalta o valor da igreja ante o resto dos elementos existente em São Miguel.

[24] Veja a citação completa: "O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculado a personagens e fatos memoráveis da história do país. A subsistência deles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos. [...] Da decisão e da capacidade de nosso povo de assegurar a defesa da integridade nacional, as provas mais convincentes e emocionantes são as **fortificações.** [...] Do ideal e do fervor religioso que inspiraram nossas antigas populações, contribuindo notavelmente para firmar o sentimento de solidariedade entre os habitantes de imenso país, **as igrejas** levantadas nos sítios mais diversos e distantes, em número prodigioso, perduram como testemunhos sublimados. As formas de governo e as instituições políticas e administrativas estabelecidas no Brasil através dos tempos, ficaram bem definidas e assinaladas para a posteridade nos **palácios reais e imperiais**..." (ANDRADE, 1987, p. 57, grifo nosso).

O Sphan dessas primeiras décadas trabalhou fortemente norteado por esses princípios, apontados por Rubino (1996), também expostos por Chuva (2003, p. 328) ao afirmar que:

> Para inserir o Brasil na consagrada história da Arte Universal, investiu-se na reapropriação do barroco, que passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a 'pureza' e 'verdade' das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda da revolução industrial. Foi esta que possibilitou a invenção de novos materiais, novas formas e técnicas. A genialidade de Lucio Costa construía, assim, a genealogia da 'boa arquitetura', universal, em que a produção brasileira se enquadrava, na origem e na atualidade.

Impressiona a competência desses intelectuais[25] à frente da instituição, bem como sua determinação na criação desses símbolos nacionais. Para Chuva (2003, p. 320-321):

> Lucio Costa assumiria papel central dentro do SPHAN, por um lado, ao inter-relacionar três questões fundamentais, na época, que demarcaram a história do Serviço e o lugar que o arquiteto assume dentro do SPHAN: as práticas de preservação cultural, a produção arquitetônica moderna e a formação profissional do arquiteto [...] Desse modo, em momentos cruciais dentro do Serviço, foi delineado um mapa de possibilidades do que viria a se tornar patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Obviamente, Costa e os demais agentes do Iphan estavam integrados com as perspectivas políticas da época do Estado Novo que respaldavam sua atuação na construção de uma unidade nacional. Na conjuntura do Estado Novo, é clara a intenção de forjar um sentimento nacionalista também a partir de elementos materiais convertidos em patrimônio, e a consolidação dessa ideia foi influenciada fortemente pelos agentes à frente do SPHAN. Chuva (2003, p. 320), infere que:

> Para Lucio Costa, a arquitetura daria materialidade à nação, e seria esta a função primordial do SPHAN – dar concretude à nação, não somente desvendando a todos os brasileiros aquilo que, embora existente, se encontrava escondido, mas, também, construindo efetivamente essa materialidade.

Essa ideia tem efetividade nas Missões com o tombamento de São Miguel e da casa construída com material missioneiro (que ruiu na década de 1960), bem como com a construção do Museu das Missões, ambos instruídos por Lucio Costa.

À exceção das Ruínas de São Miguel e da casa construída com material missioneiro, nenhum outro bem das Missões foi preservado pelo Iphan entre as décadas de 1930 a 1970. Neste caso, Lucio Costa afirmava em seu relatório que buscava a "melhor conservação do que ainda existe, e também para dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões" (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 36-37).

[25] Os arquitetos Lucio Costa, Alcides Rocha Miranda, Renato Soeiro, Paulo Thedim Barreto, Ayrton Carvalho, Edgard Jacintho, José de Souza Reis, Lucas Meyerhofer, Sílvio de Vasconcelos e Luiz Saia.

Vê-se que a preocupação com a visitação ao monumento anunciava uma valorização para o turismo que se afirmaria décadas depois, como veremos a seguir.

2.2 DÉCADAS DE 1960 A 1980: O TURISMO, O AUMENTO DO ESTOQUE PATRIMONIAL NAS MISSÕES E A CONSTITUINTE.

Os primeiros 30 anos de atuação do Sphan nas missões foram quase em sua totalidade, dedicados à preservação das Ruínas da Igreja de São Miguel como monumento excepcional do Brasil. No entanto, no final da década de 1960, surgem, no âmbito institucional do Dphan, ideias direcionadas à problemática do turismo dirigido aos bens sob sua proteção (FONSECA, 2005). É também desse período a publicação do Decreto-Lei 55, de 18 de novembro de 1966, que definiu a política nacional de turismo, criando o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

A partir deste momento é possível perceber mais claramente a promoção das Ruínas de São Miguel pelo segmento do turismo, que Choay (2001) chama de operações destinadas à valorização do monumento em produto econômico.

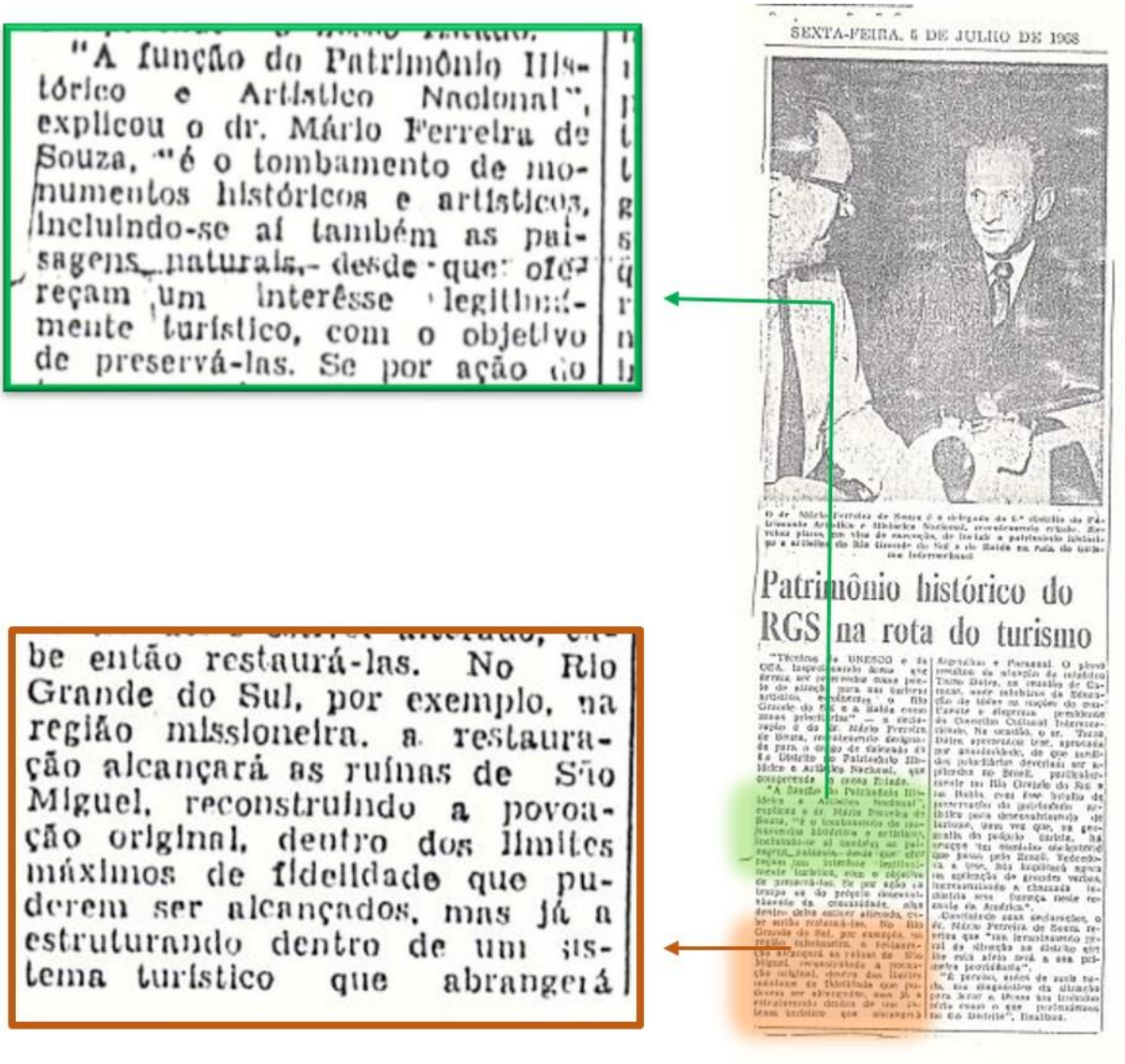
Referindo-se a esse mesmo contexto, Fonseca (2005, p. 142) apresenta as intenções de mudanças nos motivos de preservação do patrimônio brasileiro pelo DPHAN, que a partir de 1965, passou a:

> [...] demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado.

Trata-se de um novo modo de pensar a preservação do patrimônio, expresso, inclusive, em uma chamada no jornal *Correio do Povo*, da cidade de Porto Alegre-RS, no dia 05 de julho de 1968, onde é noticiado que:

> O dr Mario Ferreira de Souza, [...] delegado do 6º distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recentemente criado, revelou o plano, em vias de execução, de incluir o patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul e da Bahia, na rota do turismo internacional. (Figura 36).

Figura 36 - Notícia do jornal Correio do Povo de 05 de julho de 1968



"A função do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", explicou o dr. Mário Ferreira de Souza, "é o tombamento de monumentos históricos e artísticos, incluindo-se aí também as paisagens naturais, desde que ofereçam um interêsse legitimamente turístico, com o objetivo de preservá-las. Se por ação do

be então restaurá-las. No Rio Grande do Sul, por exemplo, na região missioneira, a restauração alcançará as ruínas de São Miguel, reconstruindo a povoação original, dentro dos limites máximos de fidelidade que puderem ser alcançados, mas já a estruturando dentro de um sistema turístico que abrangerá

SEXTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 1968

Patrimônio histórico do RGS na rota do turismo

Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

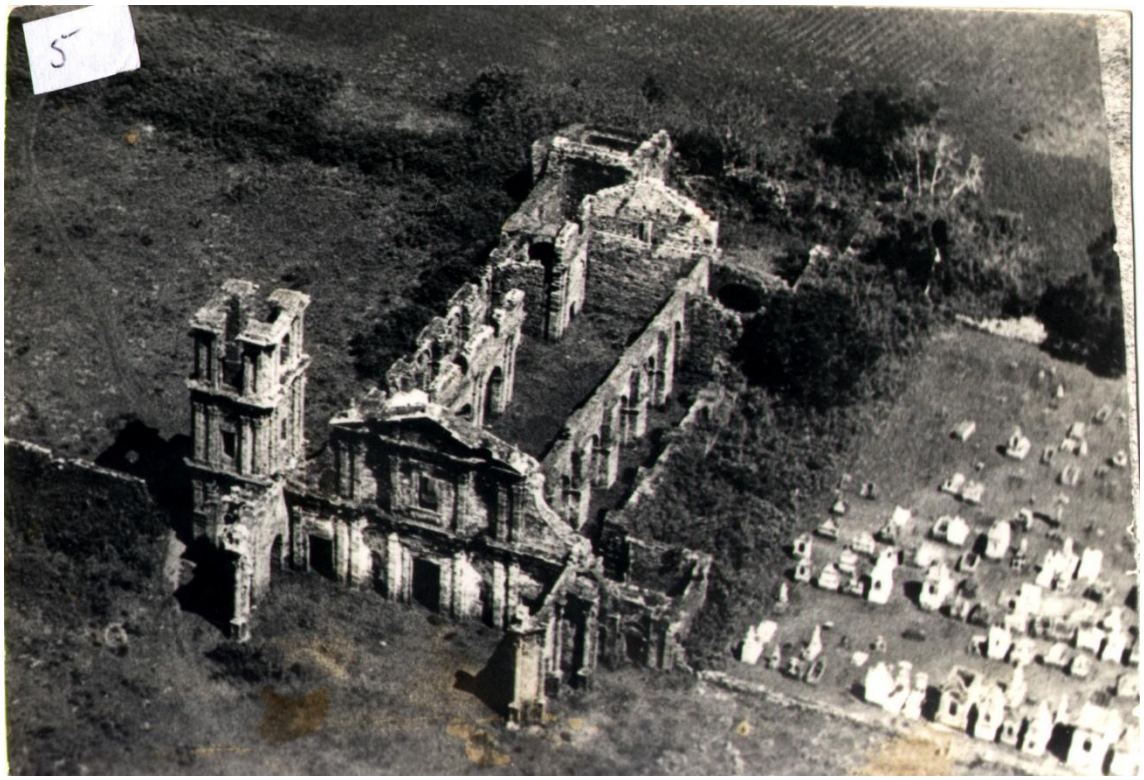
Algumas medidas foram adotadas em São Miguel, possivelmente decorrentes dessa forma de pensamento, como o pedido de fechamento do cemitério localizado ao lado das Ruínas da Igreja, o qual a comunidade de São Miguel das Missões fazia uso, embora tivesse por justificativa direta a "limpeza" do entorno do monumento, "removendo os elementos que perturbassem a sua leitura."[26] A solicitação de certa maneira também visava qualificar o monumento para o recebimento turístico, sendo efetivada via ofício nº 41/68, de 17 de abril de 1968, pelo chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), Luis Saia, ao Prefeito de Santo Ângelo, município a que São Miguel pertencia na época:

[26] Não foram encontrados documentos sobre a reação da comunidade sobre esta ação.

> Senhor prefeito:
> Solicito providências de vossa senhoria no sentido de 'SELAR' o cemiterio cotiguo às ruínas da Igreja de São Miguel nesse município.
> Tal medida torna-se indispensável a fim de permitir a execução de obras previstas para agenciamento paisagistico daquele Monumento.

Não foram encontrados documentos que comprovassem o fechamento do cemitério em 1968. Esse processo durou, pelo menos sete anos, pois somente em 1975, no ofício nº 317/75/SG, o prefeito do município de Santo Ângelo, informava a remoção por completo do cemitério ao lado das Ruínas, impedindo que a comunidade continuasse a utilizá-lo (Figura 37).

Figura 37 - Cemitério da Vila de São Miguel antes de sua retirada em 1975



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Esta ação, segundo Stello (2013), distanciou a comunidade mais ainda do monumento tombado e, segundo Bauer (2006, p. 124-125),

> O descontentamento em relação à remoção dos entes queridos somava-se ao término inevitável de diversos ritos, como a vinda de um rezador que, de tempos em tempos, congregava familiares dos falecidos em cerimônias no cemitério da ruína.

A ação de retirada do cemitério é descrita no oficio nº 317/75/SG, de 12 de maio de 1975, o qual fora emitido pelo prefeito de Santo Ângelo, José Alcebiades de Oliveira, ao Iphan, relatando ao Dr. Luis Saia, arquiteto chefe do 4º Distrito do Iphan que:

> Conforme anteriores entendimentos, vimos informar que a Municipalidade concluiu os trabalhos de remoção do cemitério localizado ao lado das Ruínas Miguelinas, bem como os serviços de preparação do terreno no qual, brevemente, será iniciado o plantio de gramas. [...] Buscar condições de infra-estrutura e **incrementar o turismo em São Miguel tem sido nosso principal objetivo** e, para isso, estamos, permanentemente em contato com os órgãos e autoridades vinculadas ao setor. [...] Neste particular cabe destacar que além da chegada da luz elétrica e água, com recursos exclusivos do ESTADO e MUNICÍPIO, teremos, em breve, o início dos trabalhos para instalação de telefones.
> O ponto alto, no entanto, diz respeito a conclusão da rodovia asfáltica que liga as Ruínas de São Miguel a BR – 285 (17 km) com verbas do Ministério dos Transportes e Exército, através da CER-4. (grifo nosso).

Pelo ofício supracitado percebe-se o empenho para proporcionar uma infraestrutura em São Miguel, com a instalação de água, luz, telefone e via asfáltica, ações em cooperação entre o Município e o Estado em favor do desenvolvimento da Vila. Até a data desse ofício, em 1975, não foram encontrados registros de ações significativas nas demais Ruínas tombadas, tampouco foram encontrados registros de visitantes.

Nesse contexto de novas apropriações e valorização dos bens, podemos utilizar a narrativa tecida por Meneses (2012):

> [...] no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante de um altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: - 'Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação'. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós. (MENESES, 2012, p. 26).

O uso do local como cemitério pela comunidade de São Miguel possuía caráter semelhante ao que a velhinha mantinha com a catedral, e que na visão dos turistas e do guia atrapalhava a visitação ao bem tombado. Não significa que o uso do bem pelos turistas seja equivocado ou inapropriado, ao contrário, é de suma importância, principalmente pela possibilidade de se estender a experiência a outros por meio do contato com o patrimônio, conforme proposto Meneses (2009, p. 29-30):

> Uma palavra quanto aos turistas. Seria perverso pretender negar acesso a valores que podem ser partilhados e cuja a partilha, aliás, deveria ser incentivada. O que é bom é para ser dividido, e se trouxer benefícios econômicos, tanto melhor. Da mesma forma, porém, seria perverso admitir que o regional, o nacional ou o universal, para se realizarem, esvaziassem outros legítimos sentidos e práticas originais locais, que não correspondem mais a nova ordem de interesses. [...] É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem que

> possam antes de mais nada, definir seu potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais. (MENESES, 2012 p. 29-30)

Verificando as ações nas Missões da década de 1960 e 80, foi possível identificar a priorização na promoção do turismo em detrimento dos elementos culturais locais. Neste contexto de fomento do patrimônio histórico e artístico nacional à indústria turística, exposto acima, podemos somar o registro de novas ações de tombamento na região das Missões, que ampliaram o "espólio" patrimonial da DPHAN.

No ano de 1969, foram tombadas pelo DPHAN[27]: as Ruínas dos Povos de São Lourenço, São Nicolau e São João, e seus "respectivos remanescentes onde se encontrarem", conforme descrito no Processo.[28]".

Esses "restos" de unidades missioneiras – segundo o ofício 215/68 que compõe o processo de tombamento – foram reconhecidos oficialmente como bens patrimoniais em nível nacional somente 31 anos depois do tombamento das Ruínas de São Miguel, em um processo que apresenta algumas dificuldades e pressões para a sua efetivação. Segundo informa Luis Saia, pelo ofício 215/68:

> Se o caminho a percorrer é aquele de um plano de conjunto para proteção das ruinas missioneiras, não ha como contornar este problema do tombamento destes 'restos'. Na verdade, porém, eles ultrapassam o nivel de uma pura indicação do local onde existiram as aldeias missioneiras: ainda ha paredes, peças de cantaria, restos de portais e colunas e, especialmente, o desenho no chão das edificações ali erguidas. A considerar o resultado dos desmontes e escavações até agora procedidas em S. Miguel, excelentes resultados poderão render os trabalhos equivalentes nessa ruinas. Vale também considerar o interesse turistico e cultural de sua proteção e consolidação; todas se encontram na imediação de estradas de facil acésso e numa eventual linha tronco que interligaria o miolo da região missioneira. [...] Parece também aconselhavel o estudo de uma formula que propicie o tombamento de tais 'restos' incluindo os eventuais remanescentes estejam eles onde estiverem. Muitas estancias visinhas e, em São Nicolau, muitas edificações se aproveitaram de material retirados das ruinas. Tudo que for possível deve ser feito para faze-los retornar ao local de origem.

Esse tombamento é significativo na história do Iphan, pois parece se opor ao relatório de Lucio Costa de 1937, que assumia somente as Ruínas de São Miguel como bem passível de valor para tombamento. Representa também o interesse turístico e cultural, pois amplia os bens tombados nas Missões, alargando as possibilidade de fomento da indústria "sem fumaça", como o turismo era apresentado naquele período. Acredita-se que a experiência de

[27] Processo nº 813-T-69, instruído por Luiz Saia, referendado pelo diretor do DPHAN, Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Presidente do Iphan de 1967 a 1979, arquiteto da instituição desde 1938, tendo sido por 21 como chefe da Divisão de Conservação e Restauro. (ORMINDO, 2005)

[28] Todas registradas no Livro do Tombo Histórico, j folha 69, Inscrições 426-A, 424-A e 423-A, respectivamente.

31 anos de atuação em São Miguel também é forte justificativa para a ampliação do acervo sob guarda do Iphan nas Missões.

A partir desses tombamentos as ações da autarquia são estendidas a outros bens na região missioneira, embora seja possível afirmar que a "menina dos olhos" da Instituição é ainda São Miguel, que nos anos seguintes, continuou a receber a maior parte dos recursos e das ações de preservação do Iphan na região. Serão elas, as Ruínas de São Miguel, a mais divulgada entre os quatro povoamentos tombados.

2.2.1 Infraestrutura e equipamentos turísticos

Na década de 1970, grandes intervenções ocorreram na edificação de São Miguel, assim como na infraestrutura do município, como o reforço estrutural da fachada principal da Igreja com inserção de elementos em concreto armado; cooperação com o Exército na pavimentação do trecho que liga São Miguel à BR 286; a criação e implantação do espetáculo Som e Luz. Uma nova unidade para exposição das imagens missioneiras foi criada na sacristia da Ruína. Segundo Stello (2013, p. 86):

> Foi realizada a adaptação da antiga sacristia como uma unidade do Museu, construindo-se uma cobertura com o mesmo desenho da abóbada original em alvenaria de tijolos a partir dos fragmentos ainda existentes, desativando-se e demolindo a sala construída na nave da igreja em 1954. Estas obras foram coordenadas pelo arquiteto Luis Saia. (Figura 38).

Figura 38 - Imagem da década de 1990, ilustra a sacristia coberta, que na década de 1970 serviu como unidade do Museu



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Nessa mesma década, foi desenvolvido pela Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR) um estudo chamado *São Miguel: proposta de estratégia de ação e levantamento preliminar* no ano de 1978, que forneceu informações sobre densidade urbana, índice populacional, parcelamento de solos, número de famílias, ocupação das famílias etc. Dados que desenham a Vila de São Miguel no ano de 1978, e representam os esforços do governo do Estado em fomentar o turismo, ações também fomentadas pelo governo federal não somente pela figura do Iphan, mas pelas demais instituições, como o lançamento de selos comemorativos, gerados pelos Correios no ano de 1974, ano em que São Miguel figurou, juntamente com o Parque Nacional das Sete Cidades, no Piauí, na Série Turismo: integração do Homem à Natureza.

No entanto, uma das mídias impressas de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul – Jornal *Zero Hora* – ao publicar a matéria sobre os selos comemorativos, equivocou-se ao associar a imagem do Parque Nacional das Sete Cidades no estado do Piauí à legenda das Ruínas de São Miguel no Rio Grande do Sul (Figura 39).

Figura 39 - Notícia do Jornal Zero Hora de 03/06/1974 sobre o lançamento dos selos da Série Turismo



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

O Iphan legalmente esteve incumbido de responder especificamente sobre o bem tombado, no entanto, inevitavelmente estava envolvido com todo o espaço urbano da então Vila de São Miguel da década de 1970 (e ainda continua). Suas ações influenciaram diretamente na configuração do espaço (município de São Miguel) que fora transformado pelo patrimônio nacional ali consagrado, e as deliberações tomadas impactaram diretamente o território, assim como influenciaram no cotidiano das pessoas que nele vivem.

A Vila de São Miguel, nos anos 1970, segundo o levantamento da CRTUR tinha uma população de 382 pessoas, dividida em 73 domicílios, onde 91% dos chefes de família[29] eram homens, e destes, 76% trabalhavam como agricultores, residindo em um espaço com 74 prédios construídos em torno das Ruínas de São Miguel. Nesse período, a Vila ocupava uma área com aproximados 17 ha, configurando um território com extensos vazios urbanos (Figura 40), e que por ações desenvolvidas pelo município, estado e União, constantemente foi sendo transformado.

[29] Na pesquisa da CRTUR de 1978, chefes de família era a categoria usada para indicar os responsáveis financeiros pelo sustento da família.

Figura 40 - Mapa de ocupação de São Miguel em 1978



Fonte: CRTUR.

Neste contexto de transformações promovidas pelo Estado no patrimônio tombado de São Miguel, foi localizada no arquivo da Superintendência do Iphan do Rio Grande do Sul a solicitação da aprovação do projeto de implantação do Espetáculo Som e Luz, feito pelo governo do estado ao Iphan.[30] O projeto descreve o espetáculo e sua finalidade, bem como traz um detalhamento do funcionamento, locais, materiais que serão utilizados para implantação do equipamento. No projeto enviado ao Iphan em 1976, conforme ofício n. 152, consta a seguinte definição do que seria o espetáculo e sua justificativa:

> Som e Luz é um espetáculo noturno combinando palavras e os jogos de luz e dando, de acordo com o cenário escolhido, o destaque de um fato histórico, o fausto de uma época, a vida de um ou vários personagens célebres a história de um monumento,

[30] Solicitação feita pelo Of. nº 152/76 GS enviado pelo Sr. Mario Bernardino Ramos, secretário de Estado do Turismo ao Dr. Armando Debollo, chefe do 4º Distrito do Iphan em São Paulo.

> estórias e lendas ou simplesmente a exaltação poética de uma região [...]. Desta maneira tendo, tendo em conta nossa intenção de divulgar turisticamente a região das Missões, a história dos Sete Povos e a civilização guarani por todo o Estado e mesmo fora dele. (RIO GRANDE DO SUL, 1976).

O espetáculo foi implantando no final da década de 1970, interrompido e reiniciado nos primeiros anos da década de 1980, em função das obras de conservação das Ruínas de São Miguel. Esse espetáculo constituiu-se em um atrativo associado ao bem tombado. Atualmente, está sob a responsabilidade do município de São Miguel e funciona conforme o projetado, à noite, misturando jogo de palavras[31] e luzes, com duração de 48 minutos, contando uma versão da história dos Sete Povos das Missões.

Esse espetáculo de Som e Luz teve sua primeira apresentação em 12 de outubro de 1978, passando por uma obra de atualização tecnológica no ano de 2016 (Figura 41), que melhorou significativamente a qualidade do áudio e da iluminação, sendo ainda transmitido em versões na língua espanhola e inglesa. A obra foi realizada por intermédio do Instituto Iguassu Misiones, com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e apoio do Iphan. A narrativa datada de 1978, contudo, não foi revista nesse momento.

[31] O texto da narrativa é de Henrique Grazziotin Gazzana e as vozes dos personagens são interpretadas pelos atores Fernanda Montenegro, Lima Duarte, Paulo Gracindo, Juca de Oliveira, Rolando Boldrin, Maria Fernanda e Armando Bógus.

Figura 41 - Espetáculo Som e Luz



Fonte: website Portal das Missões.

Semelhante à narrativa consagrada com a patrimonialização das Ruínas de São Miguel das Missões, em meados da década de 1930, o espetáculo Som e Luz apresenta uma única visão do passado missioneiro, relacionada à presença jesuítica do século XVIII. Nesse sentido, é um instrumento de articulação da memória, que "exige, por vezes, a criação deliberada de artifícios e artefatos memoriais [...]" (CANDAU, 2011, p. 164) para se apresentar fatos de determinados períodos desvinculando determinados agentes, exaltando outros, ocorrendo de forma consciente intencional ou inconsciente, de acordo com o contexto e interesses em que se insere.

O Som e Luz, que conta a história das Missões a partir do diálogo entre a terra e as Ruínas articula elementos arquitetônicos, naturais e sons, com um texto poético gravado na voz de atores, e assim inicia:

> **TERRA**: Quem vem lá? Quem vem lá profanar minha ondulante pradaria? Estrelas, gritos de dor cristalizados pelo infinito vazio desta celeste cobertura. Testemunhas dos dolorosos massacres daqueles dias em que a insegurança e o ódio arrancaram-me do dorso a melhor comunidade que em mim germinou. Ah estrelas, vento irmão, afastai o novo intruso.
>
> **RUÍNAS**: Um momento vos pedimos, calmo leito sobre o qual repousamos há tanto tempo, fecunda terra que manteve e tornou fortes nossos bravos construtores. Amiga terra, berço e sepultura, nós ruínas desgastadas, estaremos dentro em breve confundidas com o lodo em vosso ventre. Antes, porém, atendei! Permite que estes estranhos que voltam a passear aqui, sem a mesma graça, é claro, dos antigos

> guaranis, saibam o que foi feito àquele povo tão belo. Que os estranhos aqui presentes, pelos motivos mais diversos do mais leviano ao mais penetrante, dividam conosco a mágoa universal de ter assistido a um massacre no qual o inimigo colonialista, por cobiça, raiva e inveja moralista, matou com tiro de lança o legítimo habitante destes campos, os braços construtores desta igreja. (Rio Grande do Sul,1978, p.11)

O espetáculo segue articulando variados sons, tiros de canhão, flechas zunindo, gritos, trovões, cavalaria, até o ápice, momento da guerra, onde a figura central é o índio Sepé Tiaraju, o cacique corregedor da redução de São Miguel, que é morto em batalha com um tiro de pistola.

O elemento humano é substituído pelo patrimônio edificado e o espectador é conduzido pela imaginação direcionada pelas restritas narrativas de Pe. Antônio Sepp, jesuíta reconhecido como fundador de São Miguel e que descreve o lugar; Marquês de Valdelírios que fala sobre a retirada dos indígenas determinada pelo Tratado de Madrid; pelos generais de Portugal e Espanha sedentos pela guerra, e pelo brado de Sepé Tiaraju herói missioneiro.

Segundo Jesus e Brum (2015, p. 211), o Som e Luz de São Miguel tem uma capacidade simbólica eficaz, que conduz a sobreposição de valores como a bravura do gaúcho à figura de Sepé Tiaraju, distorcendo de certa maneira a figura do indígena e fomentando a invisibilidade dos M'bya Guarani que hoje vivem em São Miguel. O espetáculo nega a dinâmica cultural Guarani, o "índio enquanto identidade concorrente apenas é aceita e integrada como simulacro, para elaboração da imagem do gaúcho" (JESUS e BRUM, 2015, p. 211). O índio Sepé, herói missioneiro é dissociado de sua matriz indígena, é entendido mais como representante do gauchismo do que propriamente vinculado ao Guarani presente no alpendre do Museu das Missões para venda de seu artesanato.

O Som e Luz pode ser pensado sob a ótica da criação dos simulacros de Baudrillard (1981, p.62), onde a história já não tem a relação próxima do real, visto que a representação dos objetos pelo espetáculo criado configura-se em uma hiper-realidade, ou seja uma "forma vazia de representação". O espetáculo desvincula o espectador da sua própria história, haja vista que a batalha narrada com luzes e vozes nas paredes das Ruínas de São Miguel não ocorreu naquele local, como dá a entender. Ou seja, a praça em frente à antiga igreja não foi o campo de batalha da "guerra guaranítica", conforme apresenta o Som e Luz.

Esse viés turístico vinculado ao patrimônio tornou-se ferramenta de manutenção de uma memória colonial que relegou as múltiplas identidades formativas do território do Rio Grande do Sul. Por meio do espetáculo Som e Luz, o patrimônio encenado se sobrepôs ao

patrimônio vivenciado, tornando-se um pastiche oriundo de ideologias políticas, de práticas e discursos de agentes do patrimônio. (MARCHI; FERREIRA, 2016)

Esse espetáculo promove também o culto à beleza arquitetônica das Ruínas projetada pelo arquiteto italiano Gian Battista Primoli por volta do ano de 1730, assim como o enaltecimento dos padres jesuítas, a criação mítica do herói Sepé Tiaraju, a naturalização do processo de civilização do indígena pelo europeu, como também a barbárie da guerra guaranítica que "culminou com o massacre de cerca de 1500 índios e a derrota dos Guarani missioneiros frente ao exército luso-hispânico" (JESUS E BRUM, 2015, p. 205).

2.2.2 Críticas ao trabalho desenvolvido nas Missões

A atuação do Iphan nas Ruínas de São Miguel se mescla às intervenções municipais e estaduais com foco na preservação fomentada pelo turismo. Apresentamos, a seguir críticas tecidas por cidadãos, representantes de instituições e também pela mídia do Estado a essas ações que envolvem os três níveis de poder e são determinadas, especialmente, pelas demandas do turismo. O jornal *Zero Hora*, de 14 de novembro de 1975, tem a seguinte manchete: "O passado jogado no lixo". (Figura 42).

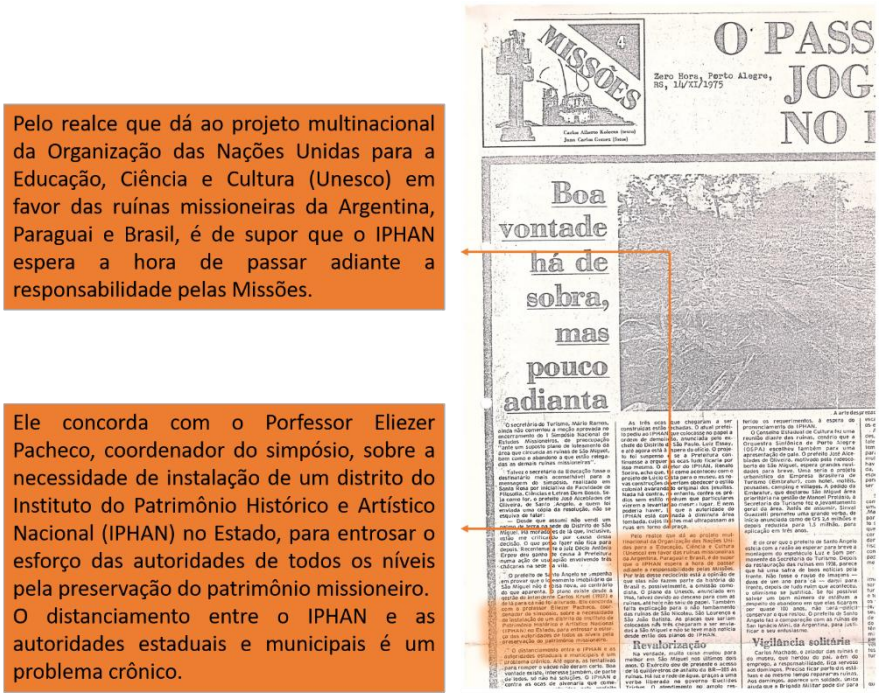
Nessa reportagem, é publicada uma série de críticas resultantes do I Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, realizado no município de Santa Rosa-RS, por iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Foram apontados pelo Jornal problemas como o distanciamento do Iphan das autoridades estaduais e municipais, reforçando a necessidade da presença da Instituição no Estado; foi criticada a aparente "vontade" da Instituição em "passar adiante a responsabilidade pelas missões" (KOLECZA, 1975), devido ao anunciado na década de 1960, de um plano para incluir o patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul e da Bahia, na rota do turismo internacional, e as tratativas da Unesco em um projeto multinacional em favor das ruínas missioneiras da Argentina, Paraguai e Brasil.

O Jornal noticia as melhoras em São Miguel, valorizando o asfalto feito pelo exército ligando as Ruínas à BR-285, principal via de acesso, lembra da instalação da rede de luz e água, e do projeto de Som e Luz, que aguardava deliberações para ser montado. E torna a escrever críticas, chamando a atenção da precariedade na segurança, pelos roubos de imagens missioneiras que ocorreram no período. Chama a atenção para os turistas que escalam as paredes das Ruínas, visto que nesse período os acessos existentes entre as paredes da Igreja

eram abertos, e conduziam a espaços altos como a torre sineira e o coro, permitindo que se andasse sobre as paredes da edificação. O Jornal chama a atenção para o grande risco de acidentes ocorridos em função dessa prática, e a falta de efetivo para gerir o público que visitava as Ruínas de São Miguel (Figura 43).

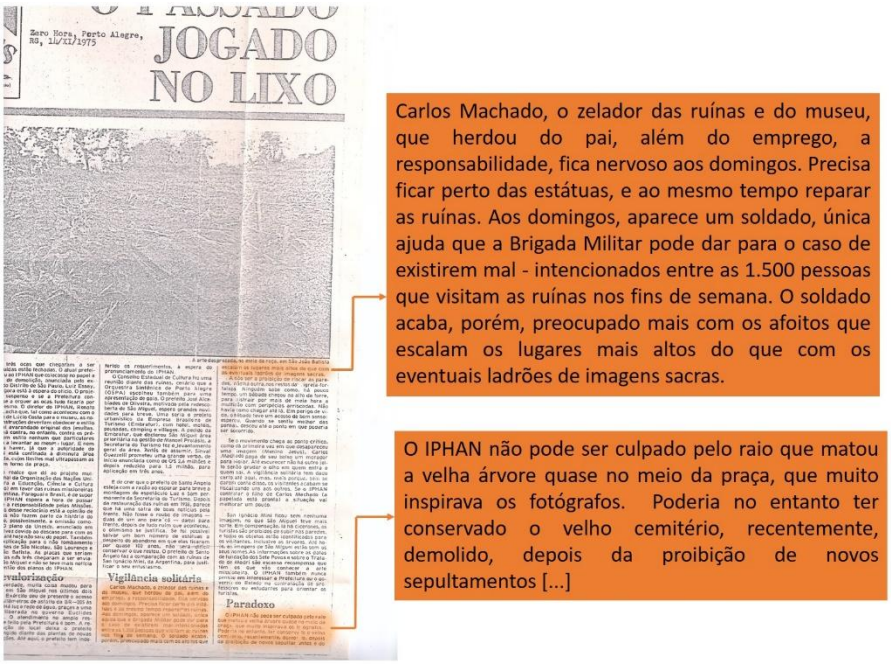
Por fim, a notícia termina com críticas ao Iphan pela retirada do cemitério contíguo a igreja, que era de uso da comunidade da Vila de São Miguel.

Figura 42 - Manchete “O passado jogado no lixo”, publicada no jornal Zero Hora, de 14 de novembro de 1975



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan-RS.

Figura 43 - Manchete “O passado jogado no lixo”, publicada no jornal Zero Hora, de 14 de novembro de 1975



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan-RS.

Outro documento encontrado foi a carta encaminhada ao diretor do Iphan, Renato Soeiro, por Maria Luz de Carvalho, de Porto Alegre no ano de 1977, com um teor de reclamação pelo estado precário em que as Ruínas de São Miguel se encontravam:

> [...]
> No mês de março do corrente ano, visitei as ‘Ruínas de São Miguel’, que, segundo informação estão sob a proteção desse Instituto.
> Constatei que estava havendo destruição do patrimônio. Os tumulos do cemitério que assinalei na foto, não existem mais. Este Cartão recebi em 1976, ainda haviam os tumulos, segundo informações da pessoa que enviou-me o cartão. A grama virou macega (mato pequeno). Os filhos dos turistas – geralmente da região, fizeram necessidades fisiológicas nas escadas existentes na parte interna – nas paredes que no passado davam acesso aos sinos do templo. Os indios, descendentes dos Guaranis faziam fogo dentro da igreja.
> Havia, no dia em que visitei as ‘Ruínas’, - uma pessoa dando informações errôneas sobre a história da obra. Não sei se era pago para faze-lo ou se fazia por espontaneidade.
> Dr. Renato, o museu está bem cuidado, apenas um sino – o maior – está fora das salas do - museu, não sei se permanece somente durante o dia e a noite o recolhem.
> [...]
> Sempre tive amor e carinho pelo patrimônio histórico do meu pais. Se assim procedo não é para prejudicar ninguém, mas para preservação do que nos pertence.
> [..]
> Dr. Renato, se o senhor não conhece as ruinas de São Miguel, venha ver é uma maravilha.
> Fiquei horas pensando como poderam erguer aquela maravilha sem a técnica moderna? As imagens esculpidas em pedra ou madeira, falam e como falam.
> Desculpa, Dr. Renato, se a minha sensibilidade é demais, mas o senhor assumiu a Direção de um Instituto Histórico, não é um homem comum e deverá compreender-me. (CARVALHO, 1977 in: IPHAN, Of. 869, 1977)

E, ainda, uma carta de indignação do Padre Avelino Ten Caten ao chefe do 4º Distrito, Armando Rebolo, de 8 de abril de 1978:

> Aflito, recorro ao senhor, como último recurso, para proteger da profanação, o Templo das Ruinas de São Miguel.
> Vejo que aqui o povo não tem cultura e não sente com a grandiosidade das Ruinas dos Sete Povos.
> O Templo de São Miguel perdeu a presença de Cristo Eucarístico, com a expulsão dos Padres. Foi atingido pelo incêndio, mais de uma vez. Através de muitos anos foi despedaçado pela ganância daqueles que vinham busca pedras, derrubando suas paredes. E agora o que sobrou, Ruina de Grandiosidade espiritual, sofre a profanação de pessoas deseducadas e sem cultura. Colocaram letreiros explicativos pelas ruinas, alguns bons, outros meio tontos e alguns absurdos. Cito o pior deles: Na escadaria da torre que leva ao coro da Igreja colocaram êste letreiro: 'Escada dentro da parede, onde morava a grande cobra'. – Não é este o golpe de misericórdia, para uma Ruina que gostam de ver arruinada?
> Já insisti várias vezes com o Zelador Carlos Machado. Ele acha que é boa propaganda. Já escrevi ao prefeito de Santo Ângelo. Nada adianta.
> As ruinas de São Miguel deveriam ser cuidadas por gente que entende e sente. Pessoas que se interessam pela verdade histórica e saibam dar explicações exatas e não pessoas, sem conhecimento, sem interesse e que gostam de contar absurdos e barbaridades.
> Sr. Armando, tenha pena das Ruinas de São Miguel e mande tirar as profanações. (TEN CATEN, 1978, Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul)

Por meio desses registros da década de 1970, percebe-se a complexidade de gerir o bem patrimonializado. Divergências de pensamentos, ou "sentimentos" diante da "profanação", conforme escreve o padre Ten Caten (1978), ou ainda "sensibilidade" frente à "maravilha" das Ruínas de São Miguel, segundo Maria Luz de Carvalho (1977), ou então na narrativa do descaso e da "vontade" de "passar adiante a responsabilidade sobre as missões" pela manchete "O passado jogado no lixo" do jornal *Zero Hora* (1975). O patrimônio cultural é campo de disputa, por isto a complexidade dos trabalhos desenvolvidos nestes elementos.

Neste contexto de críticas, é possível trazer à luz a iniciativa do governo do estado de Rio Grande do Sul e da então Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM/SPHAN)[32], ocorrida no início dos anos 1980, que consistiu na realização de um projeto de arqueologia, o qual tinha por objetivo (LA SALVIA, 1983, p. 214):

> Redefinir os sítios urbanos e de exploração econômica dos povos missioneiros com o estudo dos remanescentes, salvaguardando o material arqueológico, histórico e arquitetônico possibilitando sua utilização como elemento de informação turística e de formação cultural.

[32] A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990

O foco desta pesquisa consistia em salvaguardar uma porção maior do legado cultural do período missioneiro no Rio Grande do Sul. Foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas sistemáticas na região das missões, nos remanescentes de São Nicolau:[33]

> Este trabalho permitiu ampliar a visão a respeito do patrimônio missioneiro, a partir da descoberta de objetos de uso tradicional na cultura guarani, objetos relacionados com o cotidiano reducional além de elementos construtivos como pisos cerâmicos de diferentes tipos. Todavia a falta de análise dos materiais escavados e de divulgação dos resultados junto à comunidade, assim como a falta de uma ação de conservação dos remanescentes, não contribuiu efetivamente no entendimento daquele legado cultural nem de sua proteção. (STELLO, 2013, p. 89) (Figura 44)

Não foram todas as ações nas missões que produziram o resultado projetado. Essas realizadas em São Nicolau, vinculadas à pesquisa arqueológica, devolveram parte de seus resultados anos mais tarde em 1987, por meio de uma exposição do material arqueológico exumado durante a pesquisa.

Figura 44 - Pisos encontrados nas escavações arqueológicas nas ruínas da Igreja de São Nicolau, 1980



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Segundo Stello (2013, p. 90), havia dificuldades em acompanhar os trabalhos, nesse período, porque as ações nos sítios missioneiros, salvo em São Miguel, ocorriam de forma esporádica, a partir de algumas visitas técnicas e/ou "[...] obras de caráter emergencial e temporário, sem continuidade e sem uma visão de sistema integrado", visto que, no início dos anos 1980, não havia sido instalado o escritório técnico do Iphan para as Missões. O escritório

[33] Trabalho executado pelo arqueólogo Fernando La Salvia, da Subsecretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

até então estava restrito a coordenar as obras de consolidação dos remanescentes de São Miguel que, eventualmente, realizava ações de conservação nos sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau, bens tombados e próprios da União. (STELLO, 2013).

Somente em 1989 foi criado o Escritório Técnico para a região das Missões, o qual segundo Vladimir Stello (2013, p. 97-98), primeiro chefe do Escritório Técnico, possibilitou a ampliação das ações para os outros sítios missioneiros, e que além de transformar o campo de atuação proporcionou:

> [...] uma mudança na maneira de pensar e tratar este patrimônio com a inclusão de outras áreas do conhecimento e de atuação em um panorama mais amplo do conceito de preservação, criando uma equipe multidisciplinar. Iniciou-se o intercâmbio sistemático com as equipes técnicas da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia, buscando ações conjuntas e unificação de critérios em relação às estruturas missioneiras, patrimônio comum a estes países. A partir do Sítio de São Miguel, atividades de pesquisa, conservação e difusão se expandiram pelos demais sítios missioneiros da Região. Nesse momento se começa a notar uma modificação na forma de entender o patrimônio cultural missioneiro, passando para uma visão ampliada de contexto, mas ainda restrita ao período reducional.

Em 1989, o Escritório Missões efetivou a construção das guaritas em São João Batista e São Lourenço, (Figura 45) que foram estabelecidas com o propósito de marcação do acesso aos bens tombados, para prestar suporte aos visitantes, dispondo de um pequeno museu, com material retirado das escavações arqueológicas locais, e servir também de apoio a pesquisadores, oferecendo uma pequena infraestrutura que dispõe de cozinha e banheiros.

Figura 45 - Imagens internas e externas das Guaritas de São João Batista e São Lourenço



Fonte Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

A estrutura foi ampliada, no entanto as ações que seguem a partir desta década nas Missões, continuaram dedicadas majoritariamente à manutenção dos mesmos elementos de pedra e cal. Mesmo passados praticamente cinco décadas de gestão do Iphan nas missões e vinte anos do tombamento dos "restos" de São Lourenço, São João Batista e São Nicolau, as ações de maior expressão e investimentos seguiam em São Miguel, de certa forma referendando o ajuizamento proposto por Lucio Costa em 1937: "as únicas que apresentam interesse como conjunto arquitetônico".

2.2.3 São Miguel Patrimônio Mundial

No início da década de 1980, a pedido da SPHAN/FNPM, a Unesco enviou o engenheiro italiano Roberto Di Stefano, que, segundo Stello (2013) realizou três visitas técnicas a São Miguel: a primeira entre 4 e 6 de agosto, a segunda entre 15 e 16 de novembro de 1980, e a terceira entre 26 e 27 de abril de 1981. Visitas técnicas acompanhadas pelo arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, diretor da representação do SPHAN no Rio Grande do Sul já instalada havia dois anos, pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, diretor de Conservação e Restauração do Iphan e pelo designer Aloísio Magalhães, presidente da FNPM e da SPHAN. O fruto desse encontro foi "[...] a elaboração de um Termo de Referência com as recomendações técnicas dos trabalhos de consolidação que deveriam ser retomados". (STELLO, 2013, p. 92).

> A partir da leitura deste termo percebe-se que suas recomendações estavam em clara sintonia com a teoria do Restauro Crítico tratando o monumento em questão como uma ruína e, a partir disso, propor ações de consolidação e não de reconstrução. Este posicionamento vai ao encontro do proposto por Lucio Costa no seu relatório de 1937, 43 anos antes: 'Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar' (COSTA, 1937, p. 3). O avanço aqui está no desenvolvimento de novos sistemas de consolidação, diferentemente do que foi realizado nas obras de 1938-40 quando as estruturas desaprumadas foram desmontadas e remontadas, o proposto foi a consolidação das estruturas sem ter que recorre àquele método. (STELLO, 2013, p. 93).

Nessa década é possível perceber o pensamento voltado para a conservação da materialidade do bem edificado, o monumento, e uma reafirmação do pensamento de Lucio Costa como o "mito fundador", tal como tratado por Marilena Chauí (2001, p. 5-6):

> Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.

> Se também dissemos mito fundador é porque, a maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, como um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso a repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela.
> Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

Lucio Costa nas Missões é retomado constantemente, marcou não só o território com o Museu das Missões, como o discurso institucional referente ao patrimônio missioneiro: sua tese de que "Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar" (COSTA, 1937, p. 3 apud PESSOA, 1999), circula como verdade absoluta, reconhecida, não questionada, como *doxa*, nas palavras de Bourdieu (2008). O volume de capital simbólico conferido a Costa e a autonomia que seu pensamento possui em relação ao campo da preservação nas Missões forjaram um monopólio de autoridade que lhe outorga o poder de ditar as regras, acerca do que pode ou não ser feito nas Missões. A *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como "sendo assim mesmo": os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (BOURDIEU, 1984:82).

Durante a visita de Di Stefano, consultor da UNESCO (Figura 46) a São Miguel, parece ocorrer a retomada do relatório de Lucio Costa de 1937, "Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel – Capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]". (COSTA, 1937 apud PESSOA, 1999, p. 37). Dois anos mais tarde Di Stefano teria analisado e examinado a documentação referente aos dois anos de trabalho realizados pela SPHAN/Pró-Memória dedicados a inventariar as condições físicas do monumento (Ruínas de São Miguel).

Figura 46 - Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, Ruínas de São Miguel, 1980



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Em 1983 as Ruínas de São Miguel foram declaradas patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, em conjunto com os remanescentes de San Inacio Miní, Nuestra Señora de Loreto, Santa María La Mayor e Santa Ana, na Argentina. Na justificativa apresentada para solicitação da inscrição na lista do Patrimônio Mundial, assinada em de 16 de dezembro de 1982, pelo secretário de Cultura/Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, consta o seguinte:

> Os remanescentes do antigo Povo de São Miguel, nas reduções do Tape, destacam-se pela **beleza e valor arquitetônico** de suas ruínas e por representar nas florestas do Novo Mundo, um **sinal precioso da civilização europeia: a educação**. O objetivo catequético dos padres jesuítas se expressa duplamente pela cristianização e pela educação dos primitivos habitantes do novo continente denominado América. Essa **ação civilizatória** dos discípulos de Santo Inácio de Loyola marcou profundamente durante séculos a vida social e cultural das populações do antigo Estado Jesuítico do Paraguai, agora dividido em três partes. **As ruínas de São Miguel guardam exemplares extremamente raros dessa arquitetura que os**

> **jesuítas desenvolveram** em seus povos ou reduções que as intempéries ou a ação humana destruíram. Essa raridade pode ser contemplada em São Miguel que é a única igreja jesuítica dessas reduções a mostrar um exemplo completo do frontispício e da torre. A construção da Igreja de São Miguel mostra a aptidão criadora da arquitetura da época, sua faculdade plástica de adaptação às novas condições geográficas e sua capacidade de eludir às dificuldades, dando soluções racionais às técnicas construtivas e sabendo reutilizar os materiais disponíveis na falta dos mais conhecidos. **O Povo de São Miguel das Missões se distingue como uma das marcas mais importantes da civilização na conquista e valorização das terras sul-americanas** denominadas por alguns de Cone Sul. (UNESCO, 1982) grifo nosso)

Esta declaração, juntamente com as ações realizadas pelos agentes a frente da autarquia neste período são reflexo da forma de pensamento destes atores a respeito dos bens culturais na década de 1980. A candidatura a patrimônio mundial reforça a representatividade arquitetônica, a monumentalidade e a excepcionalidade como valores essenciais para a aquisição deste *status* protetivo, da mesma forma que reconhece como *doxa* o discurso do colonizador, educador, civilizador europeu.

No mesmo formulário da proposta de inscrição preparada para a Unesco, no item *Descrição e Inventário* houve referência ao Museu das Missões projetado por Lucio Costa "Um pavilhão destinado a acolher e a expor peças encontradas nos aldeamentos jesuíticos, localizados em território brasileiro, foi construído em 1938, segundo projeto do arquiteto Lucio Costa. Esse pavilhão está situado em um dos ângulos da praça frente à igreja", porém não há menção aos demais bens tombados além das Ruínas de São Miguel, como patrimônio mundial. São Lourenço, São João Batista e São Nicolau sequer figuraram no formulário de inscrição.

É importante reforçar que as Ruínas de São Miguel foram declaradas patrimônio mundial em conjunto com os remanescentes reducionais da Argentina:

> No Brasil, as ruínas da igreja São Miguel Arcanjo constituem as estruturas mais intactas e completas entre as propriedades patrimoniais designadas do período. Na Argentina, as missões jesuítas-guaranis localizadas no sul da província de Misiones fornecem um exemplo excepcional de ocupação territorial sistemática e organizada. (Portal.iphan), tradução nossa).

As cinco Ruínas são declaradas patrimônio mundial em conjunto, por proporcionarem, segundo a Unesco, o entendimento mais amplo da experiência da Companhia de Jesus na América, "um sistema singular de relações espaciais, econômicas, sociais e culturais, composto na época por 30 assentamentos – denominados reduções – incluindo fazendas,

matas e redes de trilhas e cursos de água que se estendem pelo rio Uruguai e seus afluentes"[34]. No entanto, segundo Stello (2013, p. 94), embora o tombamento tenha sido em conjunto, "as instituições responsáveis pela sua preservação seguiram trabalhando isoladamente cada sítio, não levando em consideração o contexto espacial amplo em que se davam as interações entre cada uma das reduções."

Dentre as ações realizadas nas Missões até o final da década de 1980 é possível perceber o direcionamento ao "incentivo turístico", que acabou por promover o afastamento da população local, em função de pequenas ações, como o cercamento do bem, a construção de guaritas com bilheteria, justificada pela intenção de proteger e demarcar o sítio e os elementos considerados de valor nacional. A transformação do status das Ruínas de São Miguel em patrimônio mundial provocou, efetivamente, maior interesse pelos turistas e também contribuiu para este distanciamento.

Para os agentes à frente da autarquia Federal, o título legitimava o trabalho de preservação dos bens sob sua guarda, haja vista a entrevista dada pelo secretário de Cultura Nacional, Marcos Vinícius Vilaça, ao jornal *A Tribuna Regional* de 10 de dezembro de 1983, citado por William (2011, p. 294):

> [...] os títulos de patrimônio da humanidade eram uma chancela global de aprovação pelos esforços preservacionistas federais que datavam dos anos 30. Ou seja, para Vilaça, portanto, o título de patrimônio da humanidade legitimava a defesa, há tanto tempo estabelecida, do patrimônio nacional.

Segundo William (2011), tanto a União, quanto o estado do Rio Grande do Sul e o município de Santo Ângelo[35] manifestaram entusiasmo pela designação de patrimônio da humanidade. As mídias locais e regionais se ocuparam de diversas publicações acerca do fato:

> A RBS, a mais importante rede de televisão do Rio Grande do sul declarou: 'O que era nosso será de todos. / O que era passado será eterno. / Missões. Agora patrimônio universal'. A companhia de seguros Novo Hamburgo publicou um anúncio que dizia: 'Agora o mundo inteiro vai conhecer o valor desta terra e sua gente'. O governo municipal de Santo Ângelo parabenizou os cidadãos do município por seu árduo trabalho de proteção das missões:
> São Miguel das Missões
> Patrimônio do Município de Santo Ângelo
> Patrimônio da História Gaúcha
> Patrimônio da Cultura Brasileira
> Agora PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (WILLIAM, 2011, p. 294- 295).

Passado o momento de euforia, William (2011, p. 295) infere que a população santo-angelense sentiu os impactos vindos pelas obrigações oriundas do "[...] status universal de

[34] Informações recolhidas no sítio da Unesco - http://whc.unesco.org/en/list/275 acesso dia 07/02/2019. Tradução nossa.
[35] No ano de 1983 São Miguel das Missões era distrito de Santo Ângelo – RS.

São Miguel [...] onde os cidadãos que residiam perto da missão São Miguel foram instruídos pelas autoridades municipais a deixarem as casas e construções comerciais construídas nas adjacências das ruínas." Segundo o autor, o patrimônio mundial:

> [...] alterou as regras da micropolítica. A diferença primordial a ser tirada das manifestações anteriores de clientelismo foi a presença de um novo ator - a humanidade – que reteve certos 'direitos' legais e culturais, quando determinou como as Missões seriam protegidas. A convenção do Patrimônio Mundial e os tratados internacionais resultantes desta, assim como o crescente número de padrões preservacionistas internacionais, ajudaram a moldar os parâmetros do que seria permitido nos sítios com patrimônios da humanidade. A *Humanidade* era, obviamente, uma quimera nas prolongadas negociações para delimitar as fronteiras exatas do perímetro de São Miguel em que as construções não seriam permitidas. [...]
>
> Todavia, os direitos e responsabilidades relacionados ao patrimônio da humanidade tornaram-se essenciais à linguagem política de espaço e tempo em São Miguel. (WILLIAM, 2011, p. 295-296, grifo do autor).

No entanto, é importante ter presente que as ações de gestão do bem, citadas por William (2011), são anteriores à Declaração de Patrimônio da Humanidade. Verifica-se, por exemplo, que a determinação de uma área *non edificandi* já havia sido definida em 1978 pelas *Diretrizes para Desenvolvimento Físico da vila de São Miguel das Missões*.[36]

Neste mesmo contexto de preservação do patrimônio nacional, os agentes da autarquia promoveram várias ações que alteraram e modificação do cotidiano dos habitantes de São Miguel, sob a justificativa de melhoria na gestão do bem tombado, e que geraram consequências diretas naquela comunidade.

Em São Miguel, tanto os enterramentos, quanto os piqueniques (Figura 47), jogos de futebol, e outras atividades, que eram realizadas muito próximas do bem tombado foram suprimidas em favor da preservação desse patrimônio, e deram lugar a eventos como o espetáculo de som e luz, seções de fotografias para empresas que passaram a fazer uso da imagem das Ruínas em seus produtos.

[36] "[...] Em 1978 foram elaboradas as *Diretrizes para Desenvolvimento Físico da vila de São Miguel das Missões*, a partir de convênio entre o SPHAN, o Município de Santo Ângelo e a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, através da Companhia Estadual de desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO). Esse plano, que foi coordenado por Luiz Antônio Bolcato Custódio, então arquiteto da CEDRO, definiu áreas de proteção rigorosa, diretrizes para a expansão urbana e áreas para atividades de apoio ao turismo cultural, a partir das recomendações estabelecidas pelo SPHAN, que tinha como propósito principal a manutenção da ambiência do sítio arqueológico, preservando as visuais do seu entorno limitando a altura das edificações e a ocupação excessiva da área." (STELLO, 2013, p. 88).

Figura 47 - Família de Cristina de Zarabia de Ijuí



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

A utilização do bem para geração de recursos econômicos priorizou o desenvolvimento da indústria turística em detrimento dos sentidos locais, assim como no cartum exposto por Meneses (2012), no qual o uso turístico se sobrepôs ao uso cotidiano local. Nesse sentido o autor tece a seguinte reflexão:

> De seu lado, a fruição dos turistas consuma-se na mera contemplação de um lugar de culto, agora transformado na representação de um lugar de culto: a catedral tornou-se bem cultural e essa perspectiva esvazia os usos antigos e torna anacrônicas as práticas anteriores. A gama diversificada de apreensões possíveis estreita-se, assim, ao limite da visão. Quase poderíamos falar de um *voyeurismo* cultural: o *voyeur*, com efeito, restringe sua gratificação essencialmente à visão e não se expõe, não se compromete, em suma, não muda. (MENESES, 2012, p. 28).

Esse pensamento pode ser percebido em várias ações promovidas pelos agentes à frente da autarquia, do governo do estado, da prefeitura municipal e pelas mídias locais. Exemplos disso são: o aumento do estoque patrimonial das Missões, provindo do tombamento das outras três reduções – São Lourenço, São João Batista e São Nicolau – no ano de 1969[37] e

[37] Conforme justificativa no processo de tombamento dos sítios de São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau: "Vale também considerar o interesse turístico e cultural de sua proteção e consolidação; todos se encontram nas imediações de estradas de fácil acesso e numa eventual linha tronco que interligaria o miolo da região missioneira". (IPHAN, processo 813-T-69, p. 2).

a criação do espetáculo de luz e som, em 1975, pela Secretaria de Turismo e Educação do estado do Rio Grande do Sul que visava "[...] transformar São Miguel das Missões em uma grande atração turística" (WILLIAM, 2011, p. 290). Destacam-se as edições da revista *Touring*, em 1974, onde foi publicada uma "série de fotos bastante atraentes, com um texto escrito por Leopoldo Mignoli, sob o título: 'Missões: um plano de viajem ao Sul'. Histórias semelhantes se seguiram em jornais da região Sudeste." (WILLIAM, 2011, p. 290).

Com base nas situações apresentadas, retomamos o quão complexo é o trabalho com patrimônio cultural. Compreender as consequências das ações e em que medida as relações das comunidades locais com o bem são constituídas, também, nas relações com as interferências institucionais oriundas das práticas de preservação é talvez um dos desafios na gestão dos bens patrimonializados. Segundo Meneses (2012, p. 30):

> [...] falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprio das coisas em si, obedientemente embutidos nela, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo.

E, nessa perspectiva, as ações institucionais apresentadas na segunda parte deste capítulo, que alteraram o cotidiano de São Miguel, de um lado afastou a comunidade local do bem, em vista da "qualificação" deste para outros agentes - os visitantes do patrimônio, por outro lado, propiciou melhoramento na infraestrutura como o asfaltamento das vias, instalação de rede elétrica e telefônica, posto de polícia, e consequentemente proporcionou aumento da qualidade de vida local. No entanto, tais ações reforçaram também a percepção de valores como o belo, monumental e exuberante elemento arquitetônico, sinal precioso da civilização europeia marcada na América do Sul pelo patrimônio da humanidade.

2.2.4 A Imaginária Missioneira

A partir do reconhecimento de bens missioneiros como patrimônio mundial, em 1983, novos elementos do mesmo período ganharam status de patrimônio nacional, como o tombamento do conjunto das dez imagens missioneiras existentes na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, no município de São Luiz Gonzaga-RS, no mesmo ano. Tais imagens são o

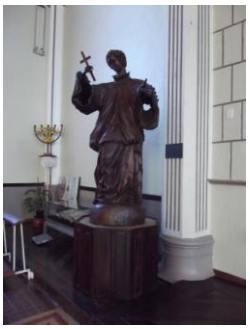
único representante dessa categoria de bens tombados pelo Iphan. Muito embora se tenha conhecimento de outras inúmeras peças da imaginária missioneira correspondente ao período reducional (século XVII – XVIII), essas dez são as que portam o status de patrimônio nacional, segundo o processo 1.076-T-83. (Figura 48 a Figura 57).

O tombamento desse conjunto se deu por solicitação do Sr. Júlio N. B. de Curtis, então diretor da 10ª Diretoria Regional, Subsecretaria do SPHAN/FNPM. Por meio do Ofício 014/83, de 11 de fevereiro de 1983, ao Sr. Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação/Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DTC/SPHAN), no Rio de Janeiro, apresenta a seguinte motivação:

> Solicito de Vossa Senhoria providências para o tombamento imediato de 10 (dez) imagens de madeira existentes na Matriz de São Luiz Gonzaga e proveniente da antiga Igreja daquele Povo Missioneiro.
> A urgência aqui solicitada prende-se ao fato de que, através de denúncia, tive ocasião de constatar os danos sobre a pintura de uma das imagens, realizado por pessoa inexperiente, a mando do Vigário. (IPHAN, Processo 1.076_T_83, 1983, p. 01).

Após o trâmite de vistoria e burocracia pertinentes à instrução do processo, foi composta a listagem das imagens e homologado o tombamento, pela inscrição nos Livros Tombo Histórico[38] e das Belas Artes.

Figura 48:São Luiz Gonzaga



Fonte: acervo do autor

Figura 49: Senhor Morto



Fonte: acervo do autor

Figura 50: Santa Teresa de Ávila - No local como Sant' Ana



Fonte: acervo do autor

[38] Sob o número 491, folha 86;

Figura 51: N. Sra. da Conceição



Fonte: acervo do autor

Figura 52: Senhor dos Passos faltando a cruz



Fonte: acervo do autor

Figura 53: Santo Isidro



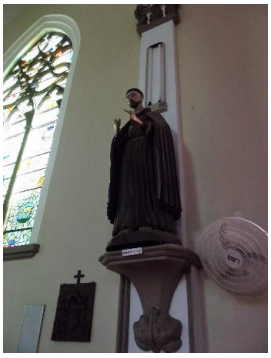
Fonte: acervo do autor

Figura 54: São Francisco Xavier, no local, como Santo Antônio de Pádua



Fonte: acervo do autor

Figura 55: São Francisco de Assis



Fonte: acervo do autor

Figura 56: Nossa Senhora das Dores



Fonte: acervo do autor

Figura 57: Santa Catarina de Sienna



Fonte: acervo do autor

É curioso que somente estas dez imagens sejam tombadas, não tendo sido somadas a elas as outras três existentes na mesma igreja (Figura 58, Figura 59, Figura 60). Esse fato é interessante por ter gerado confusão no próprio instituto, sobre a quantidade de imagens tombadas nessa igreja, uma vez que, na lista de bens tombados disponibilizada no sítio eletrônico do Iphan consta uma imprecisão explícita: "Dez (10) ou Treze (13) Imagens Missioneiras de Madeira" (Figura 61). A informação do processo é clara, são dez (10), não consta outro registro, nem nova ratificação com acréscimo de imagens ao processo. Como o sítio eletrônico da instituição é fonte de pesquisa, existem publicações de autores, como é o caso de Paulo César Garcez Marins (2016, p. 15), no artigo "Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980", que faz referência "[...] às 13 imagens missioneiras na matriz de São Luiz Gonzaga (RS, 1984).".

Figura 58: São João Batista Menino



Foto: acervo do autor.

Figura 59: Cristo Crucificado

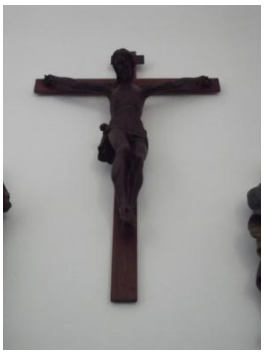


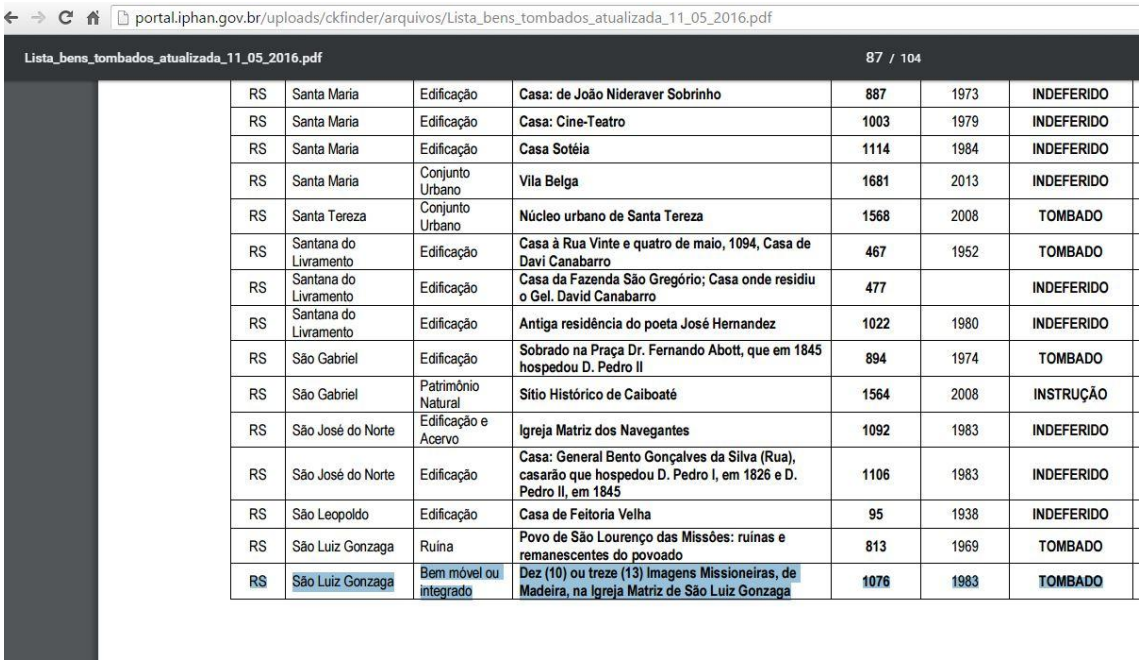
Foto: acervo do autor.

Figura 60: São João Evangelista



Foto: acervo do autor.

Figura 61 - Lista de bens tombados pelo Iphan



portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf

Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf 87 / 104

RS	Santa Maria	Edificação	Casa: de João Nideraver Sobrinho	887	1973	INDEFERIDO
RS	Santa Maria	Edificação	Casa: Cine-Teatro	1003	1979	INDEFERIDO
RS	Santa Maria	Edificação	Casa Sotéia	1114	1984	INDEFERIDO
RS	Santa Maria	Conjunto Urbano	Vila Belga	1681	2013	INDEFERIDO
RS	Santa Tereza	Conjunto Urbano	Núcleo urbano de Santa Tereza	1568	2008	TOMBADO
RS	Santana do Livramento	Edificação	Casa à Rua Vinte e quatro de maio, 1094, Casa de Davi Canabarro	467	1952	TOMBADO
RS	Santana do Livramento	Edificação	Casa da Fazenda São Gregório; Casa onde residiu o Gel. David Canabarro	477		INDEFERIDO
RS	Santana do Livramento	Edificação	Antiga residência do poeta José Hernandez	1022	1980	INDEFERIDO
RS	São Gabriel	Edificação	Sobrado na Praça Dr. Fernando Abott, que em 1845 hospedou D. Pedro II	894	1974	TOMBADO
RS	São Gabriel	Patrimônio Natural	Sítio Histórico de Caiboaté	1564	2008	INSTRUÇÃO
RS	São José do Norte	Edificação e Acervo	Igreja Matriz dos Navegantes	1092	1983	INDEFERIDO
RS	São José do Norte	Edificação	Casa: General Bento Gonçalves da Silva (Rua), casarão que hospedou D. Pedro I, em 1826 e D. Pedro II, em 1845	1106	1983	INDEFERIDO
RS	São Leopoldo	Edificação	Casa de Feitoria Velha	95	1938	INDEFERIDO
RS	São Luiz Gonzaga	Ruína	Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do povoado	813	1969	TOMBADO
RS	São Luiz Gonzaga	Bem móvel ou integrado	Dez (10) ou treze (13) Imagens Missioneiras, de Madeira, na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga	1076	1983	TOMBADO

Fonte: website do Iphan (2016)

Uma reflexão interessante referente ao processo de tombamento destas imagens é a disputa ocorrida entre os membros da igreja católica e os agentes do Iphan desse período. Esse processo de tombamento foi motivado em função de terem sido constatados "os danos sobre a pintura de uma das imagens, causados por pessoa inexperiente, a mando do Vigário." (IPHAN, Processo 1.076_T_83, 1983, p.01). Ele teve um desenrolar interessante, devido à manifestação contrária da comunidade paroquial ao tombamento, efetivada via documento oficial e anexada ao processo, no qual consta o seguinte teor:

> [...] a comunidade Paroquial da Igreja Católica, de São Luiz Gonzaga, vem, através do presente, manifestar-se contrário ao tombamento, pelo Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, das estátuas históricas das Missões existentes na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, pelas seguintes razões:
> a) As referidas estátuas são propriedades da Igreja Matriz e, portanto, pertencem à comunidade Católica de São Luiz Gonzaga;
> b) A Comunidade Paroquial da Igreja Matriz sempre cuidou das referidas estátuas, preservando-as, e pretende continuar a zelar das mesmas;
> Em virtude do exposto acima, a Comunidade Paroquial da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, não concorda com o tombamento das referidas estátuas pelo Patrimônio Histórico e nem pretende entregá-las, uma vez que fazem parte integrante do passado da comunidade de São Luiz Gonzaga. (IPHAN, Processo 1.076-T-83, 1983, p.13).

Embora fique explícita a questão do medo da perda do bem, visto que no princípio a comunidade paroquial pensava que as imagens seriam retiradas da Igreja Matriz, esta

reivindicação permite compreender o significado dessas imagens para a comunidade católica de São Luiz Gonzaga.

A elevação destas à categoria de patrimônio nacional não alterou significativamente a relação da comunidade local com o bem. Supõe-se que a não veiculação midiática destes bens, assim como a não utilização das mesmas como produto de exploração turística, de certa maneira, permitiu que esses bens patrimonializados ficassem mais restritos à fruição na comunidade local. Desse modo, foi preservado o caráter sacro dado pela comunidade católica de São Luiz Gonzaga, que utiliza o bem em seus ritos e se identifica com ele, por vezes desconhecendo que se trata de bens tombados.

Nesse caso, ficam evidentes outros valores atribuídos aos bens tombados, como os "círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem" que, segundo Meneses (2012), podem, antes de mais nada, definir o potencial de interlocução do bem. O autor acrescenta, que "[...] a grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais". (MENESES, 2012, p. 30).

2.2.5 A década de 1980 e a Nova Constituição

Na década de 1980, momento em que grandes discussões acerca do patrimônio nacional e das práticas de preservação estavam em circulação, os agentes do Iphan no período demonstram ter se firmado na opção "[...] inequívoca pelos bens de 'pedra cal' em detrimento a outras modalidades de acervo" (MICELLI, 1987, p. 44), opção que, segundo Sergio Micelli (1987, p. 44), "[...] se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridades da política preservacionista." Percebe-se uma preocupação demasiada com o embelezamento e manutenção do estilo, não considerando as reações como o apagamento das "marcas sociais" produzidas pela comunidade local. (MICELLI, 1987).

Um marco na história brasileira, assim como nas políticas de preservação do patrimônio cultural ocorreu no ano de 1988, com a Nova Constituição, que amplia as definições de patrimônio cultural brasileiro, passando a ser entendidos como tal os bens:

> de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988 Art. 216).

Este conceito ampliou significativamente a percepção das possibilidades patrimoniais brasileiras, refletida anos mais tarde na região missioneira, com o registro do único bem de natureza imaterial na região e do estado do Rio Grande do Sul: a Tava, lugar de referência para o povo guarani, registrado em 2014 pelo Iphan, que será abordada no capítulo seguinte.

Segundo Chuva (2017, p. 89), "nos 42 anos que separam a Constituição Democrática de 1946 da Constituição Cidadã de 1988, o campo do patrimônio se ampliou, se tornou mais complexo". A autora ainda infere que (2017, p. 89):

> [...], a Constituição Federal Brasileira consagrou a tese da diversidade cultural, ao considerar a importância da contribuição dos 'diversos grupos formadores da sociedade brasileira' e a necessidade de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural de natureza material e imaterial pertencente a esses diferentes grupos. A noção de 'grupos formadores' cumpriu um papel crucial em termos discursivos, no sentido da inclusão e do reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

O valor dos elementos culturais representantes da nação não estava mais condicionado somente à delimitação instituída pelo poder público. A nova Constituição Federal consagrou o pensamento de que os valores culturais – os valores, em geral – não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. (MENESES, 2012, p. 33).

A Constituição de 1988 trouxe novos contornos legais referentes aos bens patrimonializados da nação, no entanto, este marco não significou uma mudança efetiva e imediata das práticas institucionais do Iphan nas Missões. O discurso consagrado sobre o patrimônio cultural, convertido em práticas de preservação, baseado no instrumento do tombamento pelo Decreto Lei 25/37, não teve grandes inflexões nas ações promovidas nas Missões.

A crença no discurso e nas práticas dos mitos fundadores do Iphan, entendidos como detentores da gênese do patrimônio, continuou forte nesse período. A percepção de que todo o discurso tem sua "[...] gênese numa polifonia discursiva apreendida num mundo social" custou tempo e lutas entre os agentes institucionais, para se converterem em algumas práticas na autarquia. (BARROS FILHO, 2016, p. 50), como veremos no capítulo seguinte.

Novamente, chamamos a atenção para a questão da complexidade de lidar com o patrimônio cultural, pois as decisões influenciam não somente na matéria (edificação) a ser removida ou mantida, mas também nos elementos identitários, formadores de sentidos, particulares e coletivos; modificam o cotidiano, as relações sociais, o caráter político de influência direta na vida das pessoas que participam da coisa pública.

3. O IPHAN E AS MISSÕES DA DÉCADA DE 1990 A 2017 – O MAIS DO MESMO E UMA AÇÃO DIFERENCIADA

As ações descritas nesse capítulo datam dos anos 1990 até 2017 e apresentam vários aspectos da forma como o patrimônio das Missões é entendido, trabalhado e percebido por agentes do Iphan nesse período.

Dentro desse recorte temporal, o capítulo foi estruturado por conjuntos de ações efetivadas pela autarquia, e não necessariamente seguirá a ordem cronológica. Cada conjunto será analisado com vistas a compreender seus efeitos sobre os bens, dando continuidade às ações identificadas no capítulo 2. Dentre elas, daremos destaque para o mais recente e expressivo ato – a criação do Parque Histórico Nacional das Missões pelo Iphan e seus desdobramentos e possibilidades segundo o discurso produzido pela instituição a respeito deste processo.

Foi possível perceber, neste transcurso de preservação dos bens culturais Missioneiros, o predomínio do autorizado do patrimônio (Smith, 2006), pautado na ideia de existência de valores inatos aos bens, onde o patrimônio é entendido como portador de uma herança nacional comum, de um passado singular que deve ser mantido e nunca alterado. Percebemos também algumas ações diferenciadas em relação a esse pensamento, nas quais o patrimônio é entendido como processo cultural, e são identificados elementos considerados portadores de significados e valores de agentes sociais não dominantes. Nessa perspectiva, o bem patrimonializado é visto como construção negociada de um senso de lugar, pertencimento e compreensão do presente. Esse é o caso do processo de preservação que culminou com o registro da TAVA MIRI, como patrimônio imaterial brasileiro, como demonstraremos nesse capítulo.

O trabalho com o patrimônio cultural é complexo, diverso e envolve disputa. Nas ações descritas neste capítulo, verificamos uma contínua valorização de bens representantes de um único período – Reducional – seja pelo inventário da imaginária Missioneira, pelas ações de educação patrimonial, pelas obras de restauro/consolidações da Fonte Missioneira e dos sítios de São João Batista, São Lourenço e São Nicolau, e pelas desapropriações. Todas essas ações promovidas pelos técnicos do Iphan em seus respectivos períodos de atuação são, de tal modo, reproduzidas como únicas, que acabam produzindo a aparência de inexistência de disputas, lutas de representações pelo domínio das narrativas.

A ênfase desse capítulo é sobre o PHNM, ação contemporânea que cria expectativa de uma abordagem diferenciada no campo da preservação dos bens missioneiros e que, no entanto, parece efetivar-se na mesma chave de leitura do que se convencionou chamar de "patrimônio das missões". Reafirma-se o mais do mesmo com outra roupagem nas missões.

3.1. PATRIMÔNIO MISSIONEIRO – ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO

Nas ações que serão apresentadas, pode-se perceber a dedicação e competência dos técnicos a frente da autarquia em preservar e manter a materialidade dos bens vinculados aos elementos arquitetônicos e artísticos de um determinado período histórico – o reducional, alimentando o discurso autorizado do patrimônio já apresentado no capitulo anterior. E embora algumas destas ações não se vinculem diretamente à valorização de bens arquitetônicos, elas dedicam-se à preservação de elementos representantes do período reducional, posto como bens de maior importância nesse rol de elementos patrimonializados nas Missões, como é o caso do *Inventário da Imaginária Missioneira*[39].

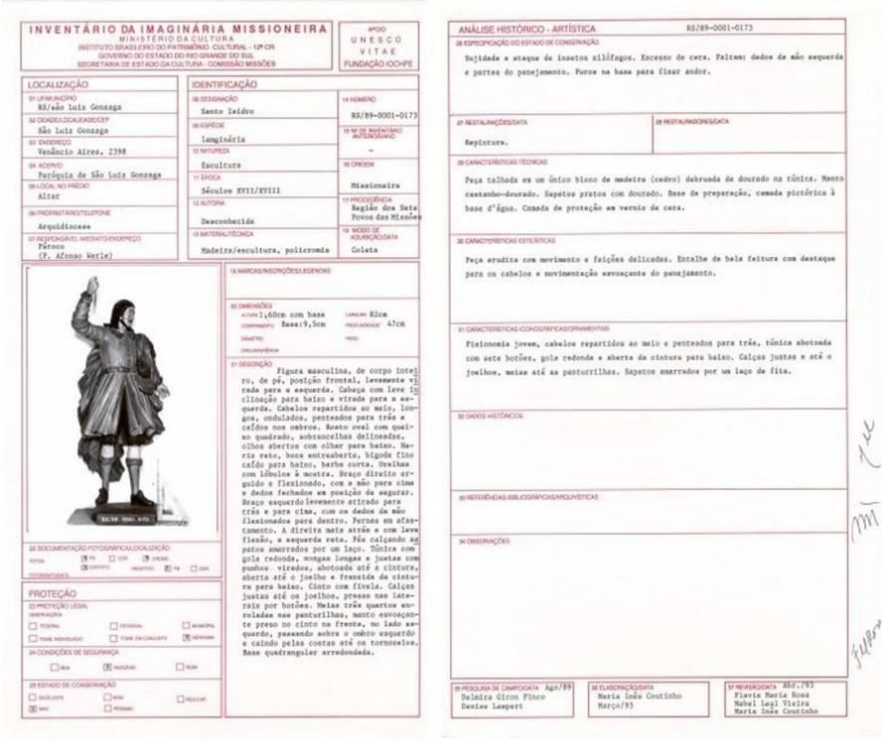
Projeto realizado no início da década de 1990, que teve por objetivo tornar conhecido o grande acervo da Imaginária Missioneira existente no estado do Rio Grande do Sul, assim como tinha a preocupação com a integridade do acervo, que "[...] pela falta de proteção legal e a ignorância do real valor dessas peças por alguns de seus detentores, poderia provocar danos irreparáveis." (VIEIRA, 1993, p. 12).

Esse projeto permitiu a multiplicação do número de peças conhecidas, a partir da catalogação e registro de cerca de 500 itens (Figura 62) em coleções públicas e privadas, em áreas urbanas e rurais. A localização desses bens distribui-se em 32 municípios do Rio Grande do Sul[40], disponíveis em uma publicação de 1993 pela universidade *La Salle* de Porto Alegre intitulada: Inventário da Imaginária Missioneira, organizada por Mabel Leal Vieira.

[39] Pesquisa resultante de uma parceria entre a Comissão Missões, SPHAN/FNPM – Diretoria Regional/RS com apoio da Unesco, fundação Vitae, Fundação Iochpe, e "organismos da comunidade gaúcha, como Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), cedendo uma viatura com motorista, Brigada Militar do Estado, que deu hospedagem." (VIEIRA, 1993, p. 12).

[40] São Borja, Santo Antônio das Missões, Ijuí, São Miguel das Missões, Júlio de Castilhos, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Santo Ângelo, Santa Bárbara, São Nicolau, Porto Alegre, São Francisco de Assis, Santiago, Uruguaiana, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Gabriel, Rio Pardo, Caçapava do Sul, São Leopoldo, Vacaria, Itaquí, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Santo Cristo, Cachoeira do Sul, Bagé, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, Pedras Altas, Alegrete e Canoas.

Figura 62: Ficha de cadastro da Imaginária Missioneira



INVENTÁRIO DA IMAGINÁRIA MISSIONEIRA
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IPHAN
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - COMISSÃO MISSÕES

APOIO UNESCO VITAE FUNDAÇÃO ROCKFELLER

LOCALIZAÇÃO
51 UF/MUNICÍPIO: RS/são Luiz Gonzaga
52 CIDADE/LOCALIDADE/CEP: São Luiz Gonzaga
53 ENDEREÇO: Venâncio Aires, 2398
54 ACERVO: Paróquia de São Luiz Gonzaga
55 LOCAL NO PRÉDIO: Altar
56 PROPRIETÁRIO/TELEFONE: Arquidiocese
57 PROPONENTE/ENDEREÇO: Pároco (P. Afonso Werle)

IDENTIFICAÇÃO
58 DESIGNAÇÃO: Santo Isidro
59 ESPÉCIE: Imaginária
60 NATUREZA: Escultura
61 ÉPOCA: Século XVII/XVIII
62 AUTORIA: Desconhecida
63 MATERIA/TÉCNICA: Madeira/escultura, policromia
64 NÚMERO: RS/89-0001-0173
65 Nº DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO: -
66 ORIGEM: Missioneira
67 PROCEDÊNCIA: Região dos Sete Povos das Missões
68 MODO DE AQUISIÇÃO/DATA: Coleta

69 MARCAS/INSCRIÇÕES/LEGENDAS:

70 DIMENSÕES: ALTURA 146cm com base; COMPRIMENTO: Base:9,5cm; LARGURA: 81cm; PROFUNDIDADE: 47cm; DIÂMETRO: -; PESO: -; CIRCUNFERÊNCIA: -

71 DESCRIÇÃO: Figura masculina, de corpo inteiro, de pé, posição frontal, levemente virada para a esquerda. Cabeça com leve inclinação para baixo e virada para a esquerda. Cabelos repartidos ao meio, longos, ondulados, penteados para trás e caídos nos ombros. Rosto oval com queixo quadrado, sobrancelhas delineadas, olhos abertos com olhar para baixo. Nariz reto, boca entreaberta, bigode fino caído para baixo, barba curta. Orelhas com lóbulos à mostra. Braço direito erguido e flexionado, com a mão para cima e dedos fechados em posição de segurar. Braço esquerdo levemente atirado para trás e para cima, com os dedos da mão flexionados para dentro. Pernas em afastamento. A direita mais atrás e com leve flexão, a esquerda reta. Pés calçando sapatos amarrados por um laço. Túnica com gola redonda, mangas longas e justas com punhos virados, abotoada até a cintura, aberta até o joelho e franzida da cintura para baixo. Cinto com fivela. Calças justas até os joelhos, presas nas laterais por botões. Metas três quartos enroladas nas panturrilhas, manto envolvente preso no cinto na frente, no lado esquerdo, passando sobre o ombro esquerdo e caindo pelas costas até os tornozelos. Base quadrangular arredondada.

PROTEÇÃO
73 PROTEÇÃO LEGAL: FEDERAL; ESTADUAL; MUNICIPAL; TOMB INDIVIDUAL; TOMB CONJUNTO; NENHUMA
74 CONDIÇÕES DE SEGURANÇA: BOA; REGULAR; RUIM
75 ESTADO DE CONSERVAÇÃO: EXCELENTE; BOM; REGULAR; MAU

ANÁLISE HISTÓRICO - ARTÍSTICA
RS/89-0001-0173

76 ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Sujidade e ataque de insetos xilófagos. Excesso de cera. Faltam: dedos da mão esquerda e partes do panejamento. Furos na base para fixar andor.

77 RESTAURAÇÕES/DATA: Repintura.
78 RESTAURADOR/DATA:

79 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Peça talhada em um único bloco de madeira (cedro) dobrada de dourado na túnica. Manto castanho-dourado. Sapatos pretos com dourado. Base de preparação, camada pictórica à base d'água. Camada de proteção em verniz de cera.

80 CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS: Peça erudita com movimento e feições delicadas. Entalhe de bela feitura com destaque para os cabelos e movimentação esvoaçante do panejamento.

81 CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS/ORNAMENTAIS: Fisionomia jovem, cabelos repartidos ao meio e penteados para trás, túnica abotoada com sete botões, gola redonda e aberta da cintura para baixo. Calças justas e até o joelho, meias até as panturrilhas. Sapatos amarrados por um laço de fita.

82 DADOS HISTÓRICOS:

83 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/PROJETISTAS:

84 OBSERVAÇÕES:

85 PESQUISA DE CAMPO/DATA: Ago/89
Deldria Giron Finco
Denise Lampert

86 ELABORAÇÃO/DATA:
Maria Inês Coutinho
Março/93

87 REVISÃO/DATA: Abr./93
Flavia Maria Rosa
Nabel Lopi Vieira
Maria Inês Coutinho

Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

A justificativa para a realização do inventário: "pela falta de proteção legal e a ignorância do real valor dessas peças por alguns de seus detentores, o que provoca danos irreparáveis", é exemplo da manutenção do discurso autorizado do patrimônio, haja vista que não considera o aspecto da ressignificação e ou atribuição de valor aos elementos por outros agentes e grupos, sendo colocado como ameaça ao real (e inato) valor do bem, o qual só pode ser entendido se mediado por um técnico qualificado para determinação de tal valor.

Outro exemplo a ser considerado nesta mesma tessitura são as ações de educação patrimonial, cujo objetivo da maioria delas era fazer com que se despertasse o interesse pelo patrimônio tombado. Nas oficinas realizadas com estudantes nos sítios, o foco principal era, então, dado aos elementos materiais das reduções, como veremos a seguir.

3.1.1 **Educação patrimonial relacionada ao patrimônio arquitetônico e arqueológico missioneiro**

Nesta mesma tessitura de preservação de elementos arquitetônicos representantes do período reducional, encontram-se, no início da década de 1990, várias ações de educação

patrimonial caracterizadas pela promoção de atividades teóricas e práticas, visando fomentar o reconhecimento, a apropriação e a valorização do patrimônio material existente.

Essas atividades eram baseadas em material didático distribuído gratuitamente aos participantes (majoritariamente alunos do ensino fundamental), que, além da parte teórica, se valiam de saídas de campo (normalmente visita as Ruínas de São Miguel das Missões) acompanhadas por técnicos do Iphan, professores e profissionais ligados a práticas de preservação. Essas ações, promovidas pelo Iphan (Figura 63) em São Miguel das Missões, contaram com a presença dos seguintes profissionais: o suíço/boliviano Hans Hoth, Luiz Claudio da Silva (engenheiro florestal), Juan Carlos Ruíz, Luiz Antônio Bolcato Custódio (arquiteto), Vladimir Fernando Stello (arquiteto), Beatriz dos Santos Landa (historiadora), Maria Matilde Villegas Jaramillo (arquiteta) e Evelina Grunsberg (arquiteta). Atividades destinadas aos alunos da Escola Estadual Pe. Antônio Sepp e convidados.[41]

Figura 63: Atividades de Educação Patrimonial ocorridas em São Miguel das Missões entre 1991 e 1993



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

No ano de 1992, verificamos uma atividade de educação patrimonial vinculada à escavação arqueológica em São João Batista,[42] coordenada pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza. Esse trabalho de pesquisa encontrou os alicerces das casas dos indígenas no entorno da praça, confirmando a hipótese de que estes eram feitos de adobe[43] e, por este motivo, não resistiram às intempéries do tempo, não tendo durado tanto quanto as estruturas de pedras, facilmente visíveis acima do solo (Figura 64).

[41] Arquivo do PHNM, Cadastro de ações de educação patrimonial.

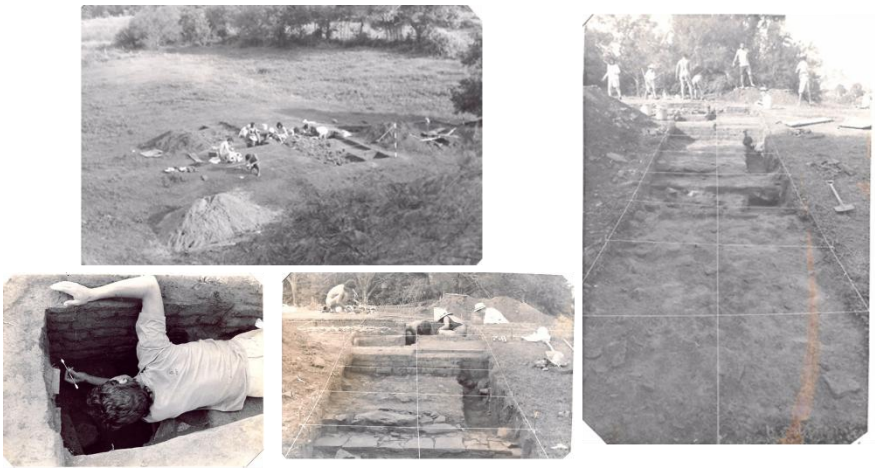
[42] Arquivo do PHNM, Escavação arqueológica de São João Batista – RS. José Otávio Catafesto 1992.

[43] Adobes são tijolos de terra crua, água e palha e, algumas vezes, outras fibras naturais, moldados em fôrmas por processo artesanal ou semi-industrial.

Por serem facilmente decompostos por ação do clima, e por não ser viável a aplicação de técnicas para preservá-los, optou-se por não deixar tais vestígios expostos, detendo-se somente ao registro fotográfico e escrito, bem como, a ações de educação patrimonial, com moradores locais (Figura 65).[44]

Essas atividades de educação patrimonial foram realizadas como forma de integração da comunidade local ou próxima, nas ações fomentadas pelos técnicos do Iphan nos bens culturais nacionais. Eram associadas a outras atividades de preservação nos elementos tombados, sejam escavações arqueológicas, restaurações, consolidações e/ou pesquisas. Buscavam proporcionar aos cidadãos vários tipos de experiências com o patrimônio, assim como proporcionar a experiência prática de algumas das incumbências da Autarquia sobre o patrimônio tombado.[45]

Figura 64: Escavação arqueológica em São João Batista no ano de 1992 coordenada por José Otávio Catafesto de Souza



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan - RS.

Nessa escavação, significativa quantidade de materiais da redução foi mapeada, alguns estavam sendo reutilizados pelos moradores locais, outros dispersos no entorno criando novos contextos. Esses foram registrados durante a execução da pesquisa arqueológica (Figura 66).[46]

[44] Arquivo do PHNM, Escavação arqueológica de São João Batista – RS. José Otávio Catafesto 1992.
[45] Arquivo do PHNM, Escavação arqueológica de São João Batista – RS. José Otávio Catafesto 1992.
[46] Arquivo do PHNM, Escavação arqueológica de São João Batista – RS. José Otávio Catafesto 1992.

Figura 65: Educação Patrimonial durante a escavação arqueológica em São João Batista no ano de 1992 coordenada por José Otávio Catafesto de Souza



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Figura 66: Peças arqueológicas dispersas em São João Batista, registradas pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza em 1992



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Estas atividades de educação patrimonial estavam principiando seu desenvolvimento no Brasil, e pautavam-se em uma metodologia específica para o trabalho educacional em museus, monumentos e sítios históricos. Entendida por suas idealizadoras no Brasil, Maria de Lourdes Parreiras Horta e Evelina Gurnsberg, do Museu Imperial de Petrópolis no Rio de Janeiro, como "[...] uma metodologia fundamental na facilitação do entendimento, por parte das comunidades que hoje habitam esses sítios, da sua importância histórica e a necessidade de sua preservação e valorização". (HORTA, 1999, p. 38). Nesse período foram desenvolvidas atividades com este sentido em São Miguel das Missões, e continuaram a

serem trabalhadas até meados da década de 2000. Vale ressaltar que a partir da década de 1990, as ações de educação patrimonial realizadas nas Missões, compuseram a publicação do *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), pelo Iphan/Museu Imperial, no qual são apresentadas as ações desenvolvidas em São Miguel das Missões nas páginas 40 e 41.

Na autarquia, a partir de um estudo dos trabalhos de educação patrimonial realizados, foram reavaliados os conceitos e a forma de aplicação, criando em 2014 uma sessão dentro do Departamento de Articulação e Fomento (DAF), destinada a esta atividade, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), que por sua vez elaborou uma maneira diferenciada de pensar e promover as ações, partindo da seguinte premissa:

> A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2018)

Cabe salientar que anterior a essa publicação do Iphan de 2014, que revê a forma de pensar e promover atividades de educação patrimonial, já havia ocorrido pontualmente nas Missões dois projetos que consideravam essas premissas, o primeiro realizado por José Itaqui e Angélica Villagran em São Miguel das Missões nos anos de 1993 a 1996, e o segundo realizado em São Nicolau pelos técnicos da autarquia no ano de 2003.

O projeto desenvolvido por José Itaqui, e aplicado nos mesmos moldes pelos técnicos do Iphan em São Nicolau foi desenvolvido a partir da experiência adquirida no município de Silveira Martins/RS, com algumas adaptações à realidade local. Ele se caracterizou como um programa de animação comunitária que partia da escola e contava com o apoio e participação da comunidade para resgatar e valorizar o seu patrimônio cultural[47].

Esse projeto não se reduzia às quatro paredes da escola, tinha o objetivo de integrar a comunidade na sua ação pedagógica, constituindo-se, basicamente, da aplicação de seis programas, semestrais, que interligados às atividades curriculares permitiam aos alunos, professores e comunidade a compreensão de outros elementos formadores de sua identidade. Os programas básicos foram: 1. A casa (espaços e mobílias); 2. Objetos e documentos (familiares e missioneiros); 3. Instrumentos de trabalho e técnicas de uso; 4. Cultivos e alimentação; 5. Flora nativa; 6. Fauna nativa.

[47] Arquivo do PHNM, Cadastro de ações de educação patrimonial.

Cada um desses programas era precedido de uma oficina, com especialistas convidados, onde eram abordadas as técnicas a serem utilizadas no tratamento individual de cada programa. A conclusão de cada etapa se dava por meio de duas exposições: uma na localidade da escola e outra na sede do município envolvendo todas as escolas participantes em um total de 1.895 alunos.[48]

Este projeto de três anos lançou outro olhar sobre o patrimônio das Missões: contrariando as práticas de esvaziamento dos sentidos, o uso simbólico não substituiu as condições concretas de produção e reprodução da vida (MENESES, 2012). Valeu-se do cotidiano das comunidades como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais formadoras das identidades dos agentes envolvidos.

3.1.2 Restauro, consolidações e desapropriações pelo patrimônio arquitetônico

Durante a década de 1990 e 2000 se percebe grandes ações nos elementos arquitetônicos existentes na região das missões, ou melhor, nos sítios tombados de São Miguel, São João Batista, São Lourenço e São Nicolau. Estas ações, em sua maioria, vincularam-se direta e indiretamente a manutenção e preservação dos bens representantes do período reducional, e novamente relacionados com a materialidade dos bens arquitetônicos, que como no ano de 1937 quando o Iphan foi criado, são entendidos como as únicas expressões do belo, exuberante e excepcional, e vinculam-se aos fatos memoráveis da história do Brasil, portadores de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico do colonizador europeu.

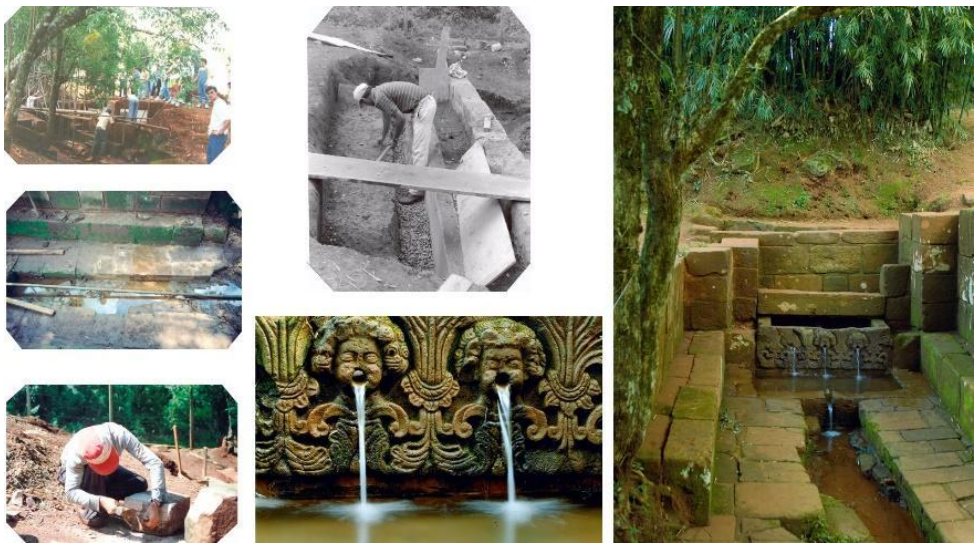
A exemplo disso, em São Miguel das Missões, onde a maioria das ações de preservação foram realizadas ao longo dos 80 anos de atuação do Iphan nas Missões, trazemos o trabalho realizado em conjunto com a prefeitura municipal no ano de 1993, que consistiu na consolidação e escavação arqueológica da Fonte Missioneira (Figura 67). Este elemento embora seja composição da estrutura da Redução de São Miguel Arcanjo, não faz parte do processo de tombamento. Acreditamos que isso ocorreu pelo fato de que no ano de 1937 a fonte ainda não havia sido descoberta.[49]

[48] Arquivo do PHNM, Cadastro de ações de educação patrimonial.

[49] Não há tombamento específico da Fonte Missioneira, acredita-se que está sob a proteção do IPHAN pela Certidão de 27 de agosto de 1985 anexada ao processo de tombamento 141 – T – 38, p.57, onde consta : "Obra: Ruínas de São Miguel, digo, **Remanescentes do Povo**/ e Ruínas da Igreja de São Miguel, inclusive a antiga / praça fronteira, e a edificação do Museu das Missões" [grifo nosso].

Esta parceria entre o Iphan e o governo municipal retardou o processo de degradação da fonte, impediu que ações antrópicas, bem como o processo natural de decomposição da matéria destruíssem o bem que foi um dos locais de abastecimento de água do antigo povoado de São Miguel Arcanjo, no período reducional (Figura 68).

Figura 67: Obras de consolidações da Fonte Missioneira em 1993



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Figura 68: Fonte após ataque de caçadores de tesouros em 1993



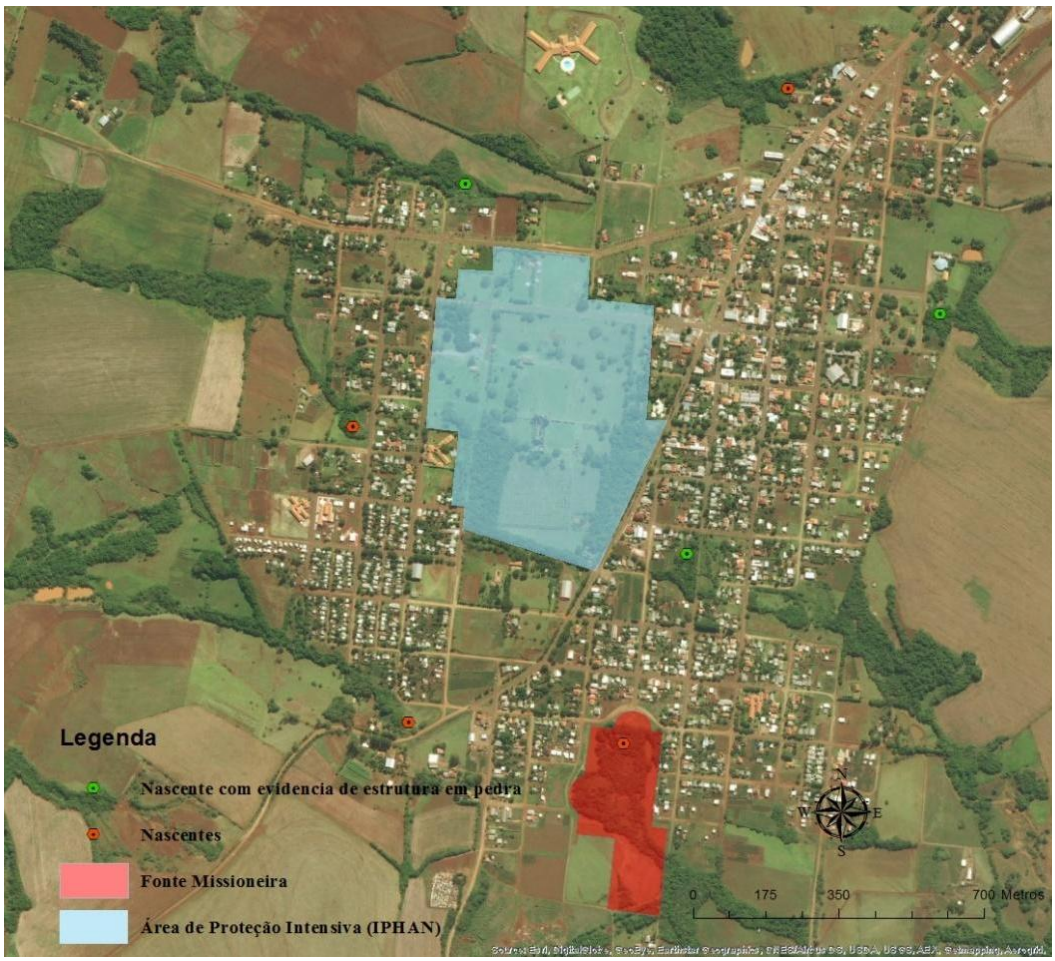
Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Dezesseis anos mais tarde, em 2009, novas atividades ocorreram na Fonte, no entanto agora amparadas por uma equipe de arqueologia, da empresa Zanettini Arqueologia contratada pelo Iphan, em atendimento ao Programa Fonte Missioneira - Recursos Hídricos nas Missões ("Projeto das Águas"). Esse projeto dedicou-se ao estudo arqueológico do sistema de captação, abastecimento e consumo de água no contexto missioneiro,[50] proporcionando também, o levantamento de informações para a gestão dos recursos arqueológicos não tombados existentes no município.

Dessa pesquisa salienta-se o mapeamento das outras seis nascentes existentes no entorno da Redução do São Miguel, das quais existem vestígios de estruturas de pedras em superfície em três delas (Figura 69), bem como o detalhamento da Fonte Missioneira. Tal estudo que subsidiou a compreensão da composição do complexo sistema de captação de água para o consumo criado neste local. (Figura 70).

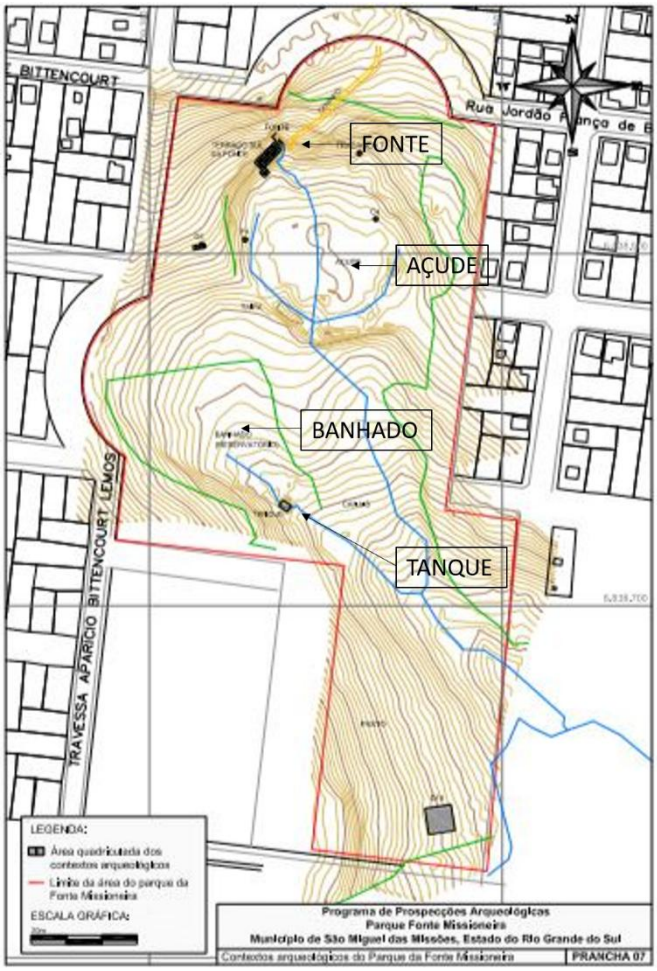
[50] Conforme o edital 09/2007 da 12ª SRIPHAN e a portaria 39, de 28 de novembro de 2008, processo 0151200049/2008/47 do Programa Fonte Missioneira.

Figura 69: Localização das nascentes no entorno das Ruínas de São Miguel, efetivada pela empresa Zanetti em 2009, detalhe em verde para as nascentes com estruturas em pedras



Fonte: Do autor (2017).

Figura 70: Mapa gerado a partir da pesquisa arqueológica realizada em 2009 pela Zanettini Arqueologia



Fonte: Zanettini (2009).

Paralelamente à escavação, também foi desenvolvido pela Zanettini o trabalho curatorial do acervo arqueológico existente no Escritório Técnico Missões, sob a guarda do Iphan. A ação foi executada com o objetivo de "[...] unificar a linguagem de acesso às peças dessas coleções, garantir a sua integridade física, além de conhecer com precisão a quantidade e potencialidade dos acervos sob salvaguarda do Escritório Técnico." (ZANETTINI, 2009, p. 87).

Os resultados obtidos com esse trabalho de curadoria (Figura 71) geraram o *Catálogo do Acervo das Missões*, existente em mídia digital e física, na Superintendência do Rio Grande do Sul, com possibilidade de consulta pública mediante agendamento.

Figura 71: Catálogo dos Acervos arqueológicos e ação de curadoria do acervo arqueológico do Escritório Técnico Missões



Fonte: Zanettini (2009).

Na sequência das ações na materialidade das missões, se tem o registro das atividades de desapropriações e demolição de algumas edificações do entorno das Ruínas de São Miguel, que, segundo Stello (2013, p. 99-100), "deram condições para uma proteção mais efetiva destes sítios arqueológicos, bem como ajudaram a ambiência e a leitura do espaço reducional". Ainda segundo o autor, este processo de desapropriações e demolições foi consolidação de uma proposta iniciada na década de 1970, onde havia previsão de um aumento da área pertencente ao bem tombado. Ação efetivada a partir dos anos de 1990 após a apresentação e discussão com a comunidade local e gestores públicos sobre nova poligonal que integraria o bem, assim como, as edificações que seriam demolidas e a indenização dos proprietários.

O trabalho de demolição iniciou-se em 1995, com o Clube União de São Miguel (Figura 72) e algumas residências. Nos anos seguintes foram retiradas a sede da polícia, a escola estadual, a casa paroquial (Figura 73) e outras residências. Um processo moroso, devido ao custo e trâmites jurídicos, mas efetivado, segundo justificativas encontradas na

documentação[51], com vistas ao melhoramento da gestão do bem público. Da mesma forma ocorreu com quatro edificações que estavam construídas sobre a área protegida do Sítio Arqueológico de São João Batista, porém estas foram realizadas em convênio entre o Iphan e o município de Entre-Ijuís.[52]

Figura 72: Montagem fotográfica, ilustrando a área das Ruinas de São Miguel antes e depois da demolição do clube.



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Figura 73: Área das Ruínas de São Miguel com indicação da escola e da casa paroquial, ambas demolidas.



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

[51] Arquivo PHNM (2015). Desapropriações 1994.
[52] Arquivo PHNM (2015).

Nos anos 2000, durante a execução do projeto de desapropriação e demolição de edifícios do entorno das Ruínas de São Miguel, o Iphan efetua a compra da casa existente na área da quinta do Sítio de São Miguel (Figura 74), que pertencia a Dona Eva de Oliveira e família, não com a intenção de demoli-la, mas com o objetivo de torná-la um espaço de educação patrimonial.

Após a efetivação da compra, a casa recebeu as primeiras obras de restauração, que nunca foram concluídas. A casa não recebeu novo uso, encontrando-se atualmente fechada, necessitando de novas obras.

Figura 74: Vista da área do Sítio de São Miguel, com detalhe para o local da Casa da quinta, adquiria pelo Iphan nos anos 2000.



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Neste mesmo contexto de trabalhos efetivados em São Miguel, pode-se encontrar entre os anos de 2003 e 2005, ações de restauro e consolidações nos Sítios de São João Batista e São Lourenço Mártir, onde foram executadas escavações arqueológicas e consolidação nas estruturas das igrejas, recuperando parte de sua configuração espacial (Figura 75 a Figura 78). “Trabalhos que significaram um avanço na maneira de tratar estes sítios, com equipes coordenadas de arquitetura e arqueologia, contando ainda com a participação de técnicos em pesquisa histórica e meio ambiente.” (STELLO, 2013, p. 102).

Somadas a estas ações, foram ainda implantadas passarelas, rampas e escadas, utilizadas na formação do circuito de visitação ao Sítio Arqueológico de São João Batista,

Entre-Ijuís/RS, e proteção das estruturas e pisos, sem privar o acesso do visitante ao Sítio de São Lourenço e São Luiz Gonzaga-RS.

Figura 75: Intervenções arqueológicas e arquitetônicas no Sítio de São João Batista



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Figura 76: Ação de Consolidação dos maciços e implantação das passarelas no Sítio de São João Batista



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Figura 77: Intervenções arqueológicas e arquitetônicas no Sítio de São Lourenço



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Figura 78: Ação de Consolidação dos maciços e implantação de passarela no Sítio de São Lourenço

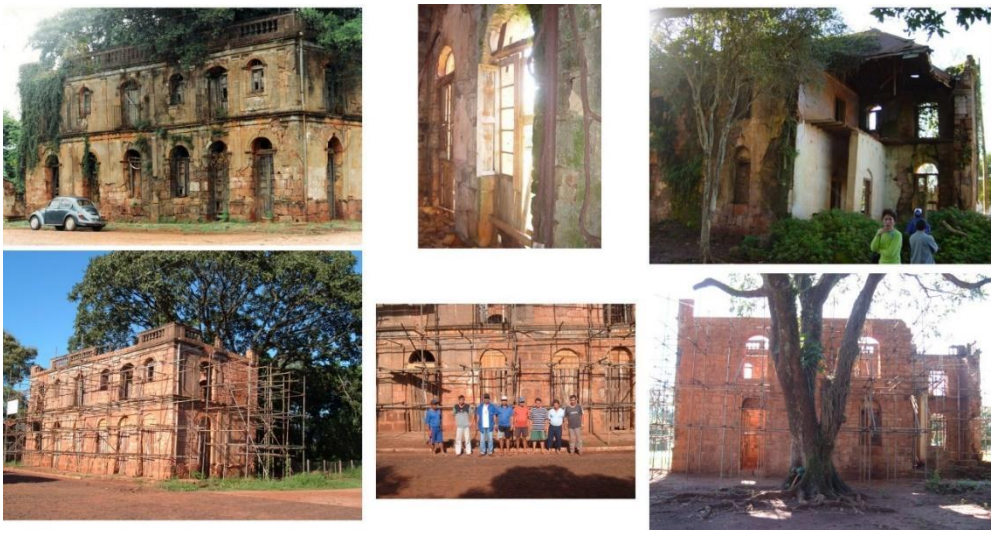


Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

De forma semelhante encontram-se, entre 2006 e 2007, ações de restauro e consolidações no sítio de São Nicolau, com uma particularidade: as obras não foram realizadas somente no bem tombado. O Iphan apoia a execução do projeto de restauro e conservação do Sobrado Silva (Figura 79), no município de São Nicolau, elaborado pelos arquitetos Evelize Daronco, Igor Norbert Soares, Maria Amélia Dockorn e Maria Matilde Villegas. Essa edificação do início do século XX foi construída com pedras retiradas das Ruínas da Igreja da Redução de São Nicolau, sendo parcialmente restaurada, tendo suas paredes consolidadas e sua cobertura reparada a fim de retardar seu processo de deterioração.[53]

O Sobrado Silva teve suas obras patrocinadas pela *World Monuments Fund* e pela Prefeitura Municipal de São Nicolau com apoio técnico do Escritório Técnico do Iphan nas Missões. Após sua completa restauração, o edifício seria reutilizado pelo Município de São Nicolau, no entanto as obras não tiveram continuidade e o edifício atualmente encontra-se em processo de deterioração.[54]

Figura 79: Obras de restauro do Sobrado Silva no ano de 2005



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

O Sobrado é um bem arquitetônico composto por pedras da antiga Redução de São Nicolau. Esse argumento, no nosso entendimento, poderia servir para justificar a valoração do bem pelo Iphan, conforme ocorreu no tombamento da Casa de Material Missioneiro sugerido

[53] Arquivo PHNM (2015). Plano de ação Sobrado Silva, São Nicolau - RS.
[54] Arquivo PHNM (2015). Plano de ação Sobrado Silva, São Nicolau - RS.

por Lucio Costa em 1938. No entanto, nota-se uma mudança na forma de ação de preservação do Escritório Técnico Missões – Iphan/RS: não solicitou o tombamento do referido Sobrado, apenas auxiliou o poder público municipal no processo de restauração da materialidade do bem.

Nesse período, em São Nicolau foram consolidadas as paredes e executada a cobertura de proteção da adega, única estrutura deste tipo ainda existente nos sítios missioneiros do Brasil (Figura 80).

Figura 80: Adega em São Nicolau



Fonte: blog E o bicho pegando...

Nesse contexto apresentado de ações do início da década de 1990, no inventário da imaginária missioneira; nas ações de educação patrimonial; desapropriações; restauro/consolidação da Fonte Missioneira e dos Sítios de São João Batista, São Lourenço e São Nicolau, pode-se perceber a presença marcada do discurso autorizado do patrimônio, o qual segundo Smith (2006, p.4), "não apenas organizam a forma como conceitos – como patrimônios – são entendidos, mas também a forma como agimos, as práticas sociais e técnicas que manifestamos e a forma como o conhecimento é construído e reproduzido".

As ações apresentadas são todas vinculadas aos bens do período reducional, reforçando o valor patrimonial aos elementos materiais jesuíticos – que representam um passado remoto, uma história única e os únicos representantes da identidade missioneira.

Em uma análise contemporânea, pode-se dizer que estas ações compreendem o patrimônio não como processo, como ressignificação, como memória social de grupos e agentes variados, mas sim como um patrimônio monoculturalista representante de um único

grupo e/ou período, dispensando o caráter multiculturalista do patrimônio, deixando a margem, a história, relação e os contextos vinculados de outros agentes partícipes do mesmo bem. Normalmente esses outros agentes e grupos são relegados a lugares subalternos dentro do discurso autorizado do patrimônio, e raramente figuram como concepção alternativa na construção da noção de patrimônio.

Nesse sentido, pode-se inferir que a autarquia não percebe o patrimônio das Missões como um processo dinâmico, onde o passado subsidia a crítica para o que deve ser valorizado no presente, o quê e para quem esse patrimônio representa. O patrimônio Missioneiro não aparece como ideia relacional onde os diversos grupos e indivíduos figuram devidamente posicionados em suas relações com os lugares, eventos e histórias e memórias, fomentando a capacidade de construção de sua própria identidade. Não é concebida a ideia de que as representações podem ser ao mesmo tempo concordantes ou opostas, ou ainda simplesmente circularem fora do ensejo da patrimonialização.

Neste conjunto de ações de preservação do patrimônio cultural missioneiro, até o presente exposto, verifica-se o alinhamento com as ideias lançadas na década de 1930, uma referência ao mito fundador Lucio Costa, uma contínua manifestação de ações preservacionistas da materialidade dos bens representantes de um mesmo período histórico, que coloca em grau de primeira importância e relevância a história de um único agente, mantendo a perspectiva do civilizador europeu, relegando ao esquecimento as demais vozes partícipes deste processo histórico ocorrido na região das Missões.

No entanto, a descrição que segue apresenta ações diferentes das já expostas, demonstrando que há formas de preservar e pensar o patrimônio cultural sob outros aspectos distintos dos consagrados e que circulam como *doxa* entre uma boa parte dos agentes da autarquia federal.

3.2. Ação do IPHAN em relação ao Patrimônio imaterial nas Missões

Antes de adentrar na discussão acerca do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) da TAVA MIRI como patrimônio imaterial brasileiro, é importante trazer para o contexto da pesquisa a publicação do Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000, um marco importantíssimo na história da preservação do patrimônio cultural do país, concretizado com a criação deste instrumento jurídico que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Dentre tantos efeitos desse instrumento, destacamos as considerações de Regina Abreu e Mário Chagas (2008, p.13) os quais inferem que o Decreto 3551/2000 descortinou

> [...] um panorama que alterou radicalmente a corelação de forças até então vigente. Se durante décadas predominou um tipo de ação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos – o referido decreto pôs em cena uma antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mario de Andrade, qual seja, de valorizar o tema do intangível.

Os autores supracitados argumentam que esta política possibilita que grupos sociais, "tradicionalmente situados em lugar de alteridade nas grandes narrativas nacionais", passam a assumir "o lugar de sujeitos em novas práticas de colecionamento desenvolvendo novas experiências museográficas e museológicas, caracterizadas pelo exercício do direito à voz, à memória e à constituição do patrimônio cultural." (2008, p.13).

O antropólogo Laurent Lévi-Strauss (2003, p. 77) assim afirmou sobre a criação do decreto de 3551/2000:

> Ao adotar o Decreto (...), o Brasil tomou uma iniciativa notável. Antes de mais nada, dotou-se dos meios jurídicos, científicos e administrativos para melhor conhecer, valorizar e favorecer a permanência de uma porção substancial do patrimônio cultural nacional, cuja antiguidade, riqueza e diversidade são, em todos os aspectos, excepcionais.

O Decreto é consonante aos Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que instituiu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, abarcando desta forma, também os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Esse diferente modo de pensar o patrimônio nacional, foi introduzido nas práticas institucionais de preservação, a partir da noção de bem cultural de natureza imaterial, ou seja, uma abordagem pautada no conceito antropológico de cultura, consciente do caráter dinâmico e processual das referências culturais, que são fundadas normalmente na tradição e manifestas individualmente ou coletivamente como expressão identitária de determinados grupos sociais.

O Decreto 3551/2000, constitui-se em documento legal capaz de promover progressivamente uma política norteada por ações que buscam fomentar:

> i) o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país;
> ii) a descentralização das ações institucionais para regiões historicamente pouco atendidas pela ação estatal;
> iii) a ampliação do uso social dos bens culturais e a democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural;

> iv) a sustentabilidade das ações de preservação por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio; e
> v) a defesa de bens culturais em situação de risco e dos direitos relacionados às expressões reconhecidas como patrimônio cultural.[55]

Nesse contexto, foi criado também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e em seguida foi consolidado o *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INCR). Essa foi uma importante inflexão no trabalho institucional de preservação do patrimônio brasileiro, com reflexo na região missioneira, pois gerou o INRC dos M'Bya-Guarani[56], pelo qual em 2007, por uma parceria do Iphan com o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (Crespial),[57] promoveu o Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani em atendimento a uma das demandas "[...] dos Guarani, no sentido de que o Iphan buscasse envolver instituições da Argentina e do Paraguai em ações voltadas para o reconhecimento de sua relação com o patrimônio missioneiro nesses países." (IPHAN, 2014, p. 2).

Nesse encontro, que reuniu aproximadamente 300 guaranis de comunidades localizadas em vários estados brasileiros, assim como representantes de comunidades da Argentina e Paraguai, (Figura 81),

> [...] os Guarani-Mbyá deixaram claro que a salvaguarda de suas referências culturais deve ser direcionada à garantia de um modo de vida, e deve ser pautada por três princípios, definidos como: 'territorialidade livre', 'natureza livre' e 'respeito à dimensão do segredo'. (IPHAN, 2014, p. 7-8).

Nesse mesmo encontro, foi encaminhado ao Iphan o pedido de registro da Tava como lugar de referência para os guaranis, "[...] com assinatura de uma liderança Guarani vinda do Paraguai e doze lideranças que representavam comunidades situadas em seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ e ES)". (IPHAN, 2014, p. 2).

---

[55] Conforme informado em seu website nas Diretrizes básicas na aba Patrimônio cultural, Patrimônio Imaterial, Instrumentos de salvaguarda.

[56] Dentre outras ações, esse INRC fomentou a construção de uma casa de passagem, construída na Quinta Missioneira, servindo de alojamento de trânsito para os guaranis que vivem na aldeia distante 30 km do Sítio Arqueológico. A edificação foi construída pelo governo do estado em 2005, por solicitação do grupo guarani durante I Seminário Latino Americano "Um Olhar para as Comunidades Indígenas Guaranis, promovido pelo Iphan/Escritório Técnico das Missões, pelo Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação-NORIE, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC).

[57] O Crespial é uma organização auspiciada pela Unesco, com sede Cuzco, no Perú, que tem por objetivo difundir e promover os princípios da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entre os países latino-americanos. (IPHAN, 2014).

Figura 81: Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani



Fonte: Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões – Iphan.

Em 2009, o Iphan iniciou o inventário brasileiro no âmbito do Programa Multinacional Valorização do Mundo Cultural Guarani,[58] – um projeto em parceria com o IAPH e com recursos do Iphan e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) – para a realização de um *Inventário Cultural dos Guarani-Mbyá*, ampliando as ações de salvaguarda que foram indicadas pelo *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, as quais se desdobraram junto às comunidades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. (IPHAN, 2014), que culminou no registro da TAVA como patrimônio imaterial brasileiro.

3.2.1 Tava Miri: Patrimônio Imaterial nas Missões

No ano de 2014, após dez anos de pesquisa, o Iphan inscreveu a Tava, lugar de referência para o povo guarani no *Livro de Registro de Lugares*.

[58] A primeira etapa do inventário elencou quatro referências culturais para estruturarem o desenvolvimento do inventário: o Nhemongarai (ciclos rituais), Yvy Rupa (plataforma terrestre), Poraive Xondaro (constituem ao mesmo tempo formas de expressão, comunicação e produção. São cantos, rezas, formas discursivas de diversas naturezas, danças, educação para a atenção e percepção, e um conjunto de saberes e práticas relacionadas à produção de corpos e pessoas), e Nhemongueta (língua Guarani). As descrições realizadas na primeira fase são de base bibliográfica, sem especificar as ocorrências particularizadas por localidades. (STELLO, 2013, p. 106-107). A segunda etapa do novo Inventário Cultural, o Centro de Trabalho Indígena (CTI), apresentou ao Iphan a proposta de realizar cursos de formação de pesquisadores guarani, para que eles assumissem a documentação de suas práticas culturais. O resultado desses cursos foi a identificação e mapeamento de uma expressão, o Xondaro. (IPHAN, 2014, p. 10) Na etapa em curso do *Inventário Nacional de Referências Culturais Guarani Mbyá* está acontecendo a identificação do Poraive Xondaro. Pretende-se com este chamamento avançar na identificação de outros bens culturais que constituem o patrimônio cultural dos Guarani Mbyá. (IPHAN, 2013).

> Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades, por conter os ‘corpos’ dos ancestrais que se transformaram em imortais; onde são relembradas as 'belas palavras' do demiurgo Nhanderu. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar Yvy Mara Ey (a Terra sem Mal). (IPHAN, 2017a).

“A Tava é uma referência cultural que pode ser contemplada pela categoria patrimonial de ‘lugar’, por ser um espaço ao qual os Guarani-Mbyá atribuem significados e sentidos diferenciados, que articulam aspectos de sua cosmologia e, portanto, de sua identidade.” (IPHAN, 2014, p. 2). O valor patrimonial desse bem está na competência de transmitir elementos da cultura indígena como: temporalidades, espacialidades e identidades que fazem parte da história brasileira. (IPHAN, 2014).

A “casa de pedra” (Tava) é um lugar de memória, que torna visível, pelos remanescentes arquitetônicos das Ruínas de São Miguel, construída por indígenas, os significados que expressam a compreensão do mundo guarani, representação de diversos elementos da cosmologia Mbyá no tempo presente. (IPHAN, 2014).

A Tava é o único patrimônio imaterial registrado no estado do Rio Grande do Sul e nas Missões. Esse registro é a consolidação de uma forma diferenciada de pensamento sobre o patrimônio brasileiro a ser preservado pela Autarquia, significa a ampliação do conceito de patrimônio estabelecido pelo Iphan ou a extensão patrimonial para além dos bens materiais. A Tava é um importantíssimo passo no longo e complexo caminho da preservação do patrimônio cultural trilhado pelo Iphan nas Missões.

Nesse contexto de ações e práticas institucionais diferenciadas, o registro da Tava Miri como patrimônio imaterial constitui-se em uma das mais significativas ações de transformação do conceito de patrimônio cultural na região das Missões, um trabalho iniciado em 2004 e consolidado em 2014. Esse registro significa, dentre outras coisas, uma nova forma de percepção e gestão do patrimônio, tal como José Reginaldo Gonçalves define, ao compreender o patrimônio como categoria de pensamento. O autor diz que:

> Em contextos sociais e culturais não-modernos, ela coincide com categorias mágicas, tais como mana e outras e define-se de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de entender-se e propagar-se continuadamente. [...] Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) chamou de ‘fatos sociais totais’. Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e filosófica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos. (GONÇALVES, 2007, p. 23).

A Tava é uma referência cultural, em que os Guarani-Mbyá atribuem significados e sentidos diferenciados para as ruínas de São Miguel por meio de sua cosmologia e de sua identidade. O valor patrimonial desse bem está na competência de transmitir elementos da cultura indígena como: temporalidades, espacialidades, identidades que fazem parte da história brasileira. (IPHAN, 2014).

O registro da Tava é um indício de que se pode institucionalmente mobilizar-se em favor de valores distintos dos quais convencionalmente a autarquia preserva e considera como principais atributos dos bens patrimonializados.

Segundo Pereira (2013), o reconhecimento da Tava é uma situação histórica singular, onde os atos narrativos e a memória coletiva guarani, estão associados "[...] ao vivo interesse dos Guarani Mbya de incorporação, em seu horizonte cultural, da voga patrimonial existente em torno das Missões Jesuíticas Guarani – Ruínas de São Miguel". (PEREIRA, 2013, p. 52).

O autor nos convida a refletir que esta ação de registro da Tava:

> [...] além do reverenciar a herança histórica e cultural dos guarani missioneiros e a preservação de sítios arqueológicos e do conjunto arquitetônico remanescente, a respeito da persistente presença em cena dos Mbya, sua memória e tradição oral milenar. Permite-nos, igualmente, perscrutar sobre a produção de sentido e atribuição de valor instituídos pelas coletividades Guarani Mbya em torno do patrimônio e do aparecimento de representações sociais sobre o patrimônio cultural indígena no Rio Grande do Sul. (PEREIRA, 2013, p. 53).

Ao encontro desse pensamento, Chuva (2014, p. 208) ressalta que o trabalho que antecedeu o registro da Tava é um exemplo do rompimento com as "[...] práticas profissionais e políticas comprometidas com a manutenção de valores de patrimônio que produzem narrativas colonizadoras". Muito disseminada pela historiografia tradicional, que ressalta a obra civilizadora do jesuíta e seu papel de definidor de fronteiras do sul do país, relegando as outras perspectivas e proporcionando o apagamento de outros agentes partícipes deste processo histórico ocorrido no Brasil.

Chuva (2014, p. 207) ainda ressalta que o movimento que conduziu ao registro da Tava é carregado por lutas e disputas que tiveram início nos anos 1970, momento em que buscava-se inter-relacionar ao campo do patrimônio cultural, "[...] a noção de diversidade cultural com as políticas nacionais de patrimônio, por meio da constituição de direitos culturais", efetivados pelo Decreto-Lei 3551/2000 e pelo registro da Tava em 2014.

Em meio a esse complexo campo de ação que é o patrimônio cultural, denota-se pela descrição acerca da Tava Miri que há formas distintas e passíveis de realização de preservação dos bens culturais patrimonializados. Demonstra ainda que na própria instituição

existem várias facetas e pensamentos e agentes, capazes de habilitar formas mais plurais de atribuição de valor aos bens, que caminham na contramão do discurso autorizado do patrimônio.

Outro exemplo deste pensamento plural foi o Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira, realizado em 2004. Agentes do Iphan, em conjunto com representantes da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), desenvolveram parte de um projeto denominado *Guia da paisagem cultural para a gestão do desenvolvimento sustentável do território das missões jesuítico-guarani no Brasil*, que surgiu com o objetivo de ampliar o conhecimento e a proteção do patrimônio cultural da Região Missioneira. (IPHAN e URI, 2006)

Por meio desse projeto se realizou um extenso levantamento dos elementos do patrimônio turístico-cultural da Região Missioneira. Os resultados obtidos a partir das relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural entre esses institutos[59] convergiram para a ampliação das ações de conservação, formação e difusão do patrimônio existente na Região das Missões. O resultado deste trabalho foi a elaboração de um extenso inventário dos patrimônios culturais[60], infraestrutura turística e cartografia atualizada dos 26 municípios que conformam a região da Associação dos Municípios das Missões (AMM), hoje disponibilizado gratuitamente na *homepage* da URI, campus Santo Ângelo. Para o desenvolvimento do projeto reuniu-se uma equipe formada por arquitetos, historiadores, turismólogos, geógrafos e estudantes de várias áreas. Um trabalho multidisciplinar realizado ao longo de dois anos, que possibilitou uma leitura dos elementos culturais pertencentes aos vários grupos formadores da região das missões – imigração alemã, italiana, polonesa, luso-brasileira, castelhana e indígena. (IPHAN e URI, 2006).

A partir dessa iniciativa, como também, pelo material produzido e publicado, pode-se inferir que os agentes a frente da Autarquia neste período, compreendiam que o patrimônio existente nessa região é mais amplo, e não se restringe aos bens tombados do período Jesuítico-Guarani. No entanto, esse trabalho não teve continuidade, e após sua conclusão, em

[59] Fonte: http://www.urisan.tche.br/~iphan/?module=section&action=read&id=apresentacao

[60] Definição de patrimônio cultural dos povos segundo a Conferência Mundial sobre políticas culturais organizada pela UNESCO – México, 1982.: *El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, de sus arquitectos, de sus músicos, de sus escritores, de sus sabios, pero también las creaciones anónimas surgidas del alma popular y el conjunto de los valores que dan un sentido a la vida. Engloba las obras materiales e inmateriales que expresan la creatividad de un pueblo, las lenguas, los rituales, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte, los archivos y las biblioteca.*
Fonte: http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf

2006, o inventário realizado não foi adotado como ferramenta na gestão dos bens da região pelos técnicos da autarquia nas ações seguintes. Especificamente, veremos que ele não subsidiou o projeto de criação do Parque Histórico Nacional das Missões, item que agora será abordado.

3.3. INTENÇÕES E PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA ATÉ O PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES

A descrição que segue neste item do capítulo, refere-se a mais recente ação de grande envergadura nas Missões, a criação do Parque Histórico Nacional das Missões. Consideramos importante ter presente para compreensão das inquietações acerca do tema os subsídios já apresentados no decorrer desta pesquisa, que no capítulo 1 apresenta uma base sobre a formação da Região Missioneira e seu mosaico cultural e no capítulo 2 e parte do terceiro apresentam dados para uma ampla leitura das ações de preservação desenvolvidas nas Missões durante oito décadas de atuação da autarquia. Optamos por uma narrativa diacrônica e descritiva que possibilita a percepção das transformações do modo dominante como foi concebido e trabalhado com o patrimônio brasileiro pela Autarquia representada por seus agentes em diferentes momentos históricos.

Antes de adentrar na temática do Parque vale relembrar alguns dos marcos legais postos nesta pesquisa, como a criação do Instituto, em 1937, com a promulgação do Decreto-lei nº 25, que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (KÜHL, 1998; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980). No capítulo 1, Art. 1º, o patrimônio histórico e artístico nacional é assim definido:

> […] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação a feitos memoráveis da História do Brasil, seja por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Essa concepção foi alterada com a Constituição de 1988, e, aos poucos, significativamente ampliada pela abrangência do termo, conforme o artigo 216:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Doze anos mais tarde, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, foi legalmente outorgado o *Registro de bens culturais de natureza imaterial*, ampliando a compreensão de cultura e patrimônio como processos, assim como os instrumentos de proteção do patrimônio brasileiro.

A partir da narrativa empreendida, é possível conceber uma periodização, definindo, no mínimo, três períodos de ação e significados para a palavra patrimônio, de acordo com o que Le Goff (2003) e Ferreira (2006) propuseram: o primeiro, ligado à afirmação do termo, o segundo, delimitado entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando a palavra passou a ser utilizada por organizações e instituições internacionais, e a última, nas décadas de 1960 a 1980, quando a complexidade do termo patrimônio ganhou espaço e "[...] passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial". (LE GOFF, 2003, p. 11).

Nas Missões, atualmente, consegue-se perceber a soma desses diversos entendimentos de patrimônio, com a predominância variável de cada um em diferentes contextos, não anulando ou apagando outros, mas deixando claro que este é um campo de tensões. A descrição histórica acima demonstra a complexidade do trabalho com o patrimônio cultural, visto que as ações desenvolvidas pelos agentes da Autarquia nesses 80 anos não são caracteristicamente exatas, simétricas e de fácil conclusão, ao contrário, são múltiplas, desiguais, contraditórias e diferem entre si na medida em que as pessoas que representam a Autarquia confrontam seus pensamentos, suas visões de mundo, e seus interesses. Fica claro que trabalhar com o patrimônio na contemporaneidade exige um conhecimento multidimensional, onde não se deve “[...] isolar um objeto de estudo de seu contexto, de seus antecedentes, de seu devenir”. (MORIN, 2005, p. 7). Então cabe a pergunta: por que motivo atualmente a Autarquia, por um lado, desenvolve um discurso sobre o Parque Histórico Nacional das Missões, no sentido da valorização da diversidade cultural e, por outro, reconhece o acervo patrimonial missioneiro sob sua gestão somente nos bens vinculados ao período Jesuítico-Guarani, reforçando assim ações que promovem uma única referência para a identidade na região das Missões? A incoerência entre discurso e prática parece apontar para uma forma de especulação do “capital patrimonial”, uma “fetichização do patrimônio”,

segundo propõe Choay (2011), ou "Disneiyficação", segundo Zukin (1996), ou "febre patrimonial", de Candau (2011).

São Miguel é patrimônio nacional, do Mercosul, mundial e agora é Parque Histórico Nacional das Missões. No entanto, as práticas sobre esse bem ainda são muito similares às iniciadas em 1937, as ações são majoritariamente em função da manutenção, preservação, divulgação das Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, expressão arquitetônica do belo, exuberante e excepcional.

Para melhor compreensão destas suposições, é importante contextualizar esse processo de criação do Parque, onde os registros mais antigos encontrados são de 2007, ano da comemoração dos 70 anos de criação do Iphan, e consequentemente 70 anos de sua atuação no patrimônio cultural missioneiro.

3.3.1 Parque Histórico Nacional das Missões – O discurso autorizado do patrimônio

O Iphan/RS, em ocasião da comemoração dos seus 70 anos e por perceber "[...] a necessidade de ampliar o alcance dos modos e instrumentos de proteção e de valorização deste patrimônio" (STELLO, 2013, p. 105), propôs a criação PHNM, o qual teria como limites físicos os quatro sítios arqueológicos tombados – São João Batista, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São Nicolau –, no entanto com atuação nos 26 municípios que compõem a Região das Missões.

Na proposta de criação do Parque Histórico, ele estava definido como:

> [...] uma unidade de gestão territorial que engloba tanto a proteção de bens materiais quanto o estudo e salvaguarda das relações culturais e socioambientais que ali vêm ocorrendo, visando sua preservação, compreensão e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região das antigas reduções jesuítico-guaranis, incluindo definitivamente este fenômeno histórico como parte da construção da identidade nacional. (STELLO, 2013, p. 105).

Neste ano de 2007 o Parque não se concretizou, encontraram-se novos registros acerca do tema no dia 7 de maio de 2009, quando foi publicado o Decreto nº 6.844, aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Iphan, onde consta no Art. 20, parágrafo único "subordinam-se às Superintendências Estaduais os Escritórios Técnicos, Parques Históricos e outras unidades de gestão, segundo a natureza do bem sob sua tutela e das exigências operacionais para a preservação do local, em sua área de atuação."

Esse Decreto cria, e não, a possibilidade de parques históricos constarem institucionalmente na estrutura da Autarquia. E pelo anexo II, no quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções gratificadas, aparecem duas unidades de parques históricos nacionais, sendo somente três anos mais tarde, pela Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012, no Art. 114, estabelecidas as competências do Parque Histórico Nacional das Missões. Ao qual cabe:

> I - preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo;
> II - gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missioneiros; e
> III - executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul.

Essas competências, em um primeiro momento, não parecem alterar a forma de atuação do Iphan na Região das Missões, pois reforçam seu papel junto ao patrimônio Jesuítico-Guarani, reafirmando o compromisso de preservação dos remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo.

No entanto, o seu inciso II, a Portaria supracitada faz menção à gestão dos sítios históricos e arqueológicos missioneiros. Isso significa uma responsabilização da gestão da Autarquia para todos os bens portadores dessa classificação/natureza, o que representa manter-se no universo do recorte reducional, mas ir além dos bens tombados – São João Batista, São Lourenço, São Nicolau e São Miguel. Os demais componentes dos Sete Povos das Missões, a saber, São Luiz Gonzaga, São Francisco de Borja e Santo Ângelo, são sítios históricos e arqueológicos missioneiros. Da mesma forma podem ser considerados a Fazenda da Lage, local de extração da matéria-prima para a construção de São Miguel, os fornos de preparo de cerâmica e ferro de São João Batista, a Fonte Missioneira e demais fontes de São Miguel, todos eles vestígios materiais que se enquadram no universo cultural recortado e, portanto, no rol de competências do PHNM. A Portaria 92/2012, que estabelece as competências do PHNM, não define área, regimento interno, estatuto, formas de atuação de preservação, não garante estrutura física, e pessoal. A criação do Parque limita-se à publicação da portaria. Nossa hipótese é de que se tratou apenas de uma alteração de nome: o que antes era Escritório Técnico Missões passa a ser Parque Histórico Nacional das Missões, sem transformar os modos de atuação e as concepções de patrimônio.[61]

[61] Significado de Parque segundo o dicionário é: lugar arborizado ou ajardinado de relativo tamanho, para passeio ou recreação. (Fonte: https://www.dicio.com.br/parque/).
Segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC – Parque Nacional "tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a

A necessidade de definições para a efetivação dessa proposta resultou em uma série de ações de cooperação técnica entre o governo brasileiro, por meio do Iphan e a Unesco, visando à elaboração de projetos que discutissem e colaborassem com a melhor forma de gestão dos bens sob guarda do Iphan nas missões.

Em abril de 2013, segundo Stello (2013), foi elaborado o projeto *Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis*, uma cooperação, com vistas a:

> [...] promover o conhecimento e facilitar o desenvolvimento dos instrumentos de gestão que auxiliem no processo de instalação do Parque Histórico Nacional das Missões, buscando principalmente preconizar seu valor como Patrimônio Nacional e da Humanidade, a diversidade sociocultural e ambiental do seu território e o seu potencial como indutor do desenvolvimento regional. (STELLO, 2013, P.108 APUD IPHAN).

Importante salientar que este projeto não faz referência direta e/ou como continuidade do projeto de 2006 – *Guia da paisagem cultural para a gestão do desenvolvimento sustentável do território das missões jesuítico-guani no Brasil*, e ambos não discutem a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio, apenas apresentam uma perspectiva conceitual de paisagem cultural, conforme a categoria formulada na UNESCO em 1992, que se refere à proteção de "lugares excepcionais, representativos da estreita relação estabelecida entre o humano e o ambiente"[62]

Conceito que é revisto pela Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009, produzida pelo IPHAN que "estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira". Este instrumento jurídico apresenta em seu Artigo 1º a definição de Paisagem Cultural Brasileira:

> Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Esta norma legal quando utilizada confere ao território chancelado, uma espécie de "selo de qualidade", um título de excepcionalidade, juntamente com a obrigatoriedade de

---

realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". (Lei 9985, de 18 de julho de 2000 art. 11).

Na área do urbanismo, Segundo Serpa (2007): parques são constituídos de fragmentos de natureza e espaços de lazer são referências para o descanso e entretenimento dos citadinos. "[...] o parque deve cumprir todas as expectativas: [..] dar novamente coerência ao tecido urbano, transformar a imagem dos bairros do entorno, embelezar a cidade, oferecer lugares de entretenimento e diversão à população etc. Todos os interesses – sociais, urbanísticos, estéticos – se superpõem." (SERPA, 2007, p. 73).

[62] Cultural landscapes are cultural properties and represent the "combined works of nature and of man" (...). They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal (UNESCO, 2008).

desenvolvimento de um pacto de gestão, que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, com a possibilidade de ser acompanhado de um Plano de Gestão para a Paisagem Cultural em questão. A portaria ainda prevê que qualquer pessoa física ou jurídica possa solicitar "a instauração de processo administrativo visando a chancela da Paisagem Cultural Brasileira" (Artigo 6º).

É importante perceber que, mesmo após a criação deste instrumento jurídico, os discursos proferidos pelos agentes Iphan referentes à valorização da paisagem cultural missioneira não mencionam a utilização da chancela como ferramenta de proteção e instituição desta paisagem.

A título de exemplo do que vimos discutindo, no dia 13 de agosto de 2014 foi publicada no *website* do Iphan (Figura 82) a notícia de novos investimentos em pesquisas, estudos, análises e o desenvolvimento de instrumentos que valorizem a paisagem missioneira e a instalação efetiva do Parque.

Figura 82: Notícia de investimentos para a valorização da paisagem missioneira e instalação do PHNM



Nos próximos três anos, o Parque Histórico Nacional das Missões, no Rio Grande do Sul, receberá investimentos de R$ 3,7 milhões. Os recursos, provenientes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por meio do projeto de cooperação internacional sobre **Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis**, serão destinados a novas pesquisas, estudos, análises e o desenvolvimento de instrumentos que visam a valorizar a paisagem missioneira, bem como a instalação efetiva do Parque.

Fonte: website do Iphan.

No mesmo sítio eletrônico, quatro anos após o início do projeto, no dia 09 de janeiro de 2017, foi publicada seguinte notícia: "Um extenso levantamento irá diagnosticar o patrimônio cultural missioneiro, a fim de fundamentar a gestão do Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM), no Rio Grande do Sul".

Segundo Marcelo Brito, diretor da Área de Relações Internacionais (Arin) do Iphan, esta ação integra o Projeto de Valorização da Paisagem Cultural e do PHNM e "propõe uma nova leitura da região":

> [..] a ação pretende possibilitar uma ação desconcentrada do território das Missões, a partir da compreensão das diversas narrativas ali presentes e integrando passado, presente e futuro da cultura e identidade missioneiras, entendidas como elemento motor para o desenvolvimento e a cidadania. (IPHAN, 2018).

É nesta tessitura de valorização da paisagem cultural missioneira e de compreensão das diversas narrativas que formam a cultura missioneira que o PHNM vem sendo apresentado pelo Iphan.

No entanto não há chancela da paisagem missioneira, somente se encontram narrativas no sitio eletrônico do Iphan, que fazem menção aos conceitos propostos por este instrumento protetivo, que teoricamente constituiu-se em um instrumento com maior alcance no processo de preservação dos bens culturais, haja vista que transcende as categorias tradicionalmente conhecidas e polarizadas de elementos materiais e imateriais, natural e cultural. (COSTA; GASTAL, 2010).

Entretanto, no momento em que se fala de paisagem cultural das Missões, há que se ponderar não somente o tamanho do território, composto por 26 municípios, mas a diversidade de narrativas, interesses e manifestações culturais existentes. Se a proposta é identificar e reconhecer os vários elementos constituidores da cultura e identidade missioneira, e o instrumento para efetivação disto seria a Chancela da Paisagem, é necessário que se pergunte: "[...] como certificar a paisagem, uma vez que essa está diretamente submetida à representação pessoal de seus observadores e participantes" (COSTA; GASTAL, 2010, p. 19).

O caráter subjetivo da paisagem é claro e, para que a paisagem aconteça, ela precisa de um observador que a reconheça como paisagem, que lhe atribua valor e significado. A paisagem assim como os demais bens culturais não tem um valor inerente, mas ganham atribuições de valor e significados ao longo do seu processo de existência, variando de acordo com o tempo e interesses dos agentes e grupos envolvidos. (COSTA; GASTAL, 2010).

De 2013 a 2017 se tem várias falas acerca da paisagem missioneira no contexto do PHNM, no entanto, não se fala da chancela e tão pouco se discute esta categoria aplicada no universo das representações culturais das Missões.

Verifica-se um planejamento institucional que não considera os desdobramentos deste projeto, bem como sua possibilidade de realização. Têm-se mais discursos, eventos e

divulgações midiáticas sobre o PHNM do que propriamente a efetivação deste. Há o lançamento do projeto em São Miguel das Missões-RS, onde o Iphan, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Unesco e do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico realizou reuniões para o estabelecimento de uma programação de execução, assim como para definição das instâncias de governança no âmbito da coordenação nacional do projeto. Estabeleceram um comitê gestor para a coordenação e supervisão geral,

> [...] sob a Coordenação Nacional da Presidência do IPHAN, ou por ela designado, com a seguinte composição: Chefe do PNHM; Superintendente do Iphan no RS; Diretor do DEPAM; Diretor do DPI; Diretor do DAF; Assessor de Relações Internacionais; Coordenadora de Cultura da UNESCO; Gerente da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral da ABC. (IPHAN, 2014).

Estabeleceram também uma comissão executiva "[...] para sua coordenação, monitoramento e avaliação das ações a serem empreendidas, composta por: chefe do PHNM; representantes das prefeituras dos municípios envolvidos; representantes do estado do Rio Grande do Sul" (IPHAN, 2014), e um grupo assessor para o desenvolvimento dos trabalhos e assistência técnica especializada "[...] em áreas/temas de interesse para a implementação do PHNM, composto por: representante do escritório da UNESCO no Brasil; Representante do Laboratório da Paisagem do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH)". (IPHAN, 2014). O foco do projeto era destacar o valor do Parque como patrimônio nacional e da humanidade promovendo a diversidade sociocultural e ambiental, assim como "[...] o seu potencial como ferramenta indutora do desenvolvimento regional." (IPHAN, 2014).

Dentro desse mesmo projeto, sucederam-se outros eventos, nos anos seguintes, com parcerias de instituições internacionais, envolvidas na gestão de paisagens, parques históricos e culturais. No entanto, até o presente, há concretamente somente o nome, conforme já apontado, o que antes era Escritório Técnico Missões, agora é chamado Parque Histórico Nacional das Missões.

A criação do PHNM gerou um grande movimento midiático e enorme expectativa, principalmente no que tange à transformação da forma de pensar o patrimônio missioneiro. O discurso de criação do PHNM[63] divulga

> [...] o intuito de promover a gestão territorial de forma integrada entre patrimônio cultural e ambiental, reposicionando os bens patrimoniais como ativos socioculturais e econômicos, envolvendo os distintos atores locais e compartilhando responsabilidades, o Iphan propôs em 2009 a criação do Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM). [...] Neste sentido, o projeto de consolidação do PHNM se

[63] Existem registros do parque desde Claudinho, 2003, parque constelação, após tem-se a tentativa, em 2006, na preparação para a comemoração dos 70 anos do Iphan, focado nos quatro sítios, e tem-se, em 2009, o decreto, e em 2012, a portaria, e o lançamento do projeto do parque em 2014. Fonte: Arquivo do PHNM (2017).

> propõe como piloto ao Iphan, de modo a permitir e orientar uma política nacional nessa matéria. (IPHAN, 2017b)

O Parque ingressa na estrutura regimental do Iphan em 2009, como visto, pelo Decreto 6844, mas isso não significa a sua existência física: o Decreto aprova sua criação enquanto cargos e salários[64], mas não estabelece referências básicas como objetivo geral, plano de gestão, normas de funcionamento, limites do parque, criando expectativas nas comunidades locais e nos cidadãos interessados pela temática do patrimônio cultural.

Esse discurso propagandeado pela instituição gera dúvidas simples e complexas, como quanto ao próprio nome do parque, que por vezes é chamado de Parque Histórico Nacional das Missões, e noutras é chamado de Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis. Quais agentes serão representados pelo parque? Novamente somente o período reducional será considerado? Os outros agentes partícipes da construção histórica do bem patrimonializado, os quais, segundo Leonardi (1996), são tradicionalmente apagados e relegados ao esquecimento na história do Brasil, serão representados.

Para Leonardi (1996, p. 316), "[...] passar pela história do Brasil, entre árvores e esquecimentos parece ser a sina do sertanejo e do índio". Leonardi (1996) e Portela (2009) inferem que durante demasiado tempo, muitos historiadores evitaram abordar a temática indígena ou tratavam do tema de maneira superficial, por muitos anos essas comunidades tradicionais foram consideradas como empecilhos ao progresso, sendo "retirados" da história ainda no período colonial.

Portela (2009, p. 155) ainda infere que desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX,

> [...] até meados do século XX predominou no Brasil uma perspectiva tradicional que considerava as sociedades indígenas como inferiores e destituídas de história, e que [...] a interpretação marxista a partir da década de 1960 (na qual o 'apagamento' da história indígena foi tão grande quanto), constata-se, não sem admiração, a ausência historiográfica do indígena em praticamente toda a história do Brasil.

Nesse sentido, verificou-se que durante muito tempo o Patrimônio Nacional promovia a ideia de que os Guaranis nas Missões estavam presos a um passado como se fosse algo remoto e superado. Não se considerava que esse passado é presente, como comprovado pelo registro da Tava, que representa entre outros a perspectiva e destes agentes no processo histórico da região das Missões, e foge do que tradicionalmente é feito, pois conforme Paz (1995, p. 35)

[64] Criado um único cargo o de Chefe do Parque Histórico Nacional das Missões, que fora assumido por Adriana Almeida da Silva, que anteriormente era a chefe do escritório técnico Missões.

> [...] Vivemos entre o mito e a negação, deificando certos períodos e esquecemos outros. Estes esquecimentos são significativos; há uma censura histórica como há uma censura psíquica. Nossa história é um texto pleno de passagens escritas com tinta negra e outros escritos com tinta invisível.

Nas Missões, assim como no restante do país, permanece , segundo Marins (2016, p. 26), "[...] o desafio de incluir as referências patrimoniais dos 'diferentes grupos formadores da sociedade brasileira' reconhecidos pela Constituição de 1988.", mesmo com a Tava,

> Longe de estarmos numa situação em que o 'abuso monumental', a 'banalização do patrimônio' ou a 'inflação patrimonial' (Debray, 1999; Heinich, 2009) possam ser aqui cogitadas, os 1.195 bens tombados no Brasil e os 38 bens registrados apenas começaram a cumprir a missão de representar a complexidade do país. (MARINS, 2016, p. 26).

Majoritariamente nas Missões se encontram ações institucionais enaltecendo os elementos materiais (ruínas) idealizados pelos jesuítas que realizaram no Brasil os Sete Povos das Missões. Poucas são as ações encontradas nesta pesquisa que focaram na figura do guarani como agente significativo e atuante no processo histórico de formação região das Missões.

Em poucas ações institucionais é possível encontrar a percepção sobre o patrimônio cultural que leva em consideração os textos e contextos, diretos e indiretos das pessoas/comunidades de determinados tempos e lugares, que fazem o patrimônio (GONÇALVES, 2007). Continuamente se valoriza em demasia alguns "atores", fortalecendo as vozes dominantes. Conforme Benjamin (1985, p. 257),

> [...] os dominadores num certo momento histórico são [...] os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. [Geralmente] [...], o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de: bens culturais. Eles devem sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie.

Para Marins, "[...] a Constituição de 1988, ao evitar a ideia de uma identidade nacional única, abriu as portas do Estado para o reconhecimento da miríade de povos e práticas culturais que compõe o país." (MARINS, 2016, p.19). No entanto, a maior parte dos discursos sobre a existência de um Parque Histórico Nacional das Missões nas mídias eletrônicas da Autarquia, seus títulos principais e as imagens (elementos visuais), (Figura 83, Figura 84) valorizam elementos que remetem somente ao período reducional.

Figura 83: Título referenciado ao Parque Histórico Nacional das Missões-RS



Fonte: website do Iphan (2017).

Figura 84: Referência no corpo do texto a Parque Histórico das Missões Jesuíticas dos Guaranis

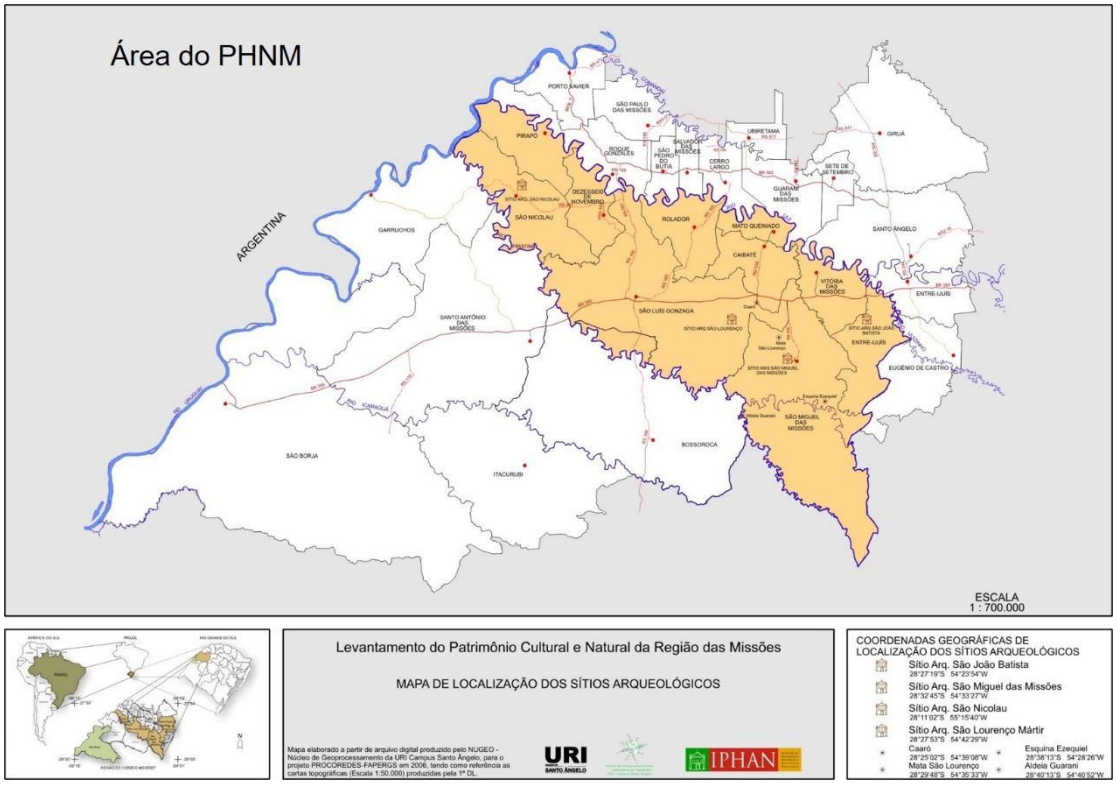


Fonte: website do Iphan (2017).

O Iphan há 80 anos prioriza o trabalho de preservação da materialidade dos elementos culturais das Missões, atuou basicamente na manutenção dos 4 sítios tombados. Para promover uma nova leitura da região a partir de seus bens, será preciso conceber uma nova forma de atribuição de valor ao patrimônio missioneiro, compreendendo e reconhecendo a diversidade de narrativas existentes nesta região que abrange praticamente ¼ do noroeste do estado do Rio Grande do Sul (

Figura 85), onde diferentes grupos – indígenas, afrodescendentes, imigrantes italianos, alemães, poloneses, castelhanos, dos gaúchos, dos jesuítas, dos portugueses etc. – reconhecem no espaço um lugar de identidade.

Figura 85: Mapa da região de abrangência do Parque Histórico Nacional das Missões



Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan – RS.

Em meio a essas falas contemporâneas de mudança, de promoção de uma nova leitura da região a partir do PHNM, encontramos alguns discursos que vinculam o patrimônio a *commodities* e ativos da indústria turística, como se esse fosse o papel natural da preservação do patrimônio nas Missões. A título de exemplo, podemos citar a seguinte notícia que encontramos no sítio eletrônico do Iphan: "o parque surge com o intuito de promover a gestão territorial de forma integrada entre patrimônio cultural e ambiental, reposicionando os bens

patrimoniais como ativos socioculturais e econômicos, envolvendo os distintos atores locais e compartilhando responsabilidades". (IPHAN, 2017b).

Neste contexto de informações distintas sobre o parque, verifica-se a presença de uma retórica afinada sobre o reconhecimento de outros valores, de outros patrimônios, de outros agentes, que tem no patrimônio cultural um elemento gerador de políticas públicas com maior alcance e plural. Denota-se pelos discursos proferidos no *website* da Autarquia, assim como nas mídias eletrônicas, somente uma ideia especulativa de parque, ainda sem claras definições, com tendências a gerar, na prática, o que Meneses (2012, p. 34) chamou de "prática esquizofrênica", ou "deslocamento de significados, reificação, fetichização," que busca o valor cultural exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presente nos bens, já que o foco das ações institucionais continua prioritariamente na materialidade das Ruínas de São Miguel e de elementos vinculados ao período "jesuítico".

Embora o Parque exista desde 2009[65], até o momento não existe uma delimitação precisa do seu território, dos bens sobre os quais deve atuar, e das concepções de patrimônio com as quais vai operar. O discurso do então Superintendente do Iphan do Rio Grande do Sul, no *Jornal do Almoço* – JA, da Rede Globo, na ocasião do lançamento do projeto de criação do Parque Histórico Nacional das Missões, em 19 de agosto de 2014, na cidade de São Miguel (Figura 86), apresentava as intenções da instituição: "Nossa ideia agora é fazer um levantamento de todas as estruturas existentes[66] dentro deste território, considerando que o território de atuação de missão era muito mais amplo do que estas quatro estruturas que vem sendo trabalhadas pelo Iphan." O entrevistador ainda reforça que o parque faria uma ligação dos quatro sítios tombados a outros locais que tenham acervo da herança jesuítica.

[65] O Parque Histórico Nacional das Missões foi criado em 2009, por meio do Decreto nº 6.844, reunindo os sítios arqueológicos missioneiros de São Miguel Arcanjo (localizado no município de São Miguel das Missões), de São Lourenço Mártir (em São Luiz Gonzaga), de São Nicolau (em São Nicolau), e o de São João Batista (em Entre-Ijuís). Fonte: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/766/

[66] Refere-se aos elementos materiais vinculados ao período jesuítico-guarani.

Figura 86: Discurso então Superintendente do Iphan do Rio Grande do Sul



Fonte: website G1.globo.com (2014).

Esse tipo de discurso noticiado evidencia a presença hegemônica do discurso autorizado do patrimônio, que naturaliza a identificação do patrimônio missioneiro exclusivamente com as estruturas jesuíticas[67] do século XVI – sem os guaranis e demais agentes –, bem como a busca de outros exemplares materiais com essas mesmas características, que seriam, nesse entendimento, a essência do patrimônio missioneiro.

Como já demonstrado, esse discurso fomenta o entendimento de que o patrimônio missioneiro no Rio Grande do Sul é somente o que existe materialmente do período jesuítico do século XVI. Isso parece ser um exemplo claro daquilo que Boaventura de Souza Santos (2007, p. 71) chama de pensamento abissal, o qual:

> Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente.

Ignora-se a existência de outros patrimônios, ou significações e ressignificações para o mesmo bem; qualquer percepção alternativa referente a critérios de valoração, que não se encaixe nos critérios de verdade estabelecidos são incomensuráveis, incompreensíveis e desaparecem como realidade.

[67] Vestígios materiais dos tempos das missões jesuítico-guaranis, semelhante aos quatro sítios tombados.

Nessa tessitura, dimensões como a violência sofrida por esses povos ao longo dos séculos (e não somente no período reducional) não figuram nos patrimônios missioneiros, "o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade" (SANTOS, 2007, p. 75) não aparecem nos discursos patrimoniais das Missões. Da mesma forma que não aparece a "proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, a adoção forçada de nomes cristãos, a conversão e a destruição de símbolos e lugares de culto e a prática de todo tipo de discriminação cultural e racial." (SANTOS, 2007, p. 75).

O *Parque Histórico Nacional das Missões* que surge discursivamente com a proposta de "[...] compreensão das diversas narrativas ali presentes e integrando passado, presente e futuro da cultura e identidade missioneiras, entendidas como elemento motor para o desenvolvimento e a cidadania". (IPHAN, 2017b), não coaduna com as práticas contemporâneas de gestão nas Missões.

Contraditoriamente, esse discurso parece conduzir o patrimônio da região também ao processo usualmente conhecido como "disneyficação", onde se prioriza uma "realidade hiperbolizada e simulada" (BAUDRILLARD, 1991; ECO, 1987) da região missioneira (Figura 87). Essa impressão é fomentada principalmente pelos aparatos de divulgação dos meios de comunicação, onde o termo "[...] patrimônio histórico tornou-se uma das palavras chaves destas tribos midiáticas". (CHOAY, 2001, p. 11).

Figura 87: Notícia sobre o Parque Histórico Nacional das Missões

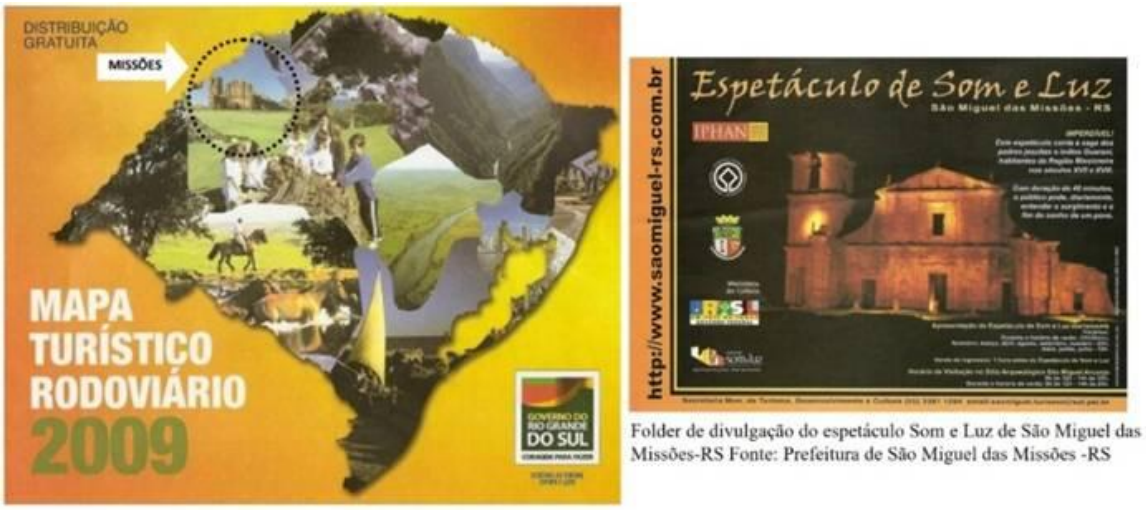


Fonte: Jornal Zero Hora. (2017, p. 9).

Folders de divulgação turística das Missões e o mapa turístico rodoviário do Rio Grande do Sul (Figura 88 e Figura 89) também podem servir de exemplo dessa narrativa hegemônica que simboliza a Região das Missões por meio do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, cujo texto faz a seguinte referência:

> Percorrendo os quatro sítios arqueológicos, é possível sentir o que foi a grandiosidade das experiências ali vividas. São registros da **saga dos jesuítas para converter a população de índios Guarani à fé cristã** e implementar um modelo de convivência coletiva. No Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, um dos antigos Sete Povos Jesuítico-Guarani do Rio Grande do Sul, declarado como Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade pela UNESCO, é apresentado todas as noites o Espetáculo de Som e Luz, que narra a **saga jesuítica**. A natureza também foi generosa com o povo missioneiro: o Rio Uruguai, que delimita as fronteiras do Estado ao norte e oeste, avança para a Argentina, oferecendo belas paisagens, balneários, lazer e atividades náuticas ao longo de seu curso. (SETUR, 2009 apud PINTO, 2011, p. 81).[grifo nosso].

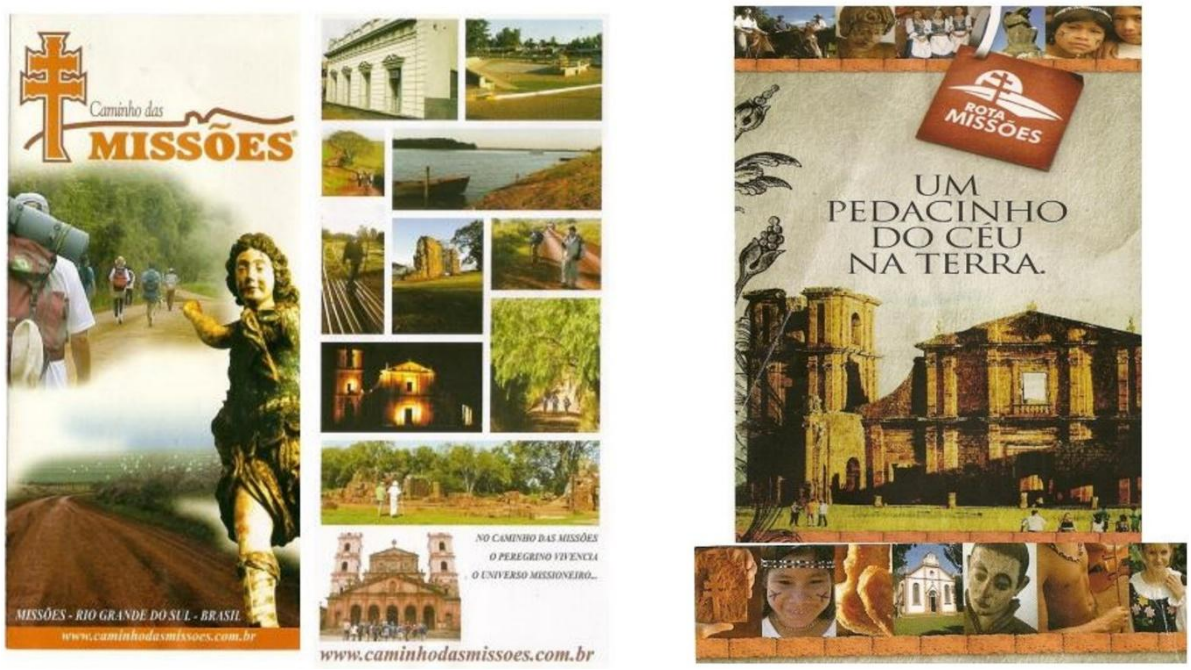
Figura 88: Folders de divulgação turística da região das Missões



Folder de divulgação do espetáculo Som e Luz de São Miguel das Missões-RS Fonte: Prefeitura de São Miguel das Missões -RS

Fonte: Pinto (2011).

Figura 89 - Folders de divulgação turística da região das Missões



Fonte: Pinto (2011).

Não há intenção aqui de condenar a divulgação ou o uso turístico dos bens patrimonializados. No entanto, devem ser considerados os desdobramentos da propaganda de um parque que não aconteceu. Essas chamadas midiáticas, como a das figuras acima fomentam uma teatralização cultural, que exclui a comunidade local em favor das atividades turísticas. Por meio delas: "As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos." (MURTA, 2002 apud MENESES, 2004, p. 53).

Esses discursos colocam o PHNM como pano de fundo, uma moldura para dar maior sentido às ruínas tombadas e, com isso, mais uma vez, ofuscar a "ressonância" do patrimônio missioneiro. Utilizo o termo segundo a concepção do historiador Stephen Greenblatt (1991, p. 42):

> Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

O Parque noticiado é inconsistente, contraditório e parece reafirmar o compromisso histórico de valorização do excepcional e belo do período reducional missioneiro. Neste contexto apresentado, dificilmente serão valorados os grupos tradicionais, bem como os "elementos culturais que possam fornecer ao público a percepção das várias falas, das

contradições, das diferentes posições que se expressam nesse processo histórico, restabelecendo laços e conexões, rompendo o silêncio e o esquecimento histórico imposto" (CHUVA, 2012, p. 208).

De fato, durante o evento realizado pelo Iphan em Santo Ângelo, nos dias 05 a 09 de novembro de 2016, intitulado Seminário Internacional de Boas Práticas de Gestão de Paisagens, Parques Históricos e Culturais, ainda que tenha sido um seminário rico em apresentações de experiências de gestão de parques e paisagens no contexto anglo-saxão onde foram apresentados exemplos dos EUA, Reino Unido, Canadá e Austrália; contexto espanhol e português; contexto colombiano, mexicano, peruano, pouco se ouviu dos guaranis, não houve participação de representantes do Paraguai, Uruguai e Argentina.[68] Durante a apresentação sobre o quê, como e onde seria o PHNM, o Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) Andrey Rosenthal Schlee deteve-se, em apresentar o projeto do Complexo Cultural São Miguel das Missões produzido pelo escritório Brasil Arquitetura (Figura 90). E na programação ainda estava prevista a visitação para apresentação do contexto missioneiro, contudo, os roteiros de visitação dedicaram-se a mostrar somente as Ruínas de São Miguel, São João Batista e São Lourenço Mártir.

[68] A programação previa a realização de visitas aos sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo, além de palestras, conferências e estudos de casos. Entre os temas abordados estavam os modelos para a proteção e gestão da Paisagem Cultural na Europa e no âmbito anglo-saxão; a experiência espanhola; gestão integrada dos sítios e paisagens culturais em Portugal (Parque Arqueológico do Vale do Côa), no Reino Unido (English Heritage Trust) e nos Estados Unidos da América (National Park Service); além da Colômbia com a Paisagem Cultural Cafetero; México com a Paisagem agavera e as antigas instalações industriais de tequila; Peru com a Cidade Sagrada de Caral-Supe; e a gestão da Paisagem Cultural no Brasil e dos Parques Históricos Nacionais. Entre os palestrantes do seminário estavam representantes do Iphan, IAPH, Getty Conservation Institute, Fundação Côa Parque, English Heritage Trust, National Park Service, Ministério da Cultura da Colômbia, Instituto Nacional de Antropologia e História do México, Parque Natural e Entorno de Doñana, da Espanha, Ministério da Cultura do Perú, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e da Coordenação Nacional do Projeto de Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões (Projeto Iphan/ABC/UNESCO). Fonte: Iphan (2016).

Figura 90: Projeto do Complexo Cultural São Miguel das Missões



Fonte: website Arco Projeto Design.

Diante do exposto, percebe-se que institucionalmente as práticas de preservação nas Missões estão condicionadas pelo que Smith (2006, p. 4) chama de discurso autorizado do patrimônio, o qual fomenta a ideia de que o:

> A ideia de discurso não se refere simplesmente a o uso de palavras ou linguagem, mas sim a ideia do discurso usado neste trabalho refere-se a uma forma de prática social. Significados sociais, formas de conhecimento e perícia, relações de poder e ideologias que são incorporadas e reproduzidas via linguagem.
> Os discursos através dos quais enquadramos certos conceitos, questões ou os debates têm um efeito na medida em que constituem, constroem, mediam e regulam a compreensão e o debate. Discurso não apenas organiza o caminho conceitos como patrimônios são entendidos, mas a forma como agimos, o social e práticas técnicas que atuamos e como o conhecimento é construído e reproduzido.[69] [traduzido pelo autor]

As ações da Autarquia parecem reforçar a ideia de que o valor do patrimônio Missioneiro é "[...] algo que se encontra inato, na essência do bem, e que esta falará para as gerações presentes e futuras e assegurará o entendimento do seu lugar no mundo". Parece perdurar a crença de que somente um corpo técnico imbuído pelo dever profissional de

[69] Heritage is also a discourse. The idea of discourse does not simply refer to the use of words or language, but rather the idea of discourse used in this work refers to a form of social practice. Social meanings, forms of knowledge and expertise, power relations and ideologies are embedded and reproduced via language. The discourses through which we frame certain concepts, issues or debates have an affect in so far as they constitute, construct, mediate and regulate understanding and debate. Discourse not only organizes the way concepts like heritage are understood, but the way we act, the social and technical practices we act out, and the way knowledge is constructed and reproduced.(SMITH, 2006, p. 4)

administrar os bens protegerá o passado e será responsável por comunicar os valores patrimoniais desse passado para a nação. (SMITH, 2006 p. 43).

Essa forma de pensar e gerir os bens missioneiros, permeada pelo discurso autorizado do patrimônio é contrária à ideia de patrimônio como processo cultural, que possibilitaria um olhar crítico e facilitaria um exame das consequências de definir algo como "patrimônio", de fazer com que certas coisas sejam patrimônio. (SMITH, 2006).

A autora infere que pensar o patrimônio como processo cultural significaria ter a possibilidade de compreensão não somente do que foi recordado, mas também do que foi esquecido, e por que foi esquecido (SMITH, 2006). Aplicar essa percepção ao PHNM (Jesuíticas dos Guaranis) significaria uma estratégia para romper com o discurso autorizado do patrimônio, detentor do poder persuasivo de definição e legitimação dos critérios aceitáveis para elevação dos bens ao status de patrimônios culturais e nacionais (SMITH, 2006). Representaria uma mudança de paradigma das práticas institucionais de gestão e preservação dos bens patrimonializados e estaria próximo da "compreensão das diversas narrativas ali presentes" da "integração do passado, presente e futuro da cultura e identidade missioneiras", do entendimento desses elementos como "motor para o desenvolvimento e a cidadania" das comunidades envolvidas (IPHAN, 2017b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foram apresentadas ações de preservação institucionais realizadas pela autarquia federal responsável pela salvaguardada do patrimônio nacional, o Iphan, nos elementos culturais localizados na Região das Missões no estado do Rio Grande do Sul, durante os seus 80 anos de atuação.

O foco deste trabalho foi evidenciar as dissonâncias, as disparidades do discurso contemporâneo promovido em relação às práticas historicamente desenvolvidas de gestão do que historicamente foi entendido como patrimônio missioneiro. Apresentado a partir de três capítulos, sendo o primeiro dedicado a demonstrar alguns dos vários elementos culturais que formam esse território conhecido como Missões, subsidiando o entendimento da diversidade cultural existente neste espaço de atuação da autarquia federal.

O segundo capítulo descreveu as principais ações do Iphan nas Missões, durante as décadas de 1930 a 1980, onde majoritariamente as ações foram dedicadas a manutenção da materialidade dos elementos arquitetônicos dos 4 sítios tombados. E o terceiro capítulo deu continuidade a apresentação destas ações institucionais a partir dos anos de 1990 a 2017, onde se verificou o surgimento de algumas ações diferenciadas em relação ao que historicamente foi manifestado como práticas de preservação dos bens culturais nas Missões, pelos agentes representantes da instituição neste período. O capítulo dedica-se de forma peculiar ao projeto do PHNM, divulgado atualmente pela autarquia, como uma estrutura que promoveria uma significativa ampliação dos bens culturais missioneiros, inserindo-os no guarda-chuva da proteção institucional.

A leitura proposta pelos três capítulos que desenharam esta dissertação buscou apontar as inconsistências do discurso acerca do PHNM e das concepções de patrimônio e, em especial de patrimônio missioneiro que o fundamentara. Haja vista que durante 80 anos de atuação, os agentes a frente da instituição nas Missões, promoveram majoritariamente ações vinculadas à preservação de vestígios e memórias relativas a um único período, o reducional, bem como a valorização demasiada da materialidade de elementos identificados com essa narrativa. Desse modo, desconsidera-se a historicidade do vasto território em que está inserido, assim como as várias manifestações e representações culturais dos agentes formadores deste local.

A primeira inconsistência refere-se às dificuldades de delimitação da área de atuação, tendo em vista o tamanho da região chamada de missões, que representa um quarto do estado

do Rio Grande do Sul. A região é historicamente composta por vários agentes, com uma gama enorme de manifestações culturais, e muito embora a ideia de valorização por parte da autarquia dos vários elementos que compõem a região seja louvável, ela será praticamente impossível de acontecer nos moldes como está sendo apresentado.

A estrutura física e pessoal do Iphan nas Missões é limitada, centralizada em São Miguel e não é multidisciplinar. Os agentes que compõem o PHNM fazem um esforço hercúleo para manter os quatro sítios tombados, a equipe é formada por uma arquiteta chefe do parque, locada em São Miguel das Missões, dois apoios administrativos e dois responsáveis pela bilheteria, ambos locados em São Miguel, uma equipe de quatro pessoas responsáveis pela jardinagem dos quatro sítios tombados, dois funcionários da limpeza em São Miguel, 1 em São Lourenço e 1 em São João Batista, 1 motorista para todos os sítios, 1 funcionário da Tecnologia da Informação locado em São Miguel, 18 vigias em São Miguel, 2 em São João Batista, 2 em São Lourenço e 2 em São Nicolau. Considerando que o parque foi criado em 2009, passado mais de uma década, ainda não se verifica alterações no seu quadro de funcionários.

A segunda inconsistência verificada está no discurso que visa colocar a paisagem missioneira no espectro da gestão patrimonial,, para representar os vários povos e cenários da natureza que as comunidades locais produziram e conservaram durante o seu processo histórico. Significaria valorizar outros elementos além das ruínas dos quatro sítios tombados, entendendo que as coisas do cotidiano (as teias de significações como tratou Geertz, 1973), que são tecidas e estão amarradas aos povos que compõem as Missões) fazem parte da construção do que hoje é reconhecido como a região das Missões. Considerar a paisagem missioneira significa trazer presente os elementos culturais afro-brasileiros, indígenas, europeus e todo o tipo de tensão, fusão e confusão que configurou os que hoje se percebem como Missioneiros.

No entanto, conforme demonstrado no capítulo dois e em parte do terceiro, a atuação de preservação dos agentes à frente instituição federal nas Missões ainda é majoritariamente mergulhada no universo material de elementos arquitetônicos, com representação histórica e artística, bem como a valorização do velho e excepcional, vinculados invariavelmente ao período reducional jesuítico. Ainda predomina o entendimento de que o patrimônio possui um sentido de permanência, de preservação de um passado remoto e originário. Além disso, é permanentemente atualizada a referência ao mito fundador Lucio Costa, como pensamento chave para as ações de preservação nas Missões.

A terceira e mais importante inconsistência encontrada nos discursos acerca do PHNM relacionados com as práticas de preservação efetivada, é a não extensão de ações fora do universo hegemônico, como o registro da TAVA, uma das poucas ações que considerou o patrimônio como um apelo ao presente e ao futuro, como ressignificação, que foi além da reconstrução do passado. A TAVA é o exemplo de compreensão do patrimônio como portador de tempo e vivências (SIBONY, 1998), como "história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (POULOT, 1997, p.36), exemplo que parce não ter sido aplicado na criação normativa do PHNM.

O Parque como está posto, pelas notícias, pelas apresentações em eventos, pela norma e pelas falas vazias, desconsidera os elementos advindos no âmbito das relações sociais e simbólicas (GONÇALVES,2003), dos vários agentes que compõem a região de Missões. E reafirma um intenso trabalho dedicado em sua grande maioria, aos elementos materiais de um único período (reducional), reforçando o pensamento tradicional e hegemônico criado há 80 anos na instituição mantido a partir das práticas de preservação majoritariamente definidas pelos saberes técnicos dos que historicamente ditaram as regras de preservação (RUBINO, 1996), no contexto missioneiro.

Hoje, embora exista um discurso de parque constantemente noticiado no site institucional e outros canais de comunicação, que valorizam outros elementos culturais das Missões, percebe-se um trabalho extensivo de valorização da materialidade dos bens e de fomento a indústria turística. Instrumentalizado por discursos e mídias, esse trabalho está desconectado do momento histórico atual de vasta reflexão sobre o patrimônio cultural, e suas consequências, possivelmente, resultaram em um processo de fetichização deste patrimônio (Choay, 2011).

O parque passa a impressão de ser uma fantasia, uma ilusão, visto que de concreto só tem um nome. Assemelha-se a noção de "disneyficação" (Zukin, 1996, p. 218) do lugar, para a criação de um mero produto da "indústria cultural" (CHOAY, 2011, p. 35), que promove o esvaziamento de sentidos dos elementos culturais locais. O mercado passa a ser um planejador de cultura, produzindo um contexto, pautado na produção e venda de símbolos materializados, provocando o que Joel Candau (2005) chama de "febre patrimonial", ou "efervescência patrimonial", fomentada pela autarquia através do discurso de Parque Histórico Nacional das Missões.

O PHNM também parece responder a um novo paradigma de preservação do patrimônio como "atração"[70], sendo ele representação do que Françoise Choay (2011), chamou de "comercialização universal de produtos turísticos" e/ou "museificação empobrecedora das riquezas vivenciais". Trata-se de uma tendência desencadeada pela promoção de uma "normatização planetária dos lugares de vida e das atividades". Isso pode ser relacionado ao que Motta (2000, p.263) inferiu sobre a apropriação do patrimônio em detrimento do consumo visual global: "Ao invés de o poder público cumprir o seu dever de garantir ao cidadão o acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, ele colabora para construção de valores que interessam ao capital especulativo". Um dos exemplos disso parece ter sido o investimento no projeto arquitetônico para criação do Complexo Cultural das Missões apresentado no terceiro capítulo.

O PHNM continua sem claras definições, com ideias confusas e contraditórias. Legalmente, a Portaria 92/2012 criou o Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM) e, seu Art. 114, apresenta suas competências:

> I - preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo;
>
> II - gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missioneiros; e
>
> III - executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul. (BRASIL, 2012)

Na Portaria, não consta o que se apresenta no *website* do Iphan acerca da diversidade de elementos que integram a região missioneira "o processo histórico de sua ocupação, trazendo-os para um contexto atual, que valorize o patrimônio missioneiro – tanto por meio das ruínas, quanto dos complexos sistemas culturais existentes na região." (*website* do Iphan). Tampouco consta a ideia presente também na mídia, de que sua missão é "[...] promover o conhecimento e facilitar o desenvolvimento" a partir de ações que preconizem, "[...] a diversidade sociocultural e ambiental do seu território e o seu potencial como indutor do desenvolvimento regional." (*website* do Iphan)

Como vimos, o Parque criado pela Portaria 92/2012 não altera a forma de atuação desenvolvida pelo Iphan na Região das Missões. Na realidade, ele reforça a ideia de que a

[70] Conforme discussão proposta por: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. e MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **"O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**". In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

ação da instituição é no patrimônio jesuítico-guarani, reafirmando o compromisso de preservação dos remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo.

A referida portaria pelo seu inciso II faz menção à gestão dos sítios históricos e arqueológicos missioneiros. O que significaria estender as ações de preservação aos demais componentes dos Sete Povos das Missões, a saber, São Luiz Gonzaga, São Francisco de Borja e Santo Ângelo, haja vista que ambos são considerados sítios históricos e arqueológicos missioneiros, eles não são elementos tombados, registrados ou chancelados pela Instituição.

Da mesma forma, na Fazenda da Lage, local de extração da matéria-prima para a construção de São Miguel, os fornos de preparo de cerâmica e ferro de São João Batista, a Fonte Missioneira e demais fontes de São Miguel podem ser considerados elementos que se encaixam facilmente neste rol de competências do PHNM. Em todo o processo discursivo do PHNM, bem como nas ações efetivadas institucionalmente nas Missões, não encontramos elementos que ampliem a representação destes bens para além da história tradicional.

No próprio sítio de São Miguel das Missões, não se encontra referências ao registro da Tava. O Museu das Missões mantém ainda a função educativa proposta por Lucio Costa[71], não faz referência em sua exposição à chamada "guerra guaranítica", na qual cerca de 1500 indígenas foram dizimados, e que estes representavam resistência às mudanças impostas pelo Tratado de Madri. (CHUVA, 2014).

Durante esses 80 anos de preservação, os quatro sítios missioneiros comunicaram, demasiadamente a história jesuítica colonial, e pouco instigou novos olhares e valorizou outros agentes. Os próprios limites dos sítios são raramente dimensionados, normalmente entende-se que o local de ocupação fora somente o espaço delimitado pela poligonal de proteção determinada pela cerca posta pela instituição. São Miguel chegou a ter aproximadamente 6000 Guaranis, praticamente a população de todo o município em 2010 (7.421 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE). É possível que toda a área da cidade de São Miguel de hoje tenha sido ocupada no período reducional.

Lembrar que os sítios representam mais do que belas ruínas, que são locais onde se constituíram novas formas de vivências e organização autorizada pelos Guaranis, onde após esse processo conhecido como reducional, o espaço continuou a ser modificado, e habitado majoritariamente por afrodescendentes e indígenas, dos quais os próprios gaúchos

[71] Vide página 72 – 73 deste trabalho.

contemporâneos são resultado: são questões/olhares raramente postos em evidências pela ação de proteção e gestão do patrimônio tombado.

A partir desta pesquisa pode-se perceber, de um modo geral, a persistência do discurso autorizado do patrimônio nas práticas de preservação, onde o bem é tratado de maneira isolada e dentro de categorias fixas escolhidas por seus técnicos a partir de critérios próprios. É fato que os bens elegidos nas Missões estão bem preservados, no entanto, não se verifica um trabalho efetivo que proporcione uma relação de integração de todo esse processo cultural ocorrido na região das missões.

São ações de gestão pautadas neste discurso autorizado do patrimônio que ainda mantêm como ícones representativos das Missões somente o patrimônio consagrado, composto pelos bens de origem reducional, selecionados pela fala técnica autorizada desde a década de 1930 a 1970. Vimos, então, que o conjunto de elementos culturais que forma a região conhecida como Missões fica assim desconsiderado, e/ou posto como coadjuvante do processo. Institucionalmente, nota-se a preferência por fazer mais do mesmo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de et al. *Atlas histórico escolar*. 8 ed. Rio de janeiro: MEC, 1991.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*: coletâneas de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: SPHAN: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

BARROS FILHO, Clóvis de; KARNAL, Leandro. *Felicidade ou morte*. Campinas, SP: Papirus; 7 Mares, 2016. (Coleção Papirus Debate)

BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS*: imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

BAUER, Letícia. *O arquiteto e o zelador*: patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950). 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaios sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSSOROCA (RS). *Cemitério dos cativos*. 2018b. Disponível em: < https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/conteudos/2346-cemiterio-dos-cativos>

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985

BOSSOROCA (RS). História. 2018a. Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/conteudos/2160-historia>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Ed: Saraiva, 1988.

BRASIL. *Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais*. Rio de Janeiro: MEC DPHAN 1967.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria n. 92, de 5 de julho de 2012*. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_92_de_5_de_julho_de_2012_Regimento_Interno.pdf>

_____. *Lei n0 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 11.jul.2018.

BROCHADO, José J. J. P. *Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul.* Iheringia, nº 1. Porto Alegre: Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais, 1969.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1989. p. 473-505. (T. II. O Brasil monárquico: dispersão e unidade).

CHAUÍ, Marielena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perceu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul/dez. 2003.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro et al. (Org.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 195-208.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, 2012.

CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35, 2017.

COM BELAS homenagens, São Luiz Gonzaga celebrou o aniversário de Jayme Caetano Braun. A Notícia, 01 fev. 2018. Disponível em: <http://www.anoticia.com/noticias/geral/id/15979/com-belas-homenagens-sao-luiz-gonzaga-celebrou-o-a.html>

COSTA, Luciana de C. N.; GASTAL, Susana de A. Paisagem cultural: possibilidades e limites conceituais. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2010, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010. p. 1-24.

COSTA, Lucio. *Relatório sobre os Sete Povos das Missões/RS*. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, 1937.

CRUZ, Beatriz A. M. Pereira da. Santo Ângelo: um município em construção - das Missões até 1930. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1986.

CTG Lanceiros de SEPE – S João das Missões. *Liberdade – O Jornal*, São Miguel das Missões, 19 set. 2015. Disponível em: < https://www.liberdadeojornal.com.br/ctg-lanceiros-de-sepe-s-joao-das-missoes/>. Acesso em: 10 set. 2017.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. *Arquitextos*, jan. 2017. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. A Redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3840>. Acesso em: 07 maio 2017.

ENNE, Ana Lúcia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Revista Eletrônica Ciberlegenda*, Niterói, n. 14, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/enne1.html>. Acesso em: set. 2013.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridonais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FERREIRA, Clarissa Figueiró. *Campeirismo musical e os festivais de música nativista do sul do Brasil*: a (pós)modernidade (re)construindo o "gaúcho de verdade". 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, 2006.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O *patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MinC/IPHAN, 2005.

FONTELLA, L. G. *Sobre as Ruínas dos Sete Povos*: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande do Sul de São Pedro, c. 1828 – c. 1860). 2013. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (RS). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* – Censo do RS 1803 – 1850. Porto Alegre, 1981.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus Pueblos de Guaranies*. Buenos Aires: Balmes, 1969.

GAY, João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOLIN, Tau. Início da revolta. In: GOLIN, Tau. A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. p. 61-86.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural*: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GREENBLATT, Stephen. Ressonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (Ed.). *Exhibiting cultures*: the poetics and politics of museums display. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

GRITTI, Isabel R. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul. A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GUTIERREZ, Ramón. *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória; Unesco, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: CP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). APHNM - ARQUIVO DO PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES. [Documentos arquivados]. São Miguel das Missões, 1920-2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cooperação internacional valoriza paisagem do parque histórico das Missões*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/231>. Acesso em: 14 abr. 2017.

IPHAN. Edital de Chamamento Público n. 03/2013. Inventário Nacional de Referências Culturais do povo Guarani Mbyá. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/EDITAL%20-%20INCR%20Guarani%20Mby%C3%A1.pdf

IPHAN. Educação Patrimonial. 2018. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Estudo é iniciado visando a gestão do Parque Histórico Nacional das Missões*. Brasília, 2017b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3948>

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos - Brasil e Argentina*. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1127/>

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Missões Jesuítas Guaranis, Moxos e Chiquitos são declaradas bens culturais do MERCOSUL*. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2283>

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Parque Histórico Nacional das Missões – RS*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/766/>

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Patrimônio imaterial*. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 13 fev. 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio. 2009. p. 17.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Presidente do Iphan visita Porto Alegre e São Miguel das Missões no RS*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1704>. Acesso em: 14 abr. 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Seminário Internacional discute Boas Práticas em Gestão de Paisagens, Parques Históricos e Culturais*. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3886/seminario-internacional-discute-boas-praticas-em-gestao-de-paisagens-parques-historicos-e-culturais>

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Tava*, lugar de referência para o povo guarani. Dossiê de registro. 2017a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani(1).pdf >. Acesso em: 13 fev. 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil) e URI - UNIVERSIDADE INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. *Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da Região Missioneira*. Santo Ângelo, 2006. In: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/?module=section&action=read&id=apresentacao>. Acesso em: mar. 2016.

KERN, Arno A. Escavações arqueológicas na Missão Jesuítico-Guarani de São Lourenço (RS, Brasil). *Estudos Ibero-Americanos Revista do Departamento de História Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v. XV, n. 1, p. 1-298, jun. 1989.

KOLECZA, Carlos A. O passado jogado no lixo. Boa vontade há de sobra, mas pouco adianta. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 nov. 1975.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia*: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP/Secretaria da Cultura, 1998.

KÜHN, Fabio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LA SALVIA, Fernando. A Arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 5., 1983. Santa Rosa. *Anais*... Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1983. p. 211-220.

LANÇADO o projeto de criação do Parque Histórico e Nacional das Missões. *G1 - Jornal do Almoço*, 19 ago. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/lancado-o-projeto-de-criacao-do-parque-historico-e-nacional-das-missoes/3574061/>

LE GOFF, Jacques. Documento /Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012a. p. 509-524.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012b. p. 405-461.

LEAL, Fernando Machado. São Miguel das Missões - estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 70-96, 1984.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos*: história social nos sertões do Brasil. Brasília, DF: Paralelo 15, 1996.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

MAEDER, Ernesto J. A. *Cartas anuas de la provincia jesuítica del Paraguay*: 1632 a 1634. Buenos Aires: Academia Nacional de la História, 1990.

MAESTRI FILHO, Mario José. *O escravo no Rio Grande do Sul*: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAESTRI FILHO, Mario. Os sete povos missioneiros. In: MAESTRI FILHO, Mario José. *Breve história do Rio Grande do Sul*: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 62-77.

MARINS, Paulo César Garcez. *Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980*. Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2016, vol.29, n.57, pp.9-28. ISSN 0103-2186. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100002.

MELIÁ, B.; NAGLE, L. M. *Guaraníes y jesuitas en el tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*, Santo Ângelo, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões / Asunción, Cepag, 1995.

_____. *El Guaraní: Experiencia Religiosa*, Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol XIII, CEADUC/CEPAG, 1991.
MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.

MARTINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122>. Acesso em: jul. 2016.

MAYERHOFER, Lucas. A Igreja de São Miguel das Missões. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 6, p. 7-32, jul. 1969. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/56519/59575>. Acesso em: 20 dec. 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2009. Ouro Preto. *Anais*... Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (v. 2, t. 1).

MISSÕES muito além das ruínas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 jan. 2017. Segundo Caderno.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual Del Paraguay*. Asunción: Editorial El Lector, 1996.

MORAES, Carolos Eduardo Neves. *A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil*. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Orientação: Dra. Cornelia Eckert.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. A. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 256-286.

PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil*. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.

PORTELA, Cristiane de Assis. *Por uma História mais antropológica: Indígenas na Contemporaneidade*. Revista da UFG, Sociedade e Cultura, Goiânia V. 12, N.1 p 151 – 160 JAN/JUN 2009.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. 2v.

NEVES, Lucia Maria Wandreley. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

NORA, Pierre. Conclusions des Entretiens In: NORA, Pierre (sous la direction de). *Science et conscience du patrimoine*. Paris: Fayard, 1997.

ORMINDO, Paulo. *Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Homenagem_a_Renato_Soeiro.pdf>

ORTAÇA, Pedro. Herança missioneira. In: ORTAÇA, Pedro. *Galo Missioneiro*. [Caxias do Sul]: ACIT, 2009. 1 CD. Faixa 5.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores escravos na pecuária sulista. Séc XVIII. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PARKER, Geoffrey. *Felipi II*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

PEIROGI. In: WIKIPEDIA. Disponível em: < https://en.wikipedia.org/wiki/Pierogi>. Acesso em 10 out. 2017.

GONZALVEZ, José Reginaldo. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 21-29.

PATRIMÔNIO Histórico do Rio Grande do Sul na Rota do Turismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 jul. 1968.

PAZ, Octavio. *Sor Juana Inez de La Cruz o las trampas de La fe*. México: Edición del autor; Circulo de Lectores; Fondo de Cultura Económica, 1995.

PEREIRA. Walmir. Patrimônio cultural e memória social das Missões Jesuíticas Guarani – Ruínas de São Miguel: ação patrimonial e identidade ameríndia na Região Platina da América do Sul. *SURES* - Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, n. 2, p. 40-58, 2013.

PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil*.2011, 154fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2011.

POLANCZYK, Antonio José. *O imigrante polonês e a colônia Guarany*. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2010.

POLANCZYK, Claudia Maria. *A etnia polonesa e suas contribuições para Guarani das Missões e a Polfest*: festa tradicional polonesa. 2006. 121 f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2006.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. 2 v.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

QUEVEDO, Júlio. *A Guerra Guaranítica*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

QUINTEROS, M. M., *Arte Guaraní-Mbyá*, In: MELIÀ, B. (ed.), Historia Inacabada futuro incierto. VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas, Encarnación, 28 al 30 de septiembre de 2000. Asunción, Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2002

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. 21. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 185-202. (Ensaios de teoria e metodologia)

RAMOS, Antônio Dari. *A formação histórica dos municípios da Região das Missões do Brasil*. Santo Ângelo, 2006. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf>

RAMOS, Antônio Dari. História e esquecimento: análise da formação histórica da Região das Missões do Rio Grande do Sul. In: TEDESCHI, Lozandro; RAMOS, Antônio (Org.). *Temas sobre gênero e identidade*. Dourado: Ed. UFGD, 2010. p. 51-78.

REVERBEL, Carlos. *O gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas. [Documentos arquivados] Porto Alegre. 1925-1927.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo. *Apresentação do Planejamento Estratégico do Turismo (2007-2010)*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: < http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1227193651SETUR_RS_Planejamento_Estrategico.ppt>. Acesso em: 03 set. 2010.

RS NEGRO. Revista do Projeto RS NEGRO: EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE. EdipucRS, 2010. Porto Alegre – RS. Disponível em: < http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/revista.pdf> . Acesso em 05 jan.2019.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <http://www.academia.edu/27682079/O_mapa_do_Brasil_passado>. Acesso em: out. 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 2002.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração*: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. 503 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade documento*: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 272 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. Mimeo.

SCLIAR, Carlos Rafael. *Rio Grande do Sul Histórico*. Porto Alegre: Ed. Painel Editora, 1995. (Série Raizes Gaúchas; v. 1)

SCHMITZ, Pedro I., *Pré-História do Rio Grande do Sul* – Arqueologia do Rio Grande do Sul – Brasil, Documentos 5, São Leopoldo, UNISINOS, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991

SEPP, Pe. Antônio. *Viagem às missões jesuítas e trabalhos apostólicos*. Tradução A. Raymundo Schneider. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

SERPA. Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SIBONY, Daniel. Le patrimoine. Un lieu d´être autrement In: LE GOFF, Jacques (sous la présidence de). *Patrimoine et passions identitaires*. Paris: Fayard, 1998.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia de Seguros Gerais, 1979.

SMITH, Laurajane. *Usos do patrimônio*. Nova York: Routledge, 2006.

SPIES, Rosmeri Inês. *História do povoamento de Cerro Largo*, RS. Monografia (Graduação em História), Departamento de Ciências Humanas, URI. Santo Ângelo, 2000.

STELLO, Vladimir Fernando. *Além das reduções*: a paisagem cultural da Região Missioneira. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

STELLO, Vladimir Fernando. *Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo*: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Rodrigo Miguel de. Os missioneiros: arte, patrimônio e (re)construção de uma identidade regional. *Revista de Ciências Humanas e Sociais Missões da UNIPAMPA*, 2017.

THOMAS, Carmem. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 19, p. 17-27, 1976. Disponível em: < https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3323/3395>. Acesso em: mar. 2018.

UNESCO. *Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. 1982. Contém formulário com justificativa de inscrição das Ruínas de São Miguel na lista do patrimônio mundial da Unesco. Disponível em> <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20MISSOES%20Sao%20Miguel%20rev%20js%20janeiro%202014_pt.pdf>

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Janeiro de 2008. Documento disponibilizado em meio digital. Endereço eletrônico: <whc.unesco.org/en/guidelines>. Acesso em 22 de junho de 2017.

URI - UNIVERSIDADE INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da Região Missioneira. 2018. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/?module=section&action=read&id=apresentacao>

VAYNE, Paul. *Como se escreve a história, Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Filipe (Org). *Antropologia e patrimônio cultural*: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

VÍDEO: Dança da chula reúne crianças, adolescentes e adultos no Rodeio em Maravilha. 103FM. 25 mar. 2018. Disponível em: < http://wh3.com.br/103fm/noticia/169279/video-danca-da-chula-reune-criancas-adolescentes-e-adultos-no-rodeio-em-maravilha.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

VIEIRA. Mabel Leal. *Inventário da Imaginária Missioneira*. La Salle, Porto Alegre 1993.

VIÑUALES, Graciela M., *Las Misiones Jesuíticas del Área Guaraní: Un Urbanismo Alternativo,* In: Estudios Sobre Urbanismo Iberoamericano – siglos XVI al XVIII, Sevilla, Conserjería de Cultura - Junta de Andalucía, 1990.

WILLIAMS, Daryle. Além da História-Pátria as missões jesuítico-guarani, o patrimônio da humanidade e outras histórias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, 2012.

ZANETTINI Arqueologia. *Relatório Final do Programa de Prospecções Arqueológicas do Parque da Fonte Missioneira*. Porto Alegre, 2009. Arquivo do Escritório Técnico do PHNM, São Miguel das Missões/RS.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

ZUKIN, Sharon. Paisagens pós-modernas urbanas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 205-219, 1996.

WEBSITES CONSULTADOS

ABC do Gaúcho
Disponível em: <http://www.abcdogaucho.com.br/a-danca-unindo-geracoes/>
Acesso em: 10 out. 2017.

Acervo Digital da do Iphan
Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>
Acesso em: 10 out. 2017.

Alegretetudo
Disponível em: <https://alegretetudo.com.br/dtg-do-juventude-em-4o-e-duas-conquistas-individuais-de-alegretenses-no-enart/>
Acesso em: 10 out. 2017.

Aliança
Disponível em: <http://alianca98.com/evento/21162/18-rodeio-crioulo>
Acesso em 10 out. 2017.

Associação dos Municípios das Missões
Disponível em: <http://www.ammissoes.com.br/home>
Acesso em: 20 set. 2017.

Blog Bossoroca Rs
Disponível em: <http://bossorocars.blogspot.com/>
Acesso em: 10 set. 2017.

Camera
Disponível em: <http://www.camera.ind.br/novo/mostraNoticia.php?id=46>
Acesso em: 10 set. 2017

Blog Caminhos do Sul

Disponível em: <http://caminhosdosul.blogspot.com/2009/05/um-pedaco-da-polonia-em-solo-brasileiro.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Cerro Largo capital regional da cultura
Disponível em: <http://cerrolargocapitalregionaldacultura.blogspot.com/>
Acesso em: 10 set. 2017.

Blog E o bicho pegando
Disponível em: <http://eobixopegando.blogspot.com.br/2016_04_01_archive.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Maristela e a goegrafia
Disponível em: <http://maristelaeageografia.blogspot.com/2011/10/leitura-geografica-da-paisagem-sitio.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Meu Sangue Gaúcho
Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-dwXxik-tBJc/Ue0kExjR8lI/AAAAAAAAAd4/sDHnAECdSuQ/s1600/68987_enart_jana.jpg>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Nheçuanos
Disponível em: <http://nhecuanos.blogspot.com/2015/11/noel-guarany-eternizado-em-monumento.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Pousada Missões
Disponível em: <http://pousadamissoes.blogspot.com/2013/06/os-indios-guarani.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Blog Sítio do Gaúcho Taura
Disponível em: <http://sitiodogauchotaura.blogspot.com/2016/05/12-cafe-de-cambona-em-sao-nicolau-rs.html>
Acesso em: 10 set. 2018.

Blog Vilma Person
Disponível em: <http://vilmarperson.blogspot.com/2014/>
Acesso em: 10 out. 2017.

Câmara Vereadores Cerro Largo
Disponível em: <https://www.camaracerrolargo.rs.gov.br/site>
Acesso em: 10 set. 2017.

Clicrbs
Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/degalpao/tag/cavalos/page/2>
Dispinível em: <http://wp.clicrbs.com.br/maedemenina/2013/08/16/chimarrao-pode>
Acesso em 10 set. 2017.

Encontro dos Chamameceros
Disponível em: <https://encontrodechamamecerosemslg.blogspot.com/>
Acesso em: 10 set. 2017.

IBGE
Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-miguel-das-missoes/panorama>
Acesso em: 10 set. 2017.

Identidade Campeira
Disponível em: <www.identidadecampeira.com.br>
Acesso em: 10 set. 2017.

Itunes Apple
Disponível em: <https://itunes.apple.com/dm/album/acervo-ga%C3%BAcho/1221579478>
Acesso em: 10 set. 2017.

Jornalismo Digital Unijuí
Disponível em: <http://reporterunijui.blogspot.com/2011/06/dancando-tradicao.html>
Acesso em: 10 out. 2017.

Mapio.net
Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-9509206/>
Acesso em 10/10/2017
Acesso em: 10 set. 2017.

Mercado Livre
Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-796083700-vinil-lp-cenair-maica-rio-de-minha-infncia-_JM>
Disponível em: <https://lista.mercadolivre.com.br/luiz-carlos-borges-acervo-gaucho>
Acesso em: 10 set. 2017.

Panorama Lavrense
Disponível em:
<http://www.panoramalavrense.com.br/index.php/2018/10/12/tradicionalismo-4-rodeio-de-vaca-mecanica-do-grupo-herdeiros-de-bravos/>
Acesso em: 10 set. 2018.

Portal das Missões
Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/imagens/view/id/341/1%C2%BA-rodeio-missioneiro-de-chula.html>
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/1166/xvi-rodeio-crioulo-estadual-do-ctn-sinos-de-sao-mi.html>
Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1292/mientowka-cachaca-polonesa.html>
Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/376/24%C2%AA-romaria-santuario-czestochowa-em-guarani-das-.html>
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/1166/xvi-rodeio-crioulo-estadual-do-ctn-sinos-de-sao-mi.html>
Acesso em: 10 set. 2017.

Pinterest
Disponível em: <https://br.pinterest.com>
Acesso em: 10 out. 2017.

Portal.iphan
Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Retrospectiva%20Argentina%20Brazil%20-%20Miss%C3%B5es%20Jesu%C3%ADtas.pdf>
Acesso em 10 set. 2017.

Prefeitura de Bossoroca – RS
Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/noticias/cidade/31691-programacao-do-manancial-missioneiro-da-cancao-%E2%80%93-7-edicao>
Acesso em: 10 out. 2017.

Prefeitura de Pirapó – RS
Disponível em: <https://www.pirapo.rs.gov.br/site/albuns/280-11-rodeio-de-pirapo>

Rádio Guapos
Disponível em: <2 - http://www.radioguapos.com.br/2014/jorge-guedes-familia-sem-tinta/>
Acesso em: 10 out. 2017.

Rádio Missioneira
Disponível em: <https://www.radiomissioneira.com/>
Acesso em: 10 set. 2017.

Rogerio Bastos
Disponível em: <http://www.rogeriobastos.com.br/2016/03/final-de-semana-de-palestras-em-bage-e.html>
Acesso em: 10 set. 2017.

Toque Musical
Disponível em: <http://www.toque-musicall.com/?p=659>
Acesso em: 10 set. 2017.

Youtube
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g_96kGaIHDc>
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=klbnWxJT41w>
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cMRzC6-meCs>
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxbpHpku2Hw>
Acesso em: 10 set. 2017.